



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



INSTITUTO DE FÍSICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE CIÊNCIAS

**A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA CONSTRUÇÃO DE ESPAÇOS
EDUCADORES SUSTENTÁVEIS: VIABILIDADE, DESAFIOS E A
GESTÃO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO**

MARCOS VINICIUS CAMPELO JUNIOR

CAMPO GRANDE – MS

2021



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



INSTITUTO DE FÍSICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE CIÊNCIAS

**A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA CONSTRUÇÃO DE ESPAÇOS
EDUCADORES SUSTENTÁVEIS: VIABILIDADE, DESAFIOS E
GESTÃO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO**

MARCOS VINICIUS CAMPELO JUNIOR

Tese apresentada ao Programa de Ensino de Ciências da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, área de concentração em Educação Ambiental, do Programa de Pós-graduação em Ensino de Ciências, sob a orientação da Profa. Dra. Suzete Rosana de Castro Wiziack.

CAMPO GRANDE – MS

2021

CAMPELO JUNIOR, M. V. **A Educação Ambiental na Construção de Espaços Educadores Sustentáveis: viabilidade, desafios e gestão em unidade de conservação.** 2021. 160 p. Tese (Doutorado em Ensino de Ciências – Educação Ambiental). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Banca Examinadora

Aprovado em: 06/ 07/ 2021.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Roberto Leonardo Rana
Externo (Universidade de Foggia – Itália)

Profa. Dra. Eva Teixeira dos Santos
Externo (PPGG – UFMS)

Prof. Dr. Paulo Robson de Souza
Externo (INBIO – UFMS)

Profa. Dra. Angela Maria Zanon
Interno (PPEC – UFMS)

Profa. Dra. Icléia Albuquerque de Vargas
Interno (PPEC – UFMS)

Profa. Dra. Suzete Rosana de Castro Wiziack
Orientadora (PPEC – UFMS)

Aos meus amores: Maria Fernanda, Joana, Benedito e meus pais.

AGRADECIMENTOS

Adupé Obaluayê... atotô ajuberô babá mi.

À toda minha família, em especial meus pais e meus sogros, por todo apoio durante o processo do doutoramento.

Aos professores do Programa de Pós-graduação em Ensino de Ciências, mestras/es magníficas e magníficos que contribuíram e contribuem na minha caminhada acadêmica.

À minha orientadora, que me acolheu em um momento difícil e juntos conseguimos realizar belos trabalhos.

Aos meus colegas de turma. Como não recordar dos papos encorajadores com José Flávio, Cristiano e Jonas?!

Aos educadores e educadoras ambientais do estado de Mato Grosso do Sul.

Aos meus colegas de trabalho, que torcem por mim e em diversos momentos me apoiaram e colaboraram com as demandas de trabalho.

À toda equipe da Gerência de Unidades de Conservação e das Unidades de Conservação de Mato Grosso do Sul, em especial a equipe do Parque Estadual do Prosa.

Salve as folhas

Cosi euê
Cosi orixá
Euê ô
Euê ô orixá
Sem folha não tem sonho
Sem folha não tem vida
Sem folha não tem nada
Quem é você e o que faz por aqui
Eu guardo a luz das estrelas
A alma de cada folha
Sou Aroni
Eu guardo a luz das estrelas
A alma de cada folha
Sou Aroni
Cosi euê
Cosi orixá
Euê ô
Euê ô orixá
Sem folha não tem sonho
Sem folha não tem vida
Sem folha não tem nada
Eu guardo a luz das estrelas
A alma de cada folha
Sou Aroni
(Gerônimo e Ildásio Tavares)

RESUMO

O Brasil possui uma expressiva biodiversidade em seu território e assumiu nas últimas décadas um papel muito importante no cenário ambiental internacional, tanto que é signatário de diversos tratados para conservação de seus bens ambientais. Desse modo, uma das medidas adotadas pelo país foi a criação de Unidades de Conservação (UC), que são definidas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) como um dos meios de salvaguardar parcelas dos ecossistemas brasileiros, mas também de possibilitar pesquisas científicas, turismo ecológico e o desenvolvimento de atividades de Educação Ambiental (EA). O estado de Mato Grosso do Sul abriga um grande número de UC e, dentre essas, o Parque Estadual do Prosa, que está localizado em Campo Grande, sendo um espaço aberto à visitação e que possui atividade de EA. Considerando a importância de uma educação ambiental nas UC, com a finalidade de propiciar que esses espaços se tornem locais que educam a população, o presente trabalho tem como objetivo analisar a Educação Ambiental do Parque Estadual do Prosa (PEP) considerando as visões de seus gestores, nas políticas vigentes e nas práticas institucionais pedagógicas, identificando características que potencialize ou não esse parque a se tornar um espaço educador sustentável. A pesquisa é de natureza qualitativa, num delineamento de estudo de caso, com análise documental, observações diretas no PEP e entrevistas semiestruturadas com gestores que lidam com as políticas públicas de EA no estado. Os resultados apontam que existem documentos e instrumentos importantes para as propostas que envolvem a EA nas UC de MS, mas é preciso rediscuti-los, pois esses foram aprovados sem a aprovação de aspectos considerados importantes pelos educadores ambientais do MS. Ainda, destaca-se que é preciso avaliar as práticas educativas atualmente realizadas, considerando o contexto de um estado voltado para um tipo de agronegócio que ainda não incorporou a sustentabilidade socioambiental. Revelam, também, os resultados que, quando se intenciona tornar uma UC, um espaço educador sustentável, é necessário implantar a Educação Ambiental Crítica, como formação específica e inicial para os guardas-parques, os gestores e os envolvidos diretamente nos setores de EA e da UC. Com isso, os planos de manejo devem estar em sintonia com um programa mais amplo de Educação Ambiental. Assim, propõe-se a adoção da concepção de Projeto Político Pedagógico de Educação Ambiental para as UC, em consonância com o plano de manejo de cada UC para o alcance de uma gestão ambiental democrática, construção de um espaço educador e uma Educação Ambiental Crítica. Destarte, as análises demonstram a necessidade de reavaliação e revisão das estratégias das políticas públicas que envolvem a EA nas áreas de proteção ambiental do estado de MS, para que o PEP e as demais UC de outras tipologias possam ter as condições primordiais garantidas para a criação de espaços educadores sustentáveis.

Palavras-chaves: Educação Ambiental Crítica. Unidades de Conservação. Gestão Ambiental.

ABSTRACT

Brazil has an expressive biodiversity in its territory and, in the last decades, it has assumed a very important role in the international environmental scenario, so much that it is a signatory to several treaties for the conservation of its environmental assets. Thus, one of the measures adopted by the country was the creation of Conservation Units (CU), which are defined by the National System of Nature Conservation Units (NSNCU) as one of the means to safeguard portions of Brazilian ecosystems, but also to enable scientific research, ecological tourism and the development of Environmental Education (EE) activities. The state of Mato Grosso do Sul (MS) hosts a large number of CU and, among these, the Prosa State Park, which is located in Campo Grande, being a space open to visitors and which has environmental education activities. Considering the importance of environmental education in CU, in order to enable these spaces to become places that educate the population, this paper aims to analyze the EE of the Prosa State Park (PSP) based on the views of its managers, in current policies and institutional pedagogical practices, identifying characteristics that enhance or not this park to become a sustainable educational space. The research is qualitative in nature, in a case study design, with documental analysis, direct observations in the PSP and semi-structured interviews with managers who deal with public policies on EE in the state. The results show that there are important documents and instruments for proposals involving EE in CU of MS, but it is necessary to be discussed, as they were approved without the approval of aspects considered important by MS environmental educators. Still, it is necessary to evaluate the educational practices currently carried out, considering the context of a state focused on a type of agribusiness that has not yet incorporated socio-environmental sustainability. The results also reveal that, when the intention is to turn a CU, a sustainable educational space, it is necessary to implement Critical Environmental Education, such as specific and initial training for park-guards, managers and those directly involved in the EA and CU sectors. Thus, management plans must be in tune with a broader Environmental Education program. Thereby, it is proposed the adoption of the concept of Political Pedagogical Project for Environmental Education for the CU, in line with the management plan of each CU to achieve democratic environmental management, the construction of an educational space and an Environmental Education Criticism. Therefore, the analyzes demonstrate the need to reassess and review the strategies of public policies involving EE in the areas of environmental protection in the state of MS, so that the PSP and other CU of other types can have the essential conditions guaranteed for the creation of sustainable educational spaces.

Keywords: Critical Environmental Education. Conservation Units. Environmental Management.

ASTRATTO

Il Brasile ha nel suo territorio una biodiversità espressiva e, negli ultimi decenni, ha assunto un ruolo molto importante nello scenario ambientale internazionale, tanto da essere firmatario di numerosi trattati per la conservazione dei suoi beni ambientali. Pertanto, una delle misure adottate dal Paese è stata la creazione di una Unità di conservazione (UC), che è definita dal Sistema Nazionale di Unità di Conservazione della Natura (SNUCN) come uno dei mezzi per salvaguardare porzioni di ecosistemi brasiliani, ma anche per consentire ricerca scientifica, turismo ecologico e sviluppo di attività di Educazione Ambientale (EA). Lo stato del Mato Grosso do Sul (MS) ospita un gran numero di UC e tra questi c'è il Parco Statale di Prosa, che si trova in Campo Grande, essendo uno spazio aperto ai visitatori e che ha attività di educazione ambientale. Considerando l'importanza dell'educazione ambientale nelle UC al fine di consentire a questi spazi di diventare luoghi che educano la popolazione, questo articolo si propone di analizzare l'Educazione Ambientale del Parco Statale di Prosa (PSP) sulla base delle opinioni dei suoi gestori, nelle politiche attuali pratiche pedagogiche istituzionali, individuando caratteristiche che valorizzino o meno questo parco per diventare uno spazio educativo sostenibile. La ricerca è di natura qualitativa, in un disegno di caso studio, con analisi documentali, osservazioni dirette nel PSP e interviste semi-strutturate con manager che si occupano di politiche pubbliche sull'EA nello stato. I risultati mostrano che ci sono documenti e strumenti importanti per le proposte che coinvolgono l'EA nell'UC degli MS, ma è necessario discuterli nuovamente, in quanto sono stati approvati senza l'approvazione di aspetti ritenuti importanti dagli educatori ambientali della MS. Sebbene sia necessario valutare le pratiche educative attualmente svolte, considerando il contesto di uno stato focalizzato su un tipo di agrobusiness che non ha ancora recepito la sostenibilità socio-ambientale. I risultati rivelano anche che, quando l'intenzione è quella di rendere un'UC uno spazio educativo sostenibile, è necessario implementare l'Educazione Ambientale Critica, come formazione specifica e iniziale per ranger, manager e coloro che sono direttamente coinvolti nei settori EA e UC. Pertanto, i piani di gestione devono essere in sintonia con un più ampio programma di educazione ambientale. Pertanto, si propone di adottare il concetto di Progetto Pedagogico Politico per l'Educazione Ambientale per l'UC, in linea con il piano di gestione di ogni UC per ottenere una gestione ambientale democratica, la costruzione di uno spazio educativo e una Critica di Educazione Ambientale. Pertanto, le analisi dimostrano la necessità di rivalutare e rivedere le strategie delle politiche pubbliche che coinvolgano l'EE nei settori della protezione ambientale nello stato del MS affinché il PEP e altre UC di altro tipo possano avere le condizioni essenziali garantite per la creazione di sostenibili spazi educativi.

Parole chiave: Educazione Ambientale Critica. Unità di Conservazione. Gestione Ambientale.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1.....	39
FIGURA 2.....	68
FIGURA 3.....	90
FIGURA 4.....	91
FIGURA 5.....	92
FIGURA 6.....	94
FIGURA 7.....	102
FIGURA 8.....	102
FIGURA 9.....	103
FIGURA 10.....	104
FIGURA 11.....	105
FIGURA 12.....	105
FIGURA 13.....	105
FIGURA 14.....	105
FIGURA 15.....	106
FIGURA 16.....	106
FIGURA 17.....	107
FIGURA 18.....	107
FIGURA 19.....	107
FIGURA 20.....	107
FIGURA 21.....	109
FIGURA 22.....	109

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1.....	33
QUADRO 2.....	34
QUADRO 3.....	36
QUADRO 4.....	44
QUADRO 5.....	50
QUADRO 6.....	94
QUADRO 7.....	96
QUADRO 8.....	110
QUADRO 9.....	116
QUADRO 10.....	123
QUADRO 11.....	131

LISTA DE TABELAS

TABELA 1.....	77
TABELA 2.....	79
TABELA 3.....	96
TABELA 4.....	108

LISTA DE SIGLAS

CEA – Centro de Educação Ambiental

CEUC - Cadastro Estadual de Unidades de Conservação

CIEA/MS – Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental de Mato Grosso do Sul

CIMI - Conselho Indigenista Missionário

CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

CRAS – Centro de Recuperação de Animais Silvestres

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

ENCEA - Comunicação e Educação Ambiental em Unidades de Conservação

FAO - Food and Agriculture Organization of the United Nations

FBCN - Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza

FMI – Fundo Monetário Internacional

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

GUC - Gerência de Unidade de Conservação

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano

IMASUL - Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INMET - Instituto Nacional de Meteorologia

JURA - Jornada Universitária em Apoio à Reforma Agrária

MMA – Ministério do Meio Ambiente

MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

ONU – Organização das Nações Unidas

OPEP - Organização dos Países Exportadores de Petróleo

PEEA/MS - Programa Estadual de Educação Ambiental de Mato Grosso do Sul

PEP – Parque Estadual do Prosa

PIB – Produto Interno Bruto

PLANURB - Agência Municipal de Meio Ambiente e Planejamento Urbano

PNEA - Política Nacional de Educação Ambiental

PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

PDDUA - Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Campo Grande

ProEEA/MS - Programa Estadual de Educação Ambiental de Mato Grosso do Sul

ProNEA - Programa Nacional de Educação Ambiental

SED/MS - Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul

SEMA - Secretaria Especial do Meio Ambiente

SEMA/MS - Secretaria de Estado do Meio Ambiente

SEMADUR - Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano

SIRIEMA - Sistema IMASUL de Registros e Informações Estratégicas do Meio Ambiente

SisEA - Sistema Estadual de Informações em Educação Ambiental

SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação

UICN - União Internacional para a Conservação da Natureza

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNFCCC - Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas

UPAN - União Protetora do Ambiente Natural

USP – Universidade de São Paulo

WWF - World Wide Fund for Nature

SUMÁRIO

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	22
2. OBJETIVOS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA.	32
2.1 OBJETIVOS.....	32
2.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	32
2.2. 1 Universo da pesquisa e os procedimentos da investigação.....	35
2.2.2 O Estado do Conhecimento sobre a Educação Ambiental em Unidades de Conservação no Brasil e no MS.....	35
2.2.3 Levantamento de documentos oficiais Federais e Estaduais de Mato Grosso do Sul que abordam a Educação Ambiental e desses com as Unidades de Conservação no Brasil.....	36
2.2.4 Coleta de dados empíricos.....	37
3. EDUCAÇÃO AMBIENTAL E O MOVIMENTO AMBIENTALISTA: MARCOS HISTÓRICOS NO BRASIL.....	41
3.1.1 Educação Ambiental no contexto histórico do Brasil.....	47
3.2 A POLÍTICA ATUAL DE DESESTRUTURAÇÃO DA EDUCAÇÃO (AMBIENTAL) E DO MEIO AMBIENTE.....	54
4. EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO – DOCUMENTOS ORIENTADORES EM NÍVEIS FEDERAL E ESTADUAL.....	58
4.1 EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: CONTEXTUALIZAÇÃO, DEFINIÇÕES E TIPOLOGIA.....	74
5. EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA CONSTRUÇÃO DE ESPAÇOS EDUCADORES SUSTENTÁVEIS.....	81
6. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	89
6.1 CAMPO GRANDE E SUAS ESPECIFICIDADES URBANAS.....	89
6.2 CONTEXTOS DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE MATO GROSSO DO SUL.....	93

6.2.1 Panorama das Pesquisas em Unidades de Conservação Estaduais de Mato Grosso do Sul.....	96
6.3 O PARQUE ESTADUAL DO PROSA E SUAS CARACTERÍSTICAS.....	102
6.4 AS PROPOSTAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO PLANO DE MANEJO DO PARQUE ESTADUAL DO PROSA.....	109
6.4.1 Plano de Manejo do Parque Estadual do Prosa.....	112
6.5 O QUE APONTAM OS PARTICIPANTES DA PESQUISA SOBRE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE MATO GROSSO DO SUL E DO PEP.....	115
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	140
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	144
APÊNDICES.....	155

MEMORIAL

Eu nasci e fui criado junto aos meus pais, irmão, amigos e amigas na cidade de Goiás, antiga capital do estado de Goiás. Cidade histórica, bucólica e pacata de interior, a Goiás me deu a oportunidade de ter contato com o meio natural desde cedo. Lá eu era cercado pelo cerrado do tipo rupestre, rios, relevos acidentados, pois a cidade é cercada por morrarias e com a Serra Dourada ao fundo – escalei todos. Uma cidade cheia de histórias e estórias que envolvem a natureza e os povos que ali habitam e habitaram, como os povos indígenas Avá-canoeiro, Javaé, Karajá, Tapuio e também povos africanos, além dos portugueses. Aproveito, ainda para lembrar um trecho de uma lenda que estudávamos quando criança na escola: momento em que o bandeirante Bartolomeu Bueno, o Diabo Velho, se deparou com os índios Goyazes e colocou fogo na aguardente com a ameaça de que iria atear fogo nos rios da região se não o orientasse o local certo das minas de ouro da região.

A despeito da vocação pela temática ambiental em minha vida, chamou minha atenção o Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental, o FICA, que é um festival cinematográfico sobre o meio ambiente que recebe filmes de vários países, realizado anualmente desde 1999. Durante as edições desse festival pude ter acesso aos filmes e a diversos ambientalistas que propunham oficinas, palestras e bate-papos com o público.

Iniciei minha formação acadêmica cursando a licenciatura em Geografia na Universidade Estadual de Goiás, um curso que me ajudou a ter uma nova compreensão sobre a relação entre a humanidade e as questões ambientais no espaço geográfico. Adiante prossegui com uma especialização *latu sensu* em Sociologia nas Faculdades Integradas de Jacarepaguá (RJ). Já em Campo Grande, em 2013, cursei o mestrado no Programa em Ensino de Ciências na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul na linha de pesquisa em Educação Ambiental. Essa formação foi um marco para mim no que diz respeito à Educação Ambiental em minha vida.

Por agora, no processo de doutoramento, novamente o Programa em Ensino de Ciências trouxe-me novas perspectivas e possibilidades junto aos estudos no campo da Educação Ambiental, graças às valorosas contribuições dos professores do programa e as trocas com meus colegas de curso.

No momento sou professor da rede estadual de ensino de Mato Grosso do Sul e faço parte da equipe da Coordenadoria de Políticas para o Ensino Fundamental Secretaria de Estados de Educação de MS. Sou responsável pelo componente curricular de Geografia e

também pelos programas, ações e eventos de Educação Ambiental, junto à Comissão de Educação Ambiental da Secretaria. Ainda, pela Secretaria sou representante na Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental de MS e na Frente Parlamentar de Unidades de Conservação de MS.

Acredito que a minha aproximação com o objeto de pesquisa deve-se a leituras acadêmicas no Programa em Ensino de Ciências da UFMS e da oportunidade de conhecer algumas áreas de proteção ambiental para assim percebê-las com potencialidades de espaços educadores. Áreas que conheci: Parque Nacional do Iguaçu (PR), Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses (MA), Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (GO), Parque Nacional da Chapada dos Guimarães (MT), Reserva Biológica da Serra Dourada (GO), Estrada Parque do Pantanal (MT/MS), Geoparque Bodoquena-Pantanal (MS), Parque Nacional da Chapada Diamantina (BA), Parque Horto Florestal (Cea Imbirussu), Parque Estadual do Prosa (MS), algumas Reservas Particulares do Patrimônio Natural e outras áreas.

A escolha do Parque Estadual do Prosa como lócus de pesquisa deve-se a visitas realizadas por mim, e durante esses momentos me chamou atenção a riqueza de fauna e flora em uma pequena área, as relações sociais que se estabelecem durante a visita e o esforço dos funcionários em levar informações sobre o ambiente. Assim, acredito que as Unidades de Conservação são ou podem ser potentes espaços educadores ambientais para todos os tipos de público, indo além de meras práticas de passeio recreativas.

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O Brasil é detentor de expressiva biodiversidade em todo o seu território, com enorme riqueza de flora e fauna, sendo considerada a maior biodiversidade do planeta, cuja variedade de vida existente corresponde a mais de 20% do número total de espécies da Terra (BRASIL, 2019).

Estima-se que até 100 milhões de diferentes espécies vivas dividam este mundo com você (ainda que menos de 2 milhões sejam conhecidas): a biodiversidade abrange toda a variedade de espécies de flora, fauna e micro-organismos; as funções ecológicas desempenhadas por estes organismos nos ecossistemas; e as comunidades, habitats e ecossistemas formados por eles. É responsável pela estabilidade dos ecossistemas, pelos processos naturais e produtos fornecidos por eles e pelas espécies que modificam a biosfera. Assim, espécies, processos, sistemas e ecossistemas criam coletivamente as bases da vida na Terra: alimentos, água e oxigênio, além de medicamentos, combustíveis e um clima estável, entre tantos outros benefícios (BRASIL, 2019, s/p).

Biodiversidade e diversidade biológica são termos utilizados como sinônimos tanto em literatura científica quanto em textos de uso comum da língua. Biodiversidade ganhou popularidade no final do século XX diante dos debates sobre o ambiente, embora muitos cientistas tenham apontado limites presentes no conceito.

A Convenção da Diversidade Biológica (1992) aprovada na Rio 92, em seu capítulo 2 define a diversidade biológica como *a variabilidade de organismos vivos de todas as origens, compreendendo, dentre outros, os ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos de que fazem parte; compreendendo ainda a diversidade dentro de espécies, entre espécies e de ecossistemas* (BRASIL-MMA, 2000).

O documento indica medidas necessárias para a proteção da diversidade biológica, inclusive a proteção de área(s) definida(s) geograficamente, *destinada, ou regulamentada, e administrada para alcançar objetivos específicos de conservação*. (BRASIL-MMA, 2000).

No cenário mundial, as áreas protegidas são importantes instrumentos de conservação *in situ* da biodiversidade, consideradas áreas fundamentais à manutenção da integridade de espécies, populações e ecossistemas, incluindo os sistemas e meios tradicionais de sobrevivência de populações humanas (MEDEIROS; YOUNG, 2018).

Além da Convenção sobre Diversidade Biológica, a Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC) reconhece o papel e a importância dos ecossistemas terrestres e marinhos como sumidouros e reservatórios de gases de efeito estufa e estabelece, em seu artigo 4, alínea d, que é obrigação das partes signatárias *promover a gestão sustentável, bem como promover e cooperar na conservação e fortalecimento, conforme o caso, de sumidouros e reservatórios de todos os gases de efeito estufa não controlados pelo Protocolo de Montreal, incluindo a biomassa, as florestas e os oceanos como também outros ecossistemas terrestres, costeiros e marinhos*. Em consonância, a Agenda 2030, ao estabelecer os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), traz dentre eles o objetivo ODS15 que trata diretamente da conservação dos ecossistemas terrestres como condição para a melhoria das condições de vida em nosso planeta (YOUNG; MEDEIROS, 2018):

15.1 até 2020, assegurar a conservação, recuperação e uso sustentável de ecossistemas terrestres e de água doce interiores e seus serviços, em especial, florestas, zonas úmidas, montanhas e terras áridas, em conformidade com as obrigações decorrentes dos acordos internacionais;

15.5 tomar medidas urgentes e significativas para reduzir a degradação de habitats naturais, estancar a perda de biodiversidade e, até 2020, proteger e evitar a extinção de espécies ameaçadas (YOUNG; MEDEIROS, 2018, p. 15).

A criação de unidades de conservação é parte das soluções propostas para o alcance desse objetivo. Contudo, simplesmente criar uma UC como medida excepcional para conservação de espécies ou ecossistema é insatisfatório, já que estes espaços devem ser aproveitados de forma sustentada com programas que atendam aos objetivos propostos, segundo as normativas presentes no Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) aprovado em 18 de julho de 2000.

As Unidades de Conservação (UC) se apresentam como um dos meios de salvaguardar parcelas dos ecossistemas brasileiros, mas também como espaços que possibilitam pesquisas científicas, turismo ecológico e o desenvolvimento de atividades de Educação Ambiental (EA).

O SNUC estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das Unidades de Conservação no território brasileiro nas três esferas (municipal, estadual e federal). Instituído pela Lei 9.985/2000, o sistema agrupa as Unidades de Conservação em dois tipos, de acordo com seus objetivos de manejo e usos de cada uma: Unidades de Conservação Proteção Integral e Unidades de Conservação de Uso Sustentável.

O grupo das Unidades de Conservação de Proteção Integral tem como objetivo básico a preservação da natureza, aceitando apenas o uso indireto dos seus serviços ambientais, com exceção dos casos previstos em Lei. Compreende cinco categorias: Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Natural e Refúgio da Vida Silvestre. Destas, todas são unidades em que pode haver visitação pública com objetivo educacional, desde que haja regulamentação específica ou disposta no plano de manejo.

A criação desses espaços de conservação faz parte de várias ações importantes do poder público para a concretização do artigo 225 da Constituição Federal de 1988, ao instituir que:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (BRASIL, 1988, s/p.).

Os Parques Nacionais têm como desígnio a preservação de ecossistemas naturais de proeminente importância ecológica, o que permite a prática de pesquisas científicas, o desenvolvimento de atividades de Educação Ambiental e de interpretação, de recreação e de turismo ecológico. Segundo estas características, os parques são agrupados como Unidades de Proteção Integral.

No estado de Mato Grosso do Sul (MS) existem 25 parques, considerados de extrema importância devido a características de seus biomas, como o Parque Nacional da Serra da Bodoquena, o Parque Nacional das Emas (MS, GO, MT) e o Parque Nacional de Ilha Grande (MS, PR). Nesses parques estão presentes biomas, como Cerrado, Mata Atlântica, Pantanal e o Chaco.

Além dos parques nacionais, existem parques estaduais e municipais no estado de MS que, via de regra, devem ser orientados pelo SNUC, visto que, como legislação, estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação.

Dentre os parques urbanos criados no MS em zonas urbanas no município de Campo Grande encontram-se aprovados e em funcionamento os seguintes: Parque das Nações Indígenas, Parque do Sóter, Parque dos Poderes, Parque Florestal Antônio de Albuquerque, Parque Estadual Matas do Segredo e Parque Estadual do Prosa, sendo estes dois últimos Unidades de Conservação da categoria de Parque Estadual.

No âmbito dessas unidades de conservação, a Educação Ambiental é obrigatória, uma vez que o Sistema Nacional das Unidades de Conservação aponta a necessidade de programas de Educação Ambiental, cujo intuito é “favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico” (BRASIL, 2000).

Dentre os parques de Mato Grosso do Sul, o Parque Estadual do Prosa (PEP) foi criado pelo Decreto Estadual nº 10.783/2002, e seu território abrange parte da área urbana do município de Campo Grande. A área tem a representação de diferentes fitofisionomias do bioma cerrado, presença de fauna específica dessa formação e, ainda, abriga duas nascentes do Córrego Prosa, que faz parte da microbacia Prosa, Bacia do Paraná. Existe, também, dentro do território do parque, o Centro de Reabilitação de Animais Silvestres (CRAS), criado em julho de 1987 com o intuito de recepcionar, triar e destinar os animais silvestres apreendidos em operações de combate ao tráfico, os atropelados nas rodovias estaduais.

O PEP tem a particularidade de estar dentro da zona urbana da cidade de Campo Grande e de ter em suas proximidades vizinhas o Parque (recreativo) das Nações Indígenas e o Parque dos Poderes, local onde se encontram a sede do governo executivo e as secretarias de estado de MS.

O Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul (IMASUL), reconhece o PEP como um ponto turístico para visitantes das cidades do MS, de diversas regiões do Brasil e de outros países. O Imasul apresenta o parque como um importante instrumento para ser usado na sensibilização do público sobre o meio ambiente, por meio de visitas que têm finalidade de sensibilizar e educar as pessoas para conservação do ambiente natural e seus recursos e também da importância das Unidades de Conservação para a sociedade; como fonte de estudos para acadêmicos e pesquisadores; representando um dos últimos remanescentes de cerrado dentro do perímetro urbano. Abrange espécies regionais da fauna e da flora ameaçadas de extinção (MATO GROSSO DO SUL, 2011).

Compreende-se que essa particularidade torna esse parque (e outros com características semelhantes) um sítio de grande potencial para se configurar como um dos espaços educadores da cidade de Campo Grande. Assim, nele é possível desenvolver de forma intencional atividades educativas de EA por meio do convívio dos seus visitantes com o ambiente em questão.

Torna-se importante apontar que atividades de EA em espaços de conservação ambiental em área urbana, ou em seu entorno permitem qualificar uma cidade como educadora, conforme a Carta das Cidades Educadoras¹, criada no 1º Congresso Internacional das Cidades Educadoras, em Barcelona em novembro de 1990, onde puderam reunir, em Carta inicial, os princípios essenciais ao impulso educador de uma cidade:

A cidade será educadora quando reconheça, exerça e desenvolva, para além das suas funções tradicionais (econômica, social, política e de prestação de serviços) uma função educadora, isto é, quando assume uma intencionalidade e responsabilidade, cujo objetivo seja a formação, promoção e desenvolvimento de todos os seus habitantes, a começar pelas crianças e pelos jovens (CIDADES EDUCADORAS, 1990, s/p).

Por outro lado, devido ao fato de o PEP localizar-se em uma área urbana, sobretudo esta unidade, o mesmo enfrenta grandes desafios à sua conservação, especialmente aqueles decorrentes da pressão e expansão da cidade no seu entorno, situação refletida em diversos impactos ambientais, como a degradação das nascentes, o assoreamento dos córregos (Prosa, Desbarrancado e Joaquim Português), a geração de poluição sonora para o seu interior e o atropelamento dos animais nas vias urbanas no limite do parque.

Tais situações enfatizam algumas das dificuldades presentes no processo de manutenção da conservação de unidades de conservação em espaços urbanos, posto que demandam especial monitoramento da área e, particularmente, o controle das atividades desenvolvidas no seu entorno, como forma de garantir a integridade de sua qualidade ambiental (MACEDO; VERONEZE, 2012).

Ademais, parte da solução de alguns problemas anteriormente citados demanda a participação da sociedade. O não atropelamento de animais na região de entorno do PEP, por exemplo, depende também de um processo de consciência dos motoristas que trafegam no local.

O PEP, como os demais parques estaduais de MS, é regulado pela Gerência de Unidades de Conservação do Instituto de Meio Ambiente do Mato Grosso do Sul (IMASUL), que tem por objetivo cuidar das áreas protegidas no âmbito do território sul-mato-grossense.

¹ A Carta fundamenta-se na Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948), no Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966), na Declaração Mundial da Educação para Todos (1990), na Convenção nascida da Cimeira Mundial para a Infância (1990) e na Declaração Universal sobre Diversidade Cultural (2001).

E um dos instrumentos fundamentais previstos na legislação brasileira para a Gerência das Unidades de Conservação do Instituto de Meio Ambiente do Mato Grosso do Sul é o plano de manejo.

No plano de manejo do PEP (2011) são destacadas diversas características ambientais, sociais, culturais e históricas diferenciadas do parque. Com 135 hectares de área, sua criação visou a preservação de remanescentes do Cerrado e a nascente do Córrego Prosa e, entre os objetivos, sendo enfatizada a proposta de Educação Ambiental e do ecoturismo, visando “fomentar contato com a natureza” (MATO GROSSO DO SUL, 2011).

A EA está presente no plano de manejo do PEP com os objetivos de: 1. Integrar a UC no contexto educacional da região, de modo a criar atitudes de respeito e proteção aos recursos naturais ali presentes; 2. Realizar ações de educação e informação que apoiem o processo de fiscalização e controle ambiental da área (MATO GROSSO DO SUL, 2011).

Na proposta do PEP, portanto, a EA é parte do processo de conservação dessa unidade de conservação, conforme o disposto no SNUC (2000). Dessa forma, considerando a importância das ações educativas para a garantia da conservação do PEP e, sobretudo, para fazer valer o direito ao Meio Ambiente para todos os cidadãos, como preconiza a Constituição Federal brasileira, nesta pesquisa se investiga a Educação Ambiental no Parque Estadual do Prosa.

A escolha pelo Parque Estadual do Prosa (PEP) deve-se a uma inquietação do pesquisador que, diante de visitas ao parque, pode perceber o potencial e as possibilidades de contribuição da Educação Ambiental, tanto para a proteção do parque, como para viabilizar ações educativas formais e não formais voltadas ao seu ambiente socioambiental. Essa inquietação está em sintonia com a vocação do parque, que se apresenta como espaço educativo estratégico dentro do âmbito urbano para os cidadãos repensarem a sustentabilidade ambiental, social e econômica da sociedade em questão.

A importância da Educação Ambiental, num sentido amplo, decorre da necessidade da reversão da crise civilizatória da sociedade contemporânea, que, segundo Leff (2006), se configura como socioambiental, provocada pelo próprio comportamento do ser humano nas relações sociedade-natureza, que são relações antropocêntricas, regidas atualmente por um sistema capitalista em um mundo cultural complexo, que criou novos hábitos, crenças e costumes, quase sempre insustentáveis ao meio ambiente.

Por conseguinte, algumas estratégias para rever ou compensar essa relação desarmoniosa com o ambiente foram criadas. Com esse sentido, as unidades de conservação, além de assumirem um papel de proteção da biodiversidade, têm como função propiciar a qualidade de vida das populações humanas, sobretudo as urbanas, possuem relevância na percepção ambiental, nas ações de sustentabilidade socioambiental e processos educativos.

Dessa forma, as UC são relevantes para a sustentabilidade socioambiental e para processos educativos que melhorem a relação entre a sociedade e o ambiente. E, considerando que o plano de manejo do PEP na promoção da EA deve colocar em prática ações educativas em prol da sustentabilidade socioambiental para o público oriundo das escolas, demais moradores de Campo Grande e turistas. As práticas de EA estão previstas na visita de trilhas, na utilização da Interpretação Ambiental como ferramenta de educação não formal. Compreende-se que o PEP pode se tornar um Espaço Educador Sustentável.

Tendo como referência o Plano Nacional sobre Mudança Climática que previu a criação de espaços educativos voltados à sustentabilidade em escolas e universidades, o conceito de Espaço Educador Sustentável explicita a intencionalidade pedagógica de tornar determinados lugares referências concretas de sustentabilidade socioambiental. Tal como foi pensado, esses Espaços Educadores Sustentáveis devem manter uma relação equilibrada com o meio ambiente e, ainda, compensar seus impactos com o desenvolvimento de tecnologias apropriadas², permitindo, assim, qualidade de vida para as gerações presentes e futuras (BRASIL, 2008).

Trajber e Sato (2010) expõem que uma sociedade caracterizada pela circulação de tantas identidades e diversidades deve pensar a educação, e pensá-la diferente, especialmente no cenário de espaços que podem e devem ser educadores. Com esse propósito, esses espaços, em processos educativos, requerem a inserção da reflexão ambiental como uma necessidade para o debate sobre o modo de vida contemporâneo. Esse processo remete a uma formação humana que incite não apenas responsabilidades ecológicas, mas um repensar do viver em sociedade.

Ao considerar os fundamentos da EA e suas possíveis funções nos parques urbanos abertos à visita, deve-se levar em consideração que o processo educativo nesses lugares

² Tecnologias Ambientais são aparatos que atuam no sentido de prevenir ou mitigar os impactos negativos da sociedade no ambiente, como na redução do uso de recursos e as emissões por unidade de produção, bem como a implementação de medidas que reduzam as emissões de gases de efeito estufa e aumentem os sumidouros de carbono (BRASIL, 2008).

ênfatize conhecimentos, valores éticos, em uma prática contextualizada com ações conexas entre o ambiente interno do parque e outros presentes fora de seu território.

Com isso, considera-se nesse trabalho, a concepção de EA Crítica, a qual supõe:

Um processo educativo eminentemente político, que visa ao desenvolvimento nos educandos de uma consciência crítica acerca das instituições, atores e fatores sociais geradores de riscos e respectivos conflitos socioambientais. Busca uma estratégia pedagógica do enfrentamento de tais conflitos a partir de meios coletivos de exercício da cidadania, pautados na criação de demandas por políticas públicas participativas conforme requer a gestão ambiental democrática (LAYRARGUES, 2002, p. 189).

No caso das UC, a EA é uma proposta educativa não formal, embora possa se realizar abrangendo o público da educação formal (escolas e universidades). Neste caso, a EA além de servir para a proteção/conservação dessas unidades, é sempre endereçada a uma gestão ambiental comprometida com a transformação, emancipação e criticidade dos sujeitos no que se refere ao entendimento da vida e da natureza no uso dos serviços ambientais. E em resposta à necessidade de uma urgente transformação social de que trata a educação ambiental, visa a superação das injustiças ambientais, da desigualdade social, da apropriação capitalista e funcionalista da natureza e da própria humanidade (SORRENTINO et al., 2005).

Ocorre que praticar a EA no contexto da gestão ambiental supõe agir na complexidade. Por isto exige um modo de conceber e organizar o ato pedagógico voltado ao exercício da práxis, portanto numa relação intrínseca entre teoria e prática, cuja ênfase é proporcionar as condições para que os sujeitos da ação educativa possam apreender as relações e inter-relações entre o contexto, o global, o multidimensional e o complexo presentes na realidade vivenciada (QUINTAS, 2009).

Considerando tais aspectos, não é satisfatório somente instituir e expandir reservas ambientais – como os parques urbanos -, pois deve-se atentar que seu escopo maior é formar cidadãos conscientes e sensibilizados às questões ambientais, tanto locais quanto globais (VIANA et al, 2014). Com isso, nestas áreas, é importante que a gestão promova ações além da experiência de uma mera visita, pois ações educativas efetivas devem levar os indivíduos a compreender a importância da UC e também devem levar os indivíduos a repensar seus espaços cotidianos com novas relações, com os outros e com o ambiente.

Para Melazo (2005), a sustentabilidade ambiental que se impõe atualmente, diante de uma sociedade urbana complexa, na sua relação com o meio natural, exige dos processos educativos uma abordagem multidimensional e interdisciplinar do ambiente que permita compreender formas de superação dos desequilíbrios resultantes dessas trocas desiguais, sejam elas internas ou externas à cidade.

Por conseguinte, o estabelecimento de áreas protegidas como espaços educativos, locais de contribuição para uma formação ética, solidária e com preocupação com a justiça socioambiental torna as UCs lugares onde se qualifica cidadãos e cidadãs para uma leitura crítica e política da realidade. Ainda com tais características poderá empoderar os mesmos para a intervenção em outros espaços de participação, possibilitando o controle social na elaboração e execução de políticas públicas, sobretudo as ambientais (BRASIL, 2009).

As inquietações sobre a constituição ou não de espaços educativos em UC, considerando a perspectiva de uma educação ambiental crítica, é que permitiram elaborar as primeiras perguntas da investigação realizada, pela qual buscamos identificar: Como a EA é desenvolvida a partir do programa do PEP? As normativas existentes de fato orientam a prática institucional no PEP? O PEP e outros parques com características parecidas podem se constituir como espaços educadores sustentáveis? Quais as prerrogativas para tanto?

A proposta se dirige à identificação e análise da realidade e do contexto desse parque, bem como das perspectivas da EA como uma atividade para tornar a UC um Espaço Educador Sustentável. Para tanto, considera-se que a EA deve ser crítica, permanente e potencializadora de um espaço que educa. Prontamente, a proposta de pesquisa, a partir da experiência do PEP, visa contribuir com a discussão sobre a forma de aplicação da EA em UC, sobretudo na categoria de parques urbanos.

Nesta perspectiva, apresenta-se a seguinte tese: mediante um processo educativo crítico, com políticas e práticas institucionais adequadas, um parque urbano poderá se constituir um espaço educador sustentável, a se considerar: além do cuidado com a diversidade biológica, a diversidade cultural e social dos seus visitantes e moradores do entorno, em um programa formativo permanente de Educação Ambiental Crítica, que ultrapasse propostas de governo e se constitua em política pública de gestão ambiental, referendada pelo pertencimento da população a esse lugar.

O texto da pesquisa está dividido em sete capítulos, dentro os quais pode-se contar os capítulos das Considerações Iniciais e Finais.

O segundo capítulo traz os objetivos geral e específicos, além dos procedimentos metodológicos da pesquisa, apresentando o universo da investigação, os procedimentos de coleta dos dados, bem como os referenciais de embasamento teórico-metodológico.

No capítulo três, de forma contextualizada, foram expostos os marcos históricos da EA no Brasil e os movimentos ambientalistas, relacionando os mesmo com os eventos internacionais que contribuíram no desenvolvimento do pensamento, teorias e práticas inerentes a temática. Ao final são levantados alguns pontos relevantes que comprovam a intenção do governo atual, de desestruturar a Educação (Ambiental) e o meio ambiente.

No capítulo quatro se realiza uma discussão sobre os documentos que orientam a EA nas UC de Mato Grosso do Sul. Não obstante, foi disposta a trajetória histórica da evolução conceitual do modelo dos parques que é adotado no Brasil até dos dias atuais.

No quinto capítulo foi reflita a viabilidade das UC tornarem-se espaços educadores sustentáveis. A partir dos referenciais presentes na Gestão Ambiental Democrática, do Programa Nacional de Escolas Sustentáveis e da Educação Ambiental Crítica.

Prontamente, o capítulo seis traz os resultados e as discussões da pesquisa empírica, com um panorama e as especificidades do contexto das UC de Mato Grosso do Sul, com as características do Parque Estadual do Prosa-PEP e do seu subprograma de EA contido no plano de manejo do parque. Na sessão final desse capítulo são analisadas as entrevistas de três importantes gestores ligados a EA e as UC estaduais.

2. OBJETIVOS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

2.1 OBJETIVOS

Geral

- Analisar a Educação Ambiental do Parque Estadual do Prosa considerando as visões de seus gestores, nas políticas vigentes e nas suas práticas institucionais pedagógicas, identificando características que o potencialize ou não para contribuir com a construção de um espaço educador sustentável.

Específicos

- Identificar os documentos oficiais que orientam os programas de Educação Ambiental em Unidades de Conservação de Mato Grosso do Sul enquanto prática institucional de estruturação das políticas públicas para o Estado;
- Discutir as políticas públicas, programas e as atividades de Educação Ambiental para os parques de MS;
- Identificar as concepções de EA dos agentes públicos do PEP e as práticas institucionais de EA previstas e desenvolvidas nessa Unidade de Conservação;
- Refletir sobre as potencialidades socioculturais e ambientais do PEP para se caracterizar como um espaço educador sustentável.

2.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Estão aqui apresentados os procedimentos metodológicos envolvidos na produção desta tese, no contexto da investigação sobre a Educação Ambiental nas Unidades de Conservação de Mato Grosso do Sul, na qual utiliza-se a abordagem qualitativa de pesquisa segundo Chizzotti (2001), proposta que conduz o pesquisador ao campo, ao local em que o evento acontece em um espaço/tempo de recorte social, havendo assim uma relação face a face entre o pesquisador e os atores da pesquisa em seu contexto social.

Diferentes das pesquisas de natureza quantitativa, em que os pesquisadores utilizam procedimentos quantificáveis, muito comuns nas conhecidas “ciências duras”, as pesquisas qualitativas se opõem aos modelos experimentais, calcados no estudo das ciências da natureza (CHIZZOTTI, 2001).

Ademais, a pesquisa qualitativa mostrou-se pertinente a uma investigação coerente com o aporte teórico de uma Educação Ambiental crítica, com as posições epistemológicas pertinentes ao estudo.

A pesquisa qualitativa, de acordo com Bogdan e Biklen (1999), possui um conjunto de características, dentre as quais se destacam as seguintes (Quadro 1):

Quadro 1. Cinco Características da Investigação Qualitativa

1. A fonte direta dos dados	É o ambiente natural, constituindo o seu instrumento principal. O contexto é demonstrado pelo entendimento de que as ações humanas podem ser mais bem compreendidas quando observadas no seu ambiente natural de ocorrência.
2. A descrição	É fundamental na investigação, pois os investigadores qualitativos abordam o mundo de forma minuciosa.
3. Os investigadores qualitativos	Interessam-se mais pelo processo do que simplesmente pelos resultados ou produtos. Há o interesse pelo modo como as pessoas negociam os significados, vivenciam os acontecimentos, traduzem os procedimentos e interações diários.
4. Os investigadores qualitativos	Tendem a analisar os seus dados de forma indutiva. Dessa forma, não há a preocupação com a confirmação de hipóteses construídas previamente. À medida que os dados são recolhidos ou produzidos, os agrupamentos e as abstrações são realizados.
5. O significado tem importância vital na abordagem qualitativa.	O interesse maior é pelo modo como as pessoas atribuem sentido às suas vidas [e ações]. Na investigação qualitativa questionam-se os sujeitos participantes com o objetivo de perceber o que eles experimentam, como eles interpretam suas experiências, como estruturam o modo como vivem. Nesse processo se estabelece uma espécie de diálogo entre o investigador e os sujeitos.

Fonte: BOGDAN; BIKLEN, 1999. Adaptada pelo autor.

Para entender os métodos qualitativos de pesquisa, recorreu-se a Taylor e Bogdan (1992), que indicam a necessidade de o pesquisador estar envolvido no campo de ação dos investigados, uma vez que este método de investigação se fundamenta principalmente no diálogo (conversar e ouvir), observar e permitir a livre expressão dos atores da pesquisa.

Há, além disso, nesse tipo de pesquisa, uma relação dinâmica entre o mundo real e o pesquisador, fato que cria um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito, sendo que o objeto não é um dado inerte e neutro; está possuído de significados e relações que sujeitos concretos criam em suas ações (CHIZZOTTI, 2001).

Na pesquisa qualitativa leva-se em consideração o contexto do lugar do objeto da pesquisa, os contextos histórico, cultural e político em que está inserido. Uma vez que a proposta é de cunho empírico, quando o pesquisador vai a campo no contato direto com o objeto no universo para coleta de dados a ser analisado. Assim, Bogdan e Biklen (1999) corroboram:

Os investigadores qualitativos frequentam os locais de estudo porque se preocupam com o contexto. Entendem que as ações podem ser melhor compreendidas quando são observadas no seu ambiente habitual de ocorrência. Os locais têm de ser entendidos no contexto da história das instituições a que pertencem. Quando os dados em causa são produzidos por sujeitos, como no caso de registos oficiais, os investigadores querem saber como e em que circunstâncias é que eles foram elaborados. Quais as circunstâncias históricas e movimentos de que fazem parte? Para o investigador qualitativo divorciar o ato, a palavra ou o gesto do seu contexto é perder de vista o significado (BOGDAN; BIKLEN, 1999, p. 48).

Com isto, o pesquisador tem papel preponderante, já que age como um descobridor de significados das ações e relações no contexto da pesquisa, que quase sempre estão ocultos, exigindo dele perspicácia, esforço e reflexão constante. Não obstante, essas exigências acompanham o pesquisador desde a fase inicial da formulação da proposta até mesmo depois de parecida findada a pesquisa.

Considerando tais fundamentos, o delineamento escolhido foi o da investigação qualitativa sem intervenção, visando a descrição de uma dada realidade (a EA no PEP-MS) numa aproximação do que se denomina um Estudo de Caso, pelo qual, conforme Yin (2001), propicia ao pesquisador lidar com uma ampla variedade de evidências – documentos, artefatos, entrevistas e observações – inclusive muitas vezes permitindo um estudo histórico convencional. Ainda aponta Yin que, comumente, questões do tipo “como” e “por que” levam ao estudo de caso, o que se pode observar no quadro que segue (Quadro 2):

Quadro 2. Características do Estudo de Caso

Estratégia	Forma da questão de pesquisa	Exige controle sobre eventos comportamentais?	Focaliza acontecimentos contemporâneos?
Experimento	Como, por que.	sim	sim
Levantamento	Quem, o que, onde, quantos, quanto.	não	sim
Análise de arquivos	Quem, o que, onde, quantos, quanto.	não	sim/não

Pesquisa histórica	Como, por que.	não	não
Estudo de caso	Como, por que.	não	sim

Fonte: YIN, 2001.

2.2.1 Universo da pesquisa e os procedimentos da investigação

A Unidade de Conservação, o Parque Estadual do Prosa (PEP-MS), constitui o universo pretendido pela pesquisa no que se refere ao campo empírico. Para identificar características desse universo, o público que o frequenta, suas normas, entre outras questões, recorreu-se a legislações, documentos orientadores, entrevistas com gestores envolvidos com a EA e as UC, além de observação direta *in situ*.

Colaboraram com a pesquisa a Chefe do Núcleo de Áreas Urbanas Protegidas e Gestora do Parque Estadual do Prosa, a ex-Coordenadora da Unidade de Educação Ambiental do Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul e o Gerente de Unidades de Conservação estaduais de MS, além dos guarda-parques que acompanharam, apresentaram e expuseram as dependências do parque.

Na análise dos dados da investigação, a despeito de apontar uma referência local, busca-se extrair generalizações para um contexto teórico mais abrangente. Isto contextualiza o estudo e o insere em políticas mais abrangentes que contribuam com a da Convenção sobre Diversidade Biológica da Organização das Nações Unidas e suas Metas, além das legislações de âmbito federal e estadual e, ainda, internacionais.

A investigação foi realizada segundo as etapas a seguir descritas: a busca pelo estado de conhecimento sobre o objeto; levantamento de documentos oficiais; realização de observações gerais e das entrevistas, organização dos dados, análise e interpretação dos resultados.

2.2.2 O Estado do Conhecimento sobre a Educação Ambiental em Unidades de Conservação no Brasil e no MS

Com a revisão de literatura buscou-se a aproximação das investigações realizadas no Brasil com a pretensão de realizar uma revisão de teses e dissertações e de trabalhos de

pesquisas das bases de dados da Capes e Scientific Eletronic Library (SciELO)³. Para tanto, foram realizados o levantamento e uma análise de:

- Dissertações e teses sobre a EA em Unidades de Conservação, presentes no banco de teses da Capes e no *site* do Projeto EArte⁴ no período dos últimos cinco anos. A ênfase foi dada no entendimento do caminho trilhado pela EA e os tipos de abordagens e ou atividades evidenciadas como de EA em UC. Também buscou-se entender como estabeleceram as políticas públicas ambientais que envolvem as UC no Brasil.

- Artigos presentes em base de dados de periódicos sobre Educação Ambiental em Áreas Protegidas, com ênfase na concepção de espaço educador sustentável.

- Relatórios de pesquisas realizadas nas UC do estado de Mato Grosso do Sul.

2.2.3 Levantamento de documentos oficiais Federais e Estaduais de Mato Grosso do Sul que abordam a Educação Ambiental e sua coerência com as Unidades de Conservação no Brasil

Nesta etapa, buscou-se levantar documentos oficiais federais, estaduais e municipais de Mato Grosso do Sul que abordam a Educação Ambiental e as Unidades de Conservação. Além disso, abordou-se sobre as áreas naturais protegidas no âmbito mundial, a formação das categorias de UC adotadas no Brasil e a evolução do conceitual dessas categorias (Tabela 3).

Quadro 3. Relação de documentos examinados no presente trabalho

Documento	Natureza do documento	Origem do documento
Constituição Federal (CF/1988)	Legislação	Poder Legislativo
Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795 de 27/04/1999)	Legislação	Poder Legislativo
Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA)	Programa Nacional	MMA
Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC)	Legislação	Poder Legislativo
Diretrizes para Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental em Unidades de Conservação (ENCEA)	Manual	MMA

³ Sistema que abriga periódicos nacionais e internacionais em diversas áreas. Disponível no site www.scielo.br.

⁴ Projeto de site lançado em 2015, com banco de dissertações e teses, contando com um catálogo de cerca de mais de 2.000 pesquisas de Educação Ambiental no Brasil. Disponível no site www.earte.net.

Programa Estadual de Educação Ambiental (ProEEA/MS)	Programa Estadual	IMASUL
Política Estadual de Educação Ambiental de Mato Grosso do Sul (PEEA/MS)	Legislação	Poder Legislativo
Plano de Manejo Parque Estadual do Prosa	Manual	IMASUL

Fonte: Organizado pelo autor da pesquisa, 2019.

Ainda foram produzidos dados de caráter descritivo/interpretativo dos documentos (legislações, programas, manuais e outros) de acervos governamentais e não governamentais: Palácio do Planalto, Ministério do Meio Ambiente (MMA), Instituto Chico Mendes (ICMBio), Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul (IMASUL), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Gestão Urbana (SEMADUR) e World Wide Fund for Nature (WWF).

Dentre esses documentos, o programa de educação ambiental proposto no Plano de Manejo do PEP foi analisado na tentativa de compreender a concepção de EA proposta para o parque. Para a discussão desse documento utilizou-se a categorização das macrotendências de EA Conservadora, Pragmática e Crítica (ICMBIO, 2016).

2.2.4 Coleta de dados empíricos

Segundo Yin (2001), ao realizar uma visita de campo ao local escolhido para o estudo de caso, você está criando a oportunidade de fazer observações diretas em que serão observados comportamentos e condições ambientais pertinentes à pesquisa.

Em nossa pesquisa, a coleta dos dados iniciou-se entre os meses de julho de 2019, tendo sido finalizada em dezembro de 2020. Optou-se pela coleta de dados por meio de observação do lugar e entrevistas. Mas, durante o período ocorreu a Pandemia do Coronavírus, o que impediu entrevistas presenciais e o acompanhamento dos grupos de visitas no PEP, pois o parque pesquisado esteve fechado para visitas, desde de março de 2020⁵.

⁵ Segundo o ensaio COVID-19 e Áreas Protegidas e Conservadas (HOCKINGS et al., 2020), panorama de como as áreas protegidas e conservadas em todo o mundo estão sendo impactadas pela COVID-19. Para muitas áreas protegidas e conservadas, os impactos negativos na capacidade de gestão, nos orçamentos e na efetividade são significativos.

Assim, a observação direta do lugar como parte da coleta de dados no PEP focou aspectos gerais dos elementos naturais e construídos do PEP que foram coletados durante 2019, cuja observação visou identificar potencialidades e desafios presentes no parque. Em contraponto, as observações das relações sociais junto aos grupos de visitantes guiados pelos guardas-parques nas trilhas ficaram impedidas, pois as atividades de visitação pública foram canceladas, como medida de proteção sanitária devido ao Coronavírus. Portanto, a observação do parque que ocorreu foi realizada pelo pesquisador, junto à equipe de trabalho do mesmo.

Utilizou-se na coleta de dados da observação de campo um caderno de campo que contribuiu para a realização da observação como forma de perceber o que o meio ou o espaço oferece como elementos naturais e construídos e ainda pode ser utilizado como um instrumento no trabalho de pesquisa e de ensino por geógrafos, antropólogos, geólogos, entre outros. Tradicionalmente, um caderno de campo é composto de notas de campo, que são o relato escrito daquilo que o investigador ouve, vê, experiencia e pensa no decurso da recolha e reflexão sobre os dados de um estudo qualitativo (BOGDAN; BIKLEN, 1999).

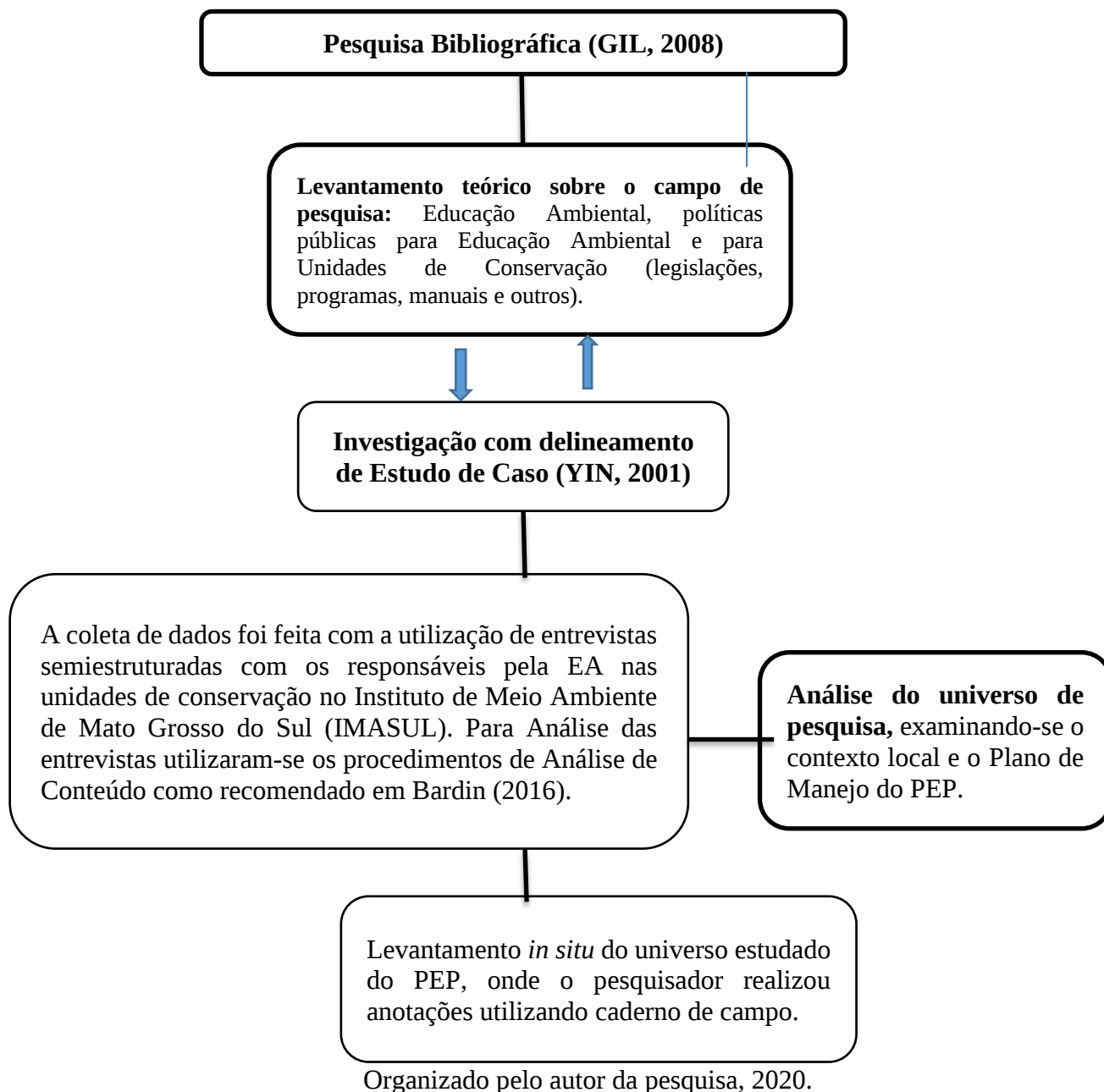
Considerando que, segundo Yin (2001), a coleta de dados para os estudos de caso baseia-se em muitas fontes de evidências, como observações (direta ou participante), entrevistas, documentação, registros em arquivos e artefatos físicos, para a produção dos dados empíricos, também foram realizadas entrevistas gravadas em áudio e transcritas.

As entrevistas realizadas seguiram a seguinte ordem cronológica: 1) Chefe do Núcleo de Áreas Urbanas Protegidas e Gestora do Parque Estadual do Prosa; 2) Gerente de Unidades de Conservação estaduais de MS (IMASUL); 3) Coordenadora da Unidade de Educação Ambiental do Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul (IMASUL).

De modo geral as entrevistas tinham como objetivo entender as políticas públicas propostas e executadas pelo órgão central de Meio Ambiente do estado de Mato Grosso do Sul, sobretudo as que orientam as atividades dos programas de Educação Ambiental nas Unidades de Conservação estaduais.

A técnica da entrevista semiestruturada mostrou-se pertinente, visto que permitiu uma forte interação com os entrevistados, o que possibilitou obter dados ricos para as análises da pesquisa, já que em meio à comunicação resultou de um processo de pensamento e troca de informações intencionais em prol da causa ambiental e social, e não somente o pergunta-resposta entre dois sujeitos.

Figura 1. Fluxograma: Etapas da pesquisa desenvolvida no trabalho



Conforme exposto no fluxograma 1, as pesquisas do tipo documental fornecem subsídios às pesquisas *in situ*, ao mesmo tempo que estas também exigem estudos de domínio teórico, na medida em que estão sendo desenvolvidos os estudos em campo, de forma complementar.

Com a análise dos dados, a discussão foi realizada ancorada em teóricos que discutem a epistemologia ambiental com o Enrique Leff (2006; 2011); a Educação Ambiental de base crítica com Loureiro (2012) e Layrargues (2002; 2003); espaços educadores sustentáveis com

Borges (2011) e Tajber e Sato (2010); políticas públicas com Sorrentino (2005), Milaré (2016), Souza (2006), Ferreira (2012); e Unidades de Conservação e gestão ambiental com Quintas (2003; 2006; 2009), Milano (2012) e Bensusan (2018).

3. EDUCAÇÃO AMBIENTAL E O MOVIMENTO AMBIENTALISTA: MARCOS HISTÓRICOS NO BRASIL

Neste capítulo, inicialmente, propõe-se uma reflexão sobre fatos importantes do movimento ambientalista e da Educação Ambiental, de modo a fornecer subsídios para as discussões a respeito dos documentos orientadores da EA e as Unidades de Conservação, tendo em vista sua contextualização, topologias e documentos que orientam as propostas ambientalmente educativas do público que a elas tem acesso.

A existência de instituições e movimentos sociais envolvidos com a causa ambiental pode ser encontrada em momentos anteriores à década de 50; nada obstante, nesse trabalho considera-se, principalmente, a década de 70 como marco inicial do movimento ecológico (CARVALHO, 2001). Nesta década ocorreram diversas ações e encontros internacionais que deram impulso às discussões ambientais gerais.

Um momento importante e trágico para a humanidade que pode ter desencadeado o interesse por assuntos ambientais e sociais no planeta foi o período posterior à Segunda Guerra Mundial, marcado pelos bombardeios de Hiroshima e Nagasaki, fato evidenciado por Reigota (2007):

Um dos episódios mais bárbaros do século é registrado pelas lentes do exército norte-americano. Uma coluna maciça de fogo e fumaça desenha no ar um imenso cogumelo. Um bombardeiro B-29 norte-americano joga a bomba atômica sobre a cidade de Nagasaki, no Japão, matando mais de 70 mil pessoas. É dia 9 de agosto de 1945. Três dias antes, os EUA lançaram o primeiro artefato do gênero em Hiroshima, onde tinham sido registradas outras 60 mil mortes. O poder destrutivo da nova arma encerra a guerra no Pacífico e, ao mesmo tempo, desencadeia um novo tipo de temor internacional. Nas décadas seguintes, as duas maiores potências nucleares, EUA e URSS, usam a ameaça de seus arsenais para dividir o poder político no planeta, um tenso equilíbrio de forças que fica conhecido como Guerra Fria (REIGOTA, 2007, p. 130-131).

Nesse período do pós-guerra, mais precisamente na década de 1960, aconteceram vários movimentos entre os jovens, que ficaram conhecidos como *Contracultura*. A *Contracultura* teve sua orientação ideária na “filosofia existencialista” de Jean Paul Sartre, ainda na década de 1940.

Os movimentos mobilizaram-se para a contestação social ao modelo vigente e dominador instituído pela cultura ocidental, que tinha como mote o conservadorismo, o

consumismo, o anticomunismo e o otimismo do pós-guerra dos EUA. Os grupos de jovens como o *Beat Generation* (Geração Beat) e o movimento *hippie* (ou movimento “paz e amor”) contrapunham os valores culturais considerados importantes na sociedade: o trabalho, o patriotismo e o nacionalismo, a ascensão social e até mesmo a “estética padrão”⁶. Os hippies diziam não à Guerra do Vietnã e às armas nucleares.

Esses grupos contribuíram para gerar um discurso crítico que envolveria futuramente as questões ambientais e o comportamento humano com eles mesmos e com o ambiente, a partir de uma nova relação com a natureza e com o corpo.

Além disso, ainda na década de 1960, um modelo de desenvolvimento econômico dos países, naquele momento, considerados de primeiro mundo, erigia diversos problemas ambientais a níveis elevados, como poluição atmosférica, perda de fertilidade dos solos, envenenamento e assoreamento de rios, enchentes e perda rápida da biodiversidade. Modelo que também se tornava intento dos países com menor poder financeiro.

Nesse cenário mundial que se estruturava de forma preocupante é lançado, em 1962, o livro *Silent Spring* (Primavera Silenciosa), de Rachel Carson, que contribuiu abertamente para o movimento ambientalista. O Clube de Roma⁷, fundado em 1968, também trouxe grandes contribuições para as causas ambientalistas. Em seguida, o termo *Environmental Education* (Educação Ambiental) é empregado no movimento ambientalista internacional, tendo sido utilizado pela primeira vez, oficialmente, na Universidade de Keele, no Reino Unido, em 1965.

Em 1968, na Conferência da Biosfera, é lançado o programa Homem e Biosfera e, concomitantemente, são lançadas 20 importantes recomendações. Dentre elas, as recomendações 9 e 13 defendiam a necessidade de novos olhares para a Educação Ambiental. A Conferência da Biosfera é considerada marco inicial do movimento pelo desenvolvimento sustentável, termo cunhado oficialmente cerca de duas décadas depois (UNESCO, 1993). Um fato importante é que, em 1969, o biólogo alemão Ernst Haeckel criava a terminação

⁶ PEREIRA, C. A. **O que é contracultura**, (1986).

⁷ Clube de Roma foi um grupo de pessoas que se reuniam para debater um vasto conjunto de assuntos relacionados à política, à economia internacional e, sobretudo, ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável. Foi fundado em 1968 por Aurelio Peccei, industrial e acadêmico italiano, e Alexander King, cientista escocês. Tornou-se um grupo muito conhecido em 1972 devido à publicação do relatório elaborado por uma equipe do MIT contratada pelo Clube de Roma e chefiada por Meadows, intitulado *Os Limites do Crescimento*, que vendeu mais de 30 milhões de cópias em 30 idiomas, tornando-se o livro sobre ambiente mais vendido da história. O referido Relatório tratava essencialmente de problemas cruciais para o futuro desenvolvimento da humanidade: energia, poluição, saneamento, saúde, ambiente, tecnologia, crescimento populacional, dentre outros.

“ecologia”, discorrendo sobre a relação entre os seres vivos e o meio em que vivem, o que coincidiu com o período de maiores devastações florestais da história dos Estados Unidos (TALAMONI et al., 2018).

Posteriormente, em 1975, acontece o I Seminário Internacional de Educação Ambiental, em Belgrado, na antiga Iugoslávia. Neste evento, progrediram discussões da Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente Humano de 1972, na qual foi acordada a inserção da discussão acerca do ambiente na educação, pela Recomendação 96 e pelo Princípio 19 (IBASE, 2006):

Princípio 19: É indispensável um esforço para a educação em questões ambientais, dirigida tanto às gerações jovens como aos adultos e que preste a devida atenção ao setor da população menos privilegiado, para fundamentar as bases de uma opinião pública bem informada, e de uma conduta dos indivíduos, das empresas e das coletividades inspirada no sentido de sua responsabilidade sobre a proteção e melhoramento do meio ambiente em toda sua dimensão humana. É igualmente essencial que os meios de comunicação de massas evitem contribuir para a deterioração do meio ambiente humano e, ao contrário, difundam informação de caráter educativo sobre a necessidade de protegê-lo e melhorá-lo, a fim de que o homem possa desenvolver-se em todos os aspectos (Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, 1972, s/p).

Tratando-se da América do Sul, em 1976, o *Taller Subregional de Educación Ambiental para Educación Secundaria*, realizado no Peru, embora pouco conhecido do público brasileiro, foi considerado o evento regional com uma das abordagens mais completas e complexas em EA naquele momento histórico, que enfatizou a necessidade da transformação das sociedades e a associação entre o social e o natural. Na ocasião, apresentou-se a necessidade metodológica de uma EA participativa, interdisciplinar e regimentada na realidade cotidiana (UNESCO, 1976):

A ação educativa permanente pela qual a comunidade educativa tende à consciência de sua realidade global, o tipo de relações que os homens estabelecem entre si e com a natureza, os problemas derivados dessas relações e suas causas profundas. Desenvolve-se por meio de uma prática que vincula o educando com a comunidade, valores e atitudes que promovem comportamentos que visam transformar essa realidade, tanto em seus aspectos naturais quanto sociais, desenvolvendo no educando as habilidades necessárias para tal transformação (UNESCO, 1976, p. 10).

Em seguida, em 1977, aconteceu a Conferência Intergovernamental de Tbilisi, no território da hoje extinta União Soviética. Evento considerado por especialistas como marco

em nível mundial nas discussões a respeito da EA e o desenvolvimento social, e que, ainda, trouxe pressupostos à EA que norteiam as políticas públicas, programas governamentais ou não governamentais e projetos em diferentes países até os dias atuais. Durante a conferência de Tbilisi, várias questões metodológicas foram trazidas para discussão como parte de uma educação que deve ser coerente com o desenvolvimento social. No documento do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) são listadas algumas:

- ✓ Estudar os planos de desenvolvimento social com vistas à sustentabilidade;
- ✓ Considerar a totalidade dos aspectos ambientais (o que implica o relacionamento entre as diferentes disciplinas científicas para um conhecimento integrado que resolva esses problemas);
- ✓ Entender a educação como processo permanente, com caráter “formal” e “informal”, utilizando-se de diferentes meios;
- ✓ Buscar o uso das experiências das pessoas no local para a efetivação de alternativas solidárias (tendo apreendido, no entanto, embora provisoriamente, as relações entre o local, o nacional e o mundial, enfatizando-se a complexidade dos problemas e soluções);
- ✓ Aplicar uma abordagem interdisciplinar, reconhecendo a especificidade de cada disciplina, de modo que se adquira uma perspectiva global e equilibrada (IBASE, p. 08, 2006).

Em continuidade, vários outros eventos com a temática de EA foram acontecendo pelo mundo, trazendo no bojo de suas discussões questões teórico-metodológicas inerentes aos estudos e práticas da EA relacionadas ao desenvolvimento social. O quadro que segue mostra alguns dos eventos de grande expressão em nível mundial (Quadro 4).

Quadro 4. Eventos de Educação Ambiental

ANO	EVENTOS	LOCAL
1972	Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente	Estocolmo – Suécia
1975	Encontro Internacional em Educação Ambiental (Encontro de Belgrado)	Belgrado – Iugoslávia
1977	I Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental	Tbilisi – Geórgia
1987	Congresso Internacional sobre a Educação e Formação Relativa ao Meio Ambiente	Moscou – URSS
1990	Conferência Mundial sobre Educação para Todos	Jomtien – Tailândia
1992	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD) Rio 92	Rio de Janeiro – Brasil
1994	I Congresso Ibero-americano de Educação Ambiental	Guadalajara, México
1997	Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Sociedade: Educação e Conscientização Pública para a Sustentabilidade	Thessaloniki, Grécia

1997	I Conferência Nacional de Educação Ambiental	Brasília – Brasil
1997	IV Fórum de Educação Ambiental e I Encontro da Rede de Educadores Ambientais	Vitória – Brasil
1997	Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano (Conferência de Estocolmo)	Estocolmo - Suécia
2002	Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável - Rio + 10	Johannesburgo - África do Sul
2004	V Fórum Brasileiro de Educação Ambiental	Goiânia – Brasil
2006	V Congresso Ibero-americano de Educação Ambiental	Joinville - Brasil
2007	I Congresso Internacional de Educação Ambiental dos Países Lusófonos e Galiza	Santiago de Compostela – Espanha
2009	V Congresso Internacional de Educação Ambiental	Montreal - Canadá
2009	VI Congresso Ibero-americano de Educação Ambiental	Buenos Aires – Argentina
2012	Rio +20	Rio de Janeiro – Brasil
2013	7º Congresso Mundial de Educação Ambiental	Marrakech – Marrocos
2015	IV Congresso Internacional de Educação Ambiental dos Países e Comunidades de Língua Portuguesa	Torreira, Murtosa – Portugal
2017	IX Fórum Brasileiro de Educação Ambiental	Balneário Camboriú – Brasil

Fonte: Organizado pelo autor da pesquisa, 2019.

Aconteceram, além dos supracitados, outros eventos ambientais importantes (fóruns, congressos, encontros, conferências) com temas mais abrangentes que levaram a EA como uma temática de eixo para discussão. Estes puderam contribuir com a reflexão de que a educação deve caminhar junto a outras questões a ela relacionáveis, em uma contextualização da complexidade ambiental, ou seja, com o seu envolvimento com as questões sociais, econômicas, políticas, ideológicas, culturais, ecológicas e os problemas ambientais (LOUREIRO, 2012).

A EA como campo da educação ainda gera muita discussão, mas demonstra que não existia anteriormente, em movimento, um processo educativo que não compreendia a dimensão ambiental para contribuir para a ressignificação na relação entre a humanidade e a natureza. Pelo menos, não de forma harmoniosa, mas em uma relação ética e de autoconsciência.

Em meio a esse contexto educativo, faz-se mister acusar a doutrina neoliberal oriunda do liberalismo clássico e que ambas são fruto de ordem do capital. Apesar de adepto da doutrina, o próprio Fundo Monetário Internacional (FMI), aponta algumas propostas políticas neoliberais como nocivas para o desenvolvimento econômico em longo prazo e que vêm gerando desigualdade social.

Sobre a proposta neoliberal, Bianchetti (2005) afirma:

[...] movimento político-econômico heterogêneo consolidado nos países capitalistas desenvolvidos [...], cuja proposta econômica significa o retorno aos princípios ortodoxos do liberalismo, ou seja, às propostas da economia clássica como a única alternativa de superação da crise pela qual passam essas sociedades (BIANCHETTI, 2005, p. 21).

Um aspecto que marcou a década de 1970 foi a crise de um recurso natural, o petróleo, que comprometeu a economia mundial. Nesse contexto, os Estados Unidos tiveram que enfrentar o embargo de alguns países da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), uma vez que a maioria dos membros dessa organização é de origem árabe do oriente médio e os Estados Unidos apoiavam o Estado de Israel.

Em contraponto ao *Keynesianismo*, que estabelecia o Estado como o agente indispensável para o controle da economia, além do dever de garantir as condições de vida digna à população como o salário mínimo, a redução da jornada de trabalho, a assistência médica, entre outros (BIANCHETTI, 2005), os Estados Unidos, governados pelo presidente Ronald Reagan (1981-1989) e a Inglaterra, governada pela primeira ministra britânica Margaret Thatcher (1979-1990), lançam programas sociais e econômicos alicerçados por teses neoliberais com privatizações, austeridade fiscal, desregulamentação, livre comércio e o corte de despesas governamentais, reforçando assim o papel do setor privado. Entrementes, o “Estado de bem-estar social”, como ficou conhecido o *Keynesianismo*, é substituído pelas diretrizes da doutrina neoliberal.

Entende-se que é nesse entrelace histórico que se estabelece uma crise de ordem econômica, política, social e ambiental, visto que envolveu um dos serviços ambientais mais importantes para a humanidade em um contexto político que tende a colocar em cheque direitos sociais em ordem global, sendo mais acentuado às classes sociais menos favorecidas de vários países subdesenvolvidos e em alguns momentos criando estado de guerra, como a incursão militar dos EUA no Iraque (2003-2011), que teve como pretexto do país americano a luta contra o terrorismo.

Diante de todo esse contexto histórico, em que o capital traz graves celeumas à humanidade e à Natureza, se vê instalada uma crise civilizatória globalizada que continua em pleno século XXI, e a Educação Ambiental foi apontada como preponderante no enfrentamento desses problemas de desordem ambiental e social. Sobretudo com a tarefa de desvelar a própria situação caótica da civilização atual, tomando partido para uma ética ambiental com o empoderamento do cidadão.

A EA nesse contexto, assume o desafio da reflexão e novas ações entre a sociedade e a Natureza, conforme aponta Reigota (2010, p. 61) ao mencionar que a EA assume “o desafio de mudar as ideias de modelo de desenvolvimento econômico, baseado na acumulação econômica, no autoritarismo político, no saque aos serviços naturais, no desprezo às culturas de grupos minoritários e aos direitos fundamentais do homem”.

3.1.1 Educação Ambiental no contexto histórico do Brasil

Segundo Carvalho (2001), pode-se encontrar no Brasil, desde a década de 1950, militantes das causas conservacionistas e a constituição das primeiras entidades de proteção à natureza. Todavia, no Brasil, entre as décadas de 1970 e 1980, as questões ambientais eram ainda pouco discutidas pela sociedade de forma geral. Apesar disso, existiam intelectuais, grupos acadêmicos, professores e ativistas que se envolviam em questões de ordem política, questionando os impactos aos ambientes naturais por meio de passeatas e protestos (TRISTÃO; JACOBI, 2010).

E para descrever a história da EA no Brasil é necessário tecer considerações sobre a história da América Latina como um todo, já que é justamente na reflexão crítica da nossa história de colonização que encontramos as procedências da problemática ambiental do continente. Entende-se que o processo histórico de colonização por parte dos europeus na América tinha como objetivo a retirada de recursos naturais (metais preciosos, animais, madeira, especiarias, etc.) e mais tarde a escravização de seres humanos. Tal processo tornar-se-ia um comportamento comum dos próprios latino-americanos, porém com acomodações diante do capital internacional para os dias atuais. Trata-se de uma história marcada pela opressão, pelo sofrimento e pela degradação ambiental muito visível no cenário atual.

Ao observar o Brasil nesse contexto, pode-se identificar grandes problemas na relação da sociedade brasileira com a natureza. Na história do país, podemos observar: tráfico e escravidão humano; retirada de madeira, sendo inicialmente com interesse pelo pau-brasil; regime agrícola monocultor e latifundiário; caça e pesca indiscriminada. Fica evidente que o

processo colonizatório aliado à degradação ambiental e social deixou marcas e ainda existe hoje de forma arraigada nos processos culturais do brasileiro. E, evidentemente, em pleno século XXI, a questão ambiental interfere na política regional latino-americana, seja em questões internas dos países, seja nas relações internacionais dos blocos econômicos (Caricom, Mercosul, Pacto Andino, MCCA) com outros países.

Na década de 1950, em um cenário peculiar no Brasil, uma política desenvolvimentista, gestada pelo então Presidente Juscelino Kubitschek (“Crescer 50 anos em 5 anos”), iniciava-se a incursão e instalação de várias indústrias nacionais e multinacionais no território nacional, que poderiam gerar uma série de problemas ambientais. Com isso, alguns grupos de pessoas incomodadas com as questões ambientais começam a se organizar, como a fundação da União Protetora do Ambiente Natural (UPAN), no ano de 1955, no Rio Grande do Sul, e a criação da Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN), no ano 1958, no Rio de Janeiro (CARLOS, 2009).

Mas nesse contexto, o ambientalismo brasileiro permanecia no debate das problemáticas ambientais (preservação natural, combate à poluição e outras) e deixava de lado as questões sociais e políticas (pobreza, justiça, justiça ambiental, por exemplo). As consequências desse contexto para a EA estão relacionadas à criação de práticas ingênuas e descontextualizadas, com meio ambiente e sociedade apartados dos contextos da educação de modo geral (TRISTÃO; JACOBI, 2010).

Torna-se importante mencionar que o debate ambiental no Brasil se estabelece na década de 1970, em plena ditadura militar, em razão de pressões internacionais (LOUREIRO, 2012), na qual os movimentos sociais e ambientais resistiam frente ao governo militar instalado. Governo que tinha um projeto desenvolvimentista a qualquer custo e que deixou sequelas sociais e ambientais, com projetos de mau planejamento e gerência duvidosa, percebidas até hoje: Transamazônica (BR-230); Transpantaneira; Angras I e II; hidrelétricas Tucuruí, Ilha Solteira, Jupia, Itaipu e outros.

Ainda na década de 1970, constatou-se entre as agências ambientais ligadas ao Estado e algumas entidades ambientais não governamentais pontos convergentes e divergentes a respeito das políticas ambientais no Brasil. O principal ponto de divergência era que as agências ambientais estatais tinham como foco principal o cuidado com a poluição industrial; as entidades ambientais não-governamentais, por sua vez, com a preservação do ecossistema.

O principal ponto de convergência entre elas era que havia profissionais colaboradores em comum para o funcionamento de alguns pontos das políticas ambientais (CARLOS, 2009).

No tocante à educação, em comparação a outros países, no Brasil, a Educação Ambiental se fez tardiamente. Embora em uma ação governamental promovida pela já extinta SEMA (Secretaria Especial do Meio Ambiente) tenham sido realizados cursos de ecologia para profissionais do ensino fundamental, entre 1986 e 1990, em conjunto com a Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), UnB (Universidade de Brasília) e Pnuma (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente). Foi o primeiro curso de especialização em Educação Ambiental (LOUREIRO, 2012).

Um outro marco importante ocorreu quando o Conselho Federal de Educação definiu, em 1987, por meio do parecer 226, que a Educação Ambiental tem caráter interdisciplinar, apesar de as secretarias estaduais e municipais de educação darem continuidade à discussão sobre tê-la ou não como disciplina específica na educação básica em vários Estados (MMA, 1987).

Em seguida, o Brasil vive um momento de mudanças e de participação popular no que diz respeito às questões ambientais e outras temáticas inerentes. Ainda pode-se ver que a EA se insere em setores do governo brasileiro e no meio científico atrelados à conservação dos bens naturais:

Os anos 80 no Brasil foram os anos da “abertura” que se seguiu ao fim do regime militar, onde se destaca o movimento pelas “diretas já” em 1984. É uma década de esperança onde se aposta na reconquista dos direitos civis e políticos e no avanço dos direitos sociais, uma luta que deu o tom ao processo Constituinte. Os novos movimentos sociais reforçaram, nesse contexto de abertura e “empoderamento” da sociedade civil, a ampliação da esfera pública. Com a inclusão, no rol das lutas sociais, de uma série de “novos direitos” - direito ao meio ambiente, direito das mulheres, direito a livre escolha sexual, direito a informação, entre outros [...] (CARVALHO, 2001, p. 47).

Toda luta desse movimento torna-se de fato concreta com a Constituição de 1988, que traz um capítulo em especial sobre o meio ambiente e o poder público, que preceitua no artigo 225:

[...] todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (CF 1988, Capítulo VI, Artigo 255).

Nesse desenrolar, as décadas de 1980 e 1990 tiveram um grande avanço da “consciência ambiental” e, por conseguinte, a EA tornou-se mais divulgada. Tem-se também um progresso de políticas públicas voltadas para a EA (Quadro 5):

Quadro 5. Políticas Públicas Brasileiras de Educação Ambiental

PRINCIPAIS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL (décadas de 1980-1990)	
1981	Política Nacional de Meio Ambiente (Lei nº 6.938/81). Inclusão da EA em todos os níveis de ensino.
1988	Inclusão da EA como direito de todos e dever do Estado no capítulo de meio ambiente da Constituição.
1989	Criado o Fundo Nacional de Meio Ambiente (Lei nº 7.797/89), apoio aos projetos de EA.
1992	Criado o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e os Núcleos de EA do IBAMA e dos Centros de Educação Ambiental pelo Ministério da Educação (MEC).
1994	Criação do Programa Nacional de Educação Ambiental (PronEA) pelo MEC e MMA.
1995	Câmara Técnica Temporária de EA do CONAMA.
1997	Elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais, em que “Meio Ambiente” é incluído como um dos Temas Transversais.
1999	Aprovação da Política Nacional de EA pela lei nº 9.795/99, e a criação da Coordenação-Geral de EA no MEC e a Diretoria de EA no MMA.
Marcos Legais da EA: - Lei nº 9.394/96 Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9.795/99 Política Nacional de Educação Ambiental	

Fonte: CARVALHO, 2012.

Nesse momento histórico, porém, o governo brasileiro teve uma orientação política internacional voltada ao capital internacional, com a base ideológica preconizada pelo FMI e pelo Banco Mundial, sendo muito comum servir de base orientadora em documentos

resultantes das conferências da Organização das Nações Unidas (ONU). Documentos estes que não são populares e muito menos democráticos (LOUREIRO, 2012).

Outra questão importante para a história da EA no Brasil refere-se aos primeiros livros, dissertações de mestrado e monografias de especialização sobre Educação Ambiental que surgiram no país a partir do final da primeira metade dos anos 1980 (REIGOTA, 1998). Nos anos de 1990 houve um considerável aumento de teses, dissertações e monografias e também aconteceram os primeiros encontros nacionais de EA realizados no Estado de São Paulo (I, II e III Fóruns de Educação Ambiental), agrupando um grande número de participantes, além dos simpósios regionais e locais ocorridos no território do Brasil.

Toda essa movimentação na década de 1990 foi provocada pela Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1992 (20 anos após a Declaração de Estocolmo), conhecida como Eco 92, Cúpula da Terra ou Rio 92. A Conferência teve como principal objetivo obter, através de negociações, a redução na concentração de gases estufa na atmosfera, limitando a interferência do homem nos sistemas climáticos.

Durante a conferência foram produzidos alguns documentos oficiais importantes:

✓ Três convenções:

A Convenção sobre Diversidade Biológica, tratando da proteção da biodiversidade;

A Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação, tratando da redução da desertificação;

A Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima, tratando das mudanças climáticas globais;

✓ A Carta da Terra;

✓ A Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento;

✓ A Declaração de Princípios sobre Florestas;

✓ A Agenda 21.

Paralelamente à Rio 92, outro evento não governamental significativo para EA ocorreu por meio do Fórum Global das Organizações Não Governamentais. Nesse fórum estavam

reunidas pessoas e entidades que não se sentiam representadas no evento realizado pelas Nações Unidas⁸.

ONGs e movimentos sociais de todo o mundo reunidos no Fórum Global formularam o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis, cuja importância foi definir o marco político para o projeto pedagógico de EA para fortalecer as diferentes ações, atividades, programas e políticas educacionais (CARVALHO, 2012). Nesse ínterim, Paulo Freire fora escolhido como representante da Educação Ambiental⁹.

Adiante, além dos Parâmetros Curriculares Nacionais – Tema Transversal Meio Ambiente e Saúde, publicado em 1997, outras ações e eventos relevantes ocorreram entre os anos de 2003 a 2010, durante o governo do ex-presidente Lula. No entanto, a gestão desse governo foi considerada “controversa”, no que diz respeito às questões ambientais relacionadas ao meio ambiente, sendo alvo de críticas que apontavam tomadas de decisões consideradas contrárias às ideias do movimento como a do professor e pesquisador Marcos Reigota (2008, p. 61) que aponta:

A perspectiva da cidadania tem importância fundamental na educação ambiental brasileira, no entanto desde o início do primeiro governo Lula, uma série de acontecimentos, decisões políticas, eventos, seminários e documentos foram no sentido contrário ao que tem sido construído desde o final dos anos 1970.

Segundo Reigota (2008), cria-se então um “mal-estar” entre alguns militantes e alguns pesquisadores. De um lado alguns viam uma possibilidade de pôr em prática seus trabalhos com subsídios do Estado pela interação junto ao governo federal e, do outro lado, dissidentes com posição contrária ao que estava acontecendo. Reigota aponta veementemente a relação entre o governo:

As relações promíscuas, no e em volta do poder federal, se manifestaram, por exemplo, na difusão de uma versão da história e dos fundamentos da educação ambiental que elimina a diversidade e as contribuições ao movimento e a área, dos(das) militantes, professores(as) e

⁸ Um fenômeno social muito comum que vem acontecendo é o sentimento de não representação popular nos grandes eventos nacionais e internacionais governamentais e não governamentais. Isso vem provocando a formação de eventos paralelos aos grandes. Além do supracitado, temos como exemplo o Fórum Econômico Mundial (Davos, Suíça) x Fórum Social Mundial (Itinerante) e o Fórum Mundial da Água (última edição Brasil) x Fórum Alternativo Mundial da Água.

⁹ Em 1992, na ECO-92, no Rio de Janeiro, durante a elaboração do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, Paulo Freire foi escolhido para ser representante da Educação Ambiental no Brasil (CAMPELO JUNIOR, 2015).

pesquisadores(as) dissidentes [Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental - OGPRONEA] (REIGOTA, 2008, p. 62).

Algumas decisões do então governo do Partido dos Trabalhadores (PT) incomodaram, como a liberação de produção, exportação e comercialização da soja transgênica, a tentativa de conclusão da usina nuclear Angra III, a transposição do rio São Francisco, aprovação da lei n. 4.776/2005¹⁰, a aprovação da alteração do Código Florestal e outras medidas que, do ponto de vista ambiental, foram descompromissadas com esse ideal. Todavia, cabe lembrar que esses críticos permaneceram descontentes com o governo que perduraria por mais 6 anos com a ex-presidente Dilma Rousseff e que após o golpe culminaria com a então gestão do presidente Michel Temer até o fim de 2018.

Mais recentemente, um dos importantes eventos de cunho ambiental que ocorreram no Brasil, após 20 anos da Rio 92, foi organizado pela ONU no Rio de Janeiro. Denominado Rio +20, desenvolvido no período de 13 a 22 de junho de 2012, culminou com uma declaração de 49 páginas assinada pelos 188 países participantes, intitulada O Futuro que Queremos (VELASCO, 2013).

Esse evento avaliou os avanços diante dos tratados assinados pelos chefes de Estado durante a Eco 92 e constatou resultados nada animadores sobre a proteção do ambiente, pois grande parte das propostas não se concretizaram.

O documento O Futuro que Queremos, resultado desse evento, não enfatizou os enfoques humanista, holístico, democrático e participativo, o que motivou críticas dos educadores ambientais. Nesse sentido, Velasco (2013, 2013, p. 98) salienta:

Em segundo lugar, é preciso notar que o documento final da “Rio + 20” na sua parte dedicada à educação, não reivindica-reafirma todos os princípios filosóficopedagógicos da educação ambiental que foram construídos no âmbito das conferências patrocinadas pela ONU desde a realizada em Estocolmo em 1977, e que foram aproveitados na lei brasileira de Política Nacional de EA (PNEA), aprovada em 1999.

Cabe ainda ressaltar para o entendimento da Educação em sua relação entre as questões ambientais e os movimentos sociais no Brasil que nos anos de 1980 e 1990 houve uma aproximação progressiva de diálogo entre os movimentos sociais urbanos, os movimentos

¹⁰ A Lei número 4.776/2005 regulamenta a exploração da madeira na Amazônia, tratando como concessão florestal a retirada de madeira em unidades de manejo por empresas interessadas por meio de editais.

populares de um modo geral e da Igreja da Libertação e das Comunidades Eclesiais de Base (CARVALHO, 2012).

Para Carvalho (2012), em um primeiro momento (1980) a temática ambiental não agradou aos movimentos populares e sindicais que a viam como uma questão exógena, fora do contexto da luta das classes populares. Contudo, houve uma aproximação e um exemplo e, por que não, um dos casos mais enfáticos é a história do seringueiro Chico Mendes, que aliava os problemas sociais enfrentados pelos seringueiros na Amazônia com a preservação de seus territórios.

Loureiro (2012) aponta que o ambientalismo brasileiro nasce como movimento com a preocupação de mudança social baseada nas questões ambientais e que, no desenrolar da história, se aproxima dos movimentos sociais consolidados pelas lutas do direito do trabalhador e fundamentados na crítica da relação capital-trabalho. Houve também uma aproximação da CUT (Central Única dos Trabalhadores) em Fóruns de Movimentos Sociais com as ONGs nos debates preparatórios para a Eco 92. Com a defesa do patrimônio hídrico e da água na represa Billings, em São Paulo.

Em meio a essas discussões e lutas socioambientais, entende-se que não há, objetivamente, um apartamento entre objetivos, haja vista que o campo ambiental é pensado e alicerçado no campo social, sendo por isso considerado um erro pensar em ambos os campos dissociados. Tanto que, a partir dos anos 2000, muitos educadores, pesquisadores, militantes populares e ambientalistas passaram a trabalhar juntos. A pesquisadora Isabel de Carvalho colabora:

A formação de um campo ambiental no Brasil resulta da articulação de diferentes forças sociais. Nesta trama de processos e atores, a participação dos grupos e movimentos organizados da sociedade civil parece ser uma força protagônica na demarcação do ambiental enquanto esfera de ação política cidadã, isto é, esfera plural de decisões comuns que afetam o interesse público. Seja pela via dos movimentos nomeadamente ecológicos, seja pela via das lutas sociais pelo acesso público aos bens ambientais, uma diversidade de atores entre os movimentos sociais, grupos de interesse; e mais recentemente ONGs incorporaram a temática ambiental em suas agendas (CARVALHO, 2001, p. 47).

3.2 A POLÍTICA ATUAL DE DESESTRUTURAÇÃO DA EDUCAÇÃO (AMBIENTAL) E DO MEIO AMBIENTE

No que diz respeito à relação de poder no Brasil nos campos da política, economia e das instituições, a tendência hegemônica de dominação é das classes mais abastadas, que também são conservadoras e perigosas para os movimentos sociais em geral, o que inclui os movimentos ambientais. Logo, conclui-se que não há como efetivar uma conquista ambiental sem a crítica ao capital, já que a forma predadora que assume o trabalho humano e a sua relação com a natureza e como essa forma espoliadora se conjectura, além disso, nas relações sociais.

Tratando-se dessa relação de poder em um campo de disputa entre classes, faz-se mister relembrar o grave caso ocorrido em 2017 com um pesquisador da EA e também professor da Universidade de São Paulo (USP). O professor Marcos Sorrentino foi intimado a responder a uma sindicância por realizar uma atividade, a intitulada Jornada Universitária em Apoio à Reforma Agrária (JURA), em parceria com o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), em abril de 2017. Nas palavras do professor, houve uma “triagem ideológica”, já que no mesmo ano houve um tratamento diferente em outros eventos nas áreas públicas do Núcleo de Apoio à Cultura e Extensão em Educação e Conservação Ambiental (NACE PTECA/ESALQ), como por exemplo, uma feira de empresas de agronegócio e transgênicos. Sobre o ocorrido, o professor, ainda, acusa: “A escola serve majoritariamente a essas grandes empresas que trazem recursos a laboratórios, e quando há um conjunto de professores ou estudantes que se comprometem com a agricultura familiar ou com agricultores acampados, vem esta triagem dizendo que não poderíamos usar o gramado para oficina.¹¹”.

Em primeiro de janeiro de 2019 teve início a gestão do presidente eleito Jair Messias Bolsonaro, que em sua primeira semana ocupando o cargo iniciou mudanças profundas que comprometerão de forma negativa o meio ambiente e a educação do país:

1. Segundo o Diário Oficial da União do dia 01 de janeiro de 2019, transfere da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), a responsabilidade de identificar, delimitar e fazer as demarcações de terras indígenas e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) a responsabilidade da regularização de terras quilombolas para um Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Vale ressaltar que os ocupantes do ministério possuem interesses antagônicos aos propósitos da criação da FUNAI. Essa mudança de responsabilidade traz estagnação nos processos de demarcação e regularização desses povos

¹¹ Entrevista disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/11/13/professor-intimado-pela-usp-ha-triagem-ideologica-na-universidade-brasileira/>. Acesso em: 10 ago. de 2019.

vulnerabilizados pelo agronegócio representado pela bancada ruralista na câmara dos deputados, no senado e também de alguns ocupantes de cargos do Ministério da Agricultura, sendo que este ministério apresenta interesses quase sempre contrários à política de demarcação.

2. A Medida Provisória N. 870, de 1º de janeiro de 2019, extingue o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA). O conselho desempenhava a função de espaço institucional para o controle social e participação da sociedade na construção, monitoramento e avaliação de políticas públicas de segurança alimentar e nutricional. Promovia a realização progressiva e efetiva do Direito Humano à Alimentação Adequada a toda a população e ainda respondia pela implementação da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica e o Programa de Aquisição de Alimentos, que possibilitava as compras institucionais de alimentos da agricultura familiar para alimentação escolar e órgãos públicos.

3. O presidente eleito anunciou em uma solenidade de formatura de cadetes aspirantes a oficial do Exército que irá rever o regime de multas do Ibama e ICMBio por crimes ambientais. De fato, aconteceu.

4. Reestruturação ministerial definida com o Decreto 9.672/2019 que coloca a EA restrita à atuação de uma Secretaria de Ecoturismo do Ministério do Meio Ambiente e, com o Decreto 9.665/2019, criou-se uma nova estrutura organizacional do Ministério da Educação, subordinando a EA à Diretoria de Políticas e Regulação da Educação Básica. Em ambas as pastas perdem seus ambientes e passam a ser subordinadas a outras diretorias diminuindo seu espaço, visibilidade e consequentemente possibilidades de verba direta. Essa reestruturação fragiliza as políticas públicas de EA que foram construídas pelo movimento ambiental no Brasil ao longo de 30 anos. Diante dessa gravidade, a comunidade acadêmica formada por pesquisadores do campo da EA se manifestou em uma carta aberta, alertando o que chamam de

um grave desmonte, reducionista de uma dimensão educativa considerada na atualidade pela sociedade brasileira, assim como pela comunidade internacional, como fundamental para o enfrentamento da grave crise socioambiental. As medidas do Executivo provocam mudanças estruturais que impedem e dificultam o cumprimento das leis que garantem a educação ambiental como uma política pública do Estado brasileiro, assim como desconhecem todo o processo que construiu e consolidou a educação ambiental no Brasil (ANPEd, 2019, p. 02).

5. O primeiro ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, prometeu combater o que ele chama de “marxização cultural” da educação brasileira, ou seja, qualquer professor/pesquisador que faça uso de referenciais teóricos de base marxista enfrentará problemas. Ressalta-se que no plano de educação do presidente eleito é citado que Paulo Freire deve ser “expurgado da educação”.

6. O então ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, propõe rever os critérios da criação de todas as Unidades de Conservação do território brasileiro por meio de alterações na lei que rege o Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Tais mudanças vão na contramão de várias organizações mundiais e fere vários compromissos internacionais em que o Brasil é signatário.

Somente nesses seis itens supracitados, fica evidente a fragilização pela qual a Educação (Ambiental) enfrentará nos atuais e próximos anos face a esse governo que traz uma política antidemocrática, de não enfrentamento dos problemas ambientais, da falta de diálogo e do desinteresse pelas questões socioambientais.

4. EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO – DOCUMENTOS ORIENTADORES EM NÍVEIS FEDERAL E ESTADUAL

Todo documento orientador de uma política (educacional ou não), extrapola sua esfera jurídica de abrangência, pois é produzido dentro de um contexto social e histórico pontual, que dá ao mesmo, características próprias passíveis de serem superadas ao longo do tempo. Como, por exemplo, as evoluções conceituais e questões de situações históricas daquele momento. Daí tem-se a necessidade de rediscutir esses documentos para avanços, visando sua eficácia.

Faz-se mister salientar que não existem documentos normativos ou orientadores para as UC relativas ao município de Campo Grande¹². Assim sendo, nesta sessão pretende-se discutir alguns aspectos de documentos que envolvem a EA direta ou indiretamente nas UC (ver quadro 3).

Com antecipação, as discussões dos documentos que orientam a EA e, sendo mais específico, aqueles que são propostos para as UC, optou-se em fundamentar o conceito de políticas públicas. Haja vista que os documentos que serão considerados adiante são parte de políticas públicas que vão desde seu planejamento, elaboração, implementação, ação e avaliação.

No campo teórico das Ciências Políticas e da Administração, são travados debates sobre a mais precisa definição do conceito que, por sua vez, pode parecer um campo holístico, já que há diferentes pesquisadores com perspectivas diferenciadas devido às variadas formações acadêmicas (direito, economia, ciência política, sociologia, antropologia, geografia, história, planejamento, gestão e ciências sociais). Celina Souza (2006) entende política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real.

¹² Verificado na Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano de Campo Grande (SEMADUR).

Além disso, deve-se levar em consideração que compete aos governos programar e implementar as políticas públicas e que a gestão de um governo pode optar por políticas definidas exclusivamente por aqueles que estão no poder, como nas versões também simplificadas do elitismo, servindo apenas aos interesses de determinadas classes sociais, como diriam as concepções estruturalistas e funcionalistas do Estado (SOUZA, 2006).

Seguindo essa linha de raciocínio, entende-se também que os documentos (legislações, manuais, programas, etc.) são orientativos que carregam o pensamento e ou ideologias de um determinado grupo que está à frente de sua elaboração e implementação e que pensar, implementar e avaliar algum tipo de política pública somente dentro de um gabinete de governo com trabalho meramente técnico é um erro, pois as políticas públicas existem para dirimir problemas públicos.

Portanto, para legitimidade da política e sua assertividade, o público deve sempre participar do processo de constituição democrática da política. Frente a isso, a EA, em uma perspectiva crítica e emancipatória do cidadão, surge como uma das possíveis estratégias para o enfrentamento da crise civilizatória e que corrobora com esse processo democratizante.

Pensando a ética da sustentabilidade ambiental e os pressupostos da cidadania, a política pública no contexto da educação ambiental pode ser entendida como um conjunto de procedimentos formais e informais que expressam a relação de poder e se destina à resolução pacífica de conflitos, assim como à construção e ao aprimoramento do bem comum (SORRENTINO et al. 2005). Para efetivação da resolução desses conflitos socioambientais, os documentos orientadores de EA brasileiros são de extrema importância, sobretudo quando o panorama demanda ações do Estado.

Constituição Federal de 1988

Em termos internacionais, os documentos que traziam a importância e as formas de implementação da EA sofreram diversas evoluções conceituais ao longo do tempo. A educação ambiental surge em diversos textos legais anteriores às legislações brasileiras. Contudo, a primeira vez que a EA aparece na legislação de modo explícito foi na Lei 6.938 de 1.981, que estabeleceu a Política Nacional de Meio Ambiente (Art. 2º, inciso X) e que posteriormente deu prosseguimento na Constituição Federal (CF) de 1988.

A CF de 1988 trouxe a educação ambiental no Capítulo VI (texto dedicado ao meio ambiente). Observa-se que este é um dos capítulos do Título VIII dedicado à ordem social.

Apesar de não ter sido utilizado o conceito de desenvolvimento sustentável, pode-se entender que no documento a EA traz de forma implícita a sustentabilidade socioambiental¹³.

De acordo com a CF, todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (Art. 225, caput). Para certificar a efetividade desse direito, compete ao Poder Público promover a EA em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente (§ 1º inciso VI). A EA tornou-se então um dever do Estado brasileiro (BARBIERI, 2002). Esse dispositivo da lei traz um avanço relevante ao meio ambiente em responsabilizar o Estado em sua governança.

Nesta esteira, o poder público é incumbido de definir políticas públicas que incorporem a dimensão ambiental, de promover a EA em todos os níveis de ensino e de trazer a conscientização pública para a preservação do meio ambiente, embora a educação ambiental não formal seja especificada.

É importante evidenciar que a CF acarretou relevante progresso no que diz respeito às questões ambientais, visto como foi uma das primeiras constituições do mundo a abordar o meio ambiente em um capítulo próprio, o que veio a ser feito em demais países por meio de emendas, como por exemplo, as modificações nas Constituições do Chile e Panamá (1972), Iugoslávia (1974), Portugal (1976), e Espanha (1978) (MILARÉ, 2016).

Embora a Lei Maior pareça deixar um “vácuo legislativo” não sendo mais específica, nota-se que o documento é considerado um avanço para a realização da EA, uma vez que a Carta Magna está no topo da pirâmide legislativa e por isso dá validade às demais leis nas esferas federal, estadual e municipal e a atos menores (portarias, regulamentos, resoluções) que com ela estiverem em conformidade. Desse modo, o pesquisador Édis Milaré (2016) completa que o conjunto da legislação infraconstitucional e dos decretos reguladores relativos ao meio ambiente ratificam o requerimento do legislador e do administrador público com a preservação do meio, com a qualidade ambiental e a qualidade de vida humana, com o manejo acertado dos serviços ambientais.

¹³ O ecossocioeconomista Ignacy Sachs traz a discussão sobre o conceito, enfatizando que as dimensões da sustentabilidade são social, ambiental, econômica, cultural, política, ética e espacial. SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**, Rio de Janeiro, Garamond, 2002, p. 20-21.

No que concerne a EA em UC, a Carta embasou e direcionou em nível federal outros documentos relevantes (legislações, programas, manuais e outros), como a Política Nacional de Meio Ambiente, a Política Nacional de Educação Ambiental (1999), o Programa Nacional de Educação Ambiental (2005), o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (2000) e as Diretrizes para Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental em Unidades de Conservação (2011).

Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA - Lei nº 9.795 de 27/04/1999)

A lei n. 9.795/99 foi efetivamente regulamentada pelo decreto n. 4.281/02, que dispõe especificamente sobre a Educação Ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental. Seguidamente à publicação da PNEA, constituiu-se no Ministério da Educação a Coordenação Geral de Educação Ambiental, e no Ministério do Meio Ambiente, a Diretoria de Educação Ambiental como instâncias de execução da PNEA para que pudessem fazer valer a lei em questão.

Dentro do contexto histórico em que foi institucionalizada, a PNEA é acusada pela falta de debates e discussões nos âmbitos sociais e políticos, dando a entender que todos os atores envolvidos concordaram em suma com a lei que seria estabelecida em sua totalidade textual. Mesmo os setores antagônicos que tinham interesses diferentes e conflitantes no que diz respeito a uma política educacional que atuaria no campo ambiental. Nesse sentido, o pesquisador Philippe Layrargues chama a atenção:

À primeira vista, soa estranha a tentativa de explicitar uma específica PNEA em relação às demais políticas públicas. Mas há um traço distintivo que surpreendentemente a coloca numa condição *sui generis vis-à-vis* as demais: ela já parte de um quadro de ausência absoluta de oposição política, ao menos de explícito. Não houve e nem há, em qualquer setor social brasileiro, alguma manifestação ou movimento de oposição ou resistência à institucionalização de uma política nacional de educação ambiental, ou na melhor das hipóteses, em oposição de alguns dos seus termos, ao contrário das demais políticas públicas (de meio ambiente, biodiversidade, recursos hídricos, recursos pesqueiros, resíduos sólidos, entre outras) que necessariamente envolvem interesses conflitantes em disputa, colocando frente a frente visões e argumentos opostos (LAYRARGUES, 2003, p. 66).

Essa ausência de posição política, que configuraria os debates da lei, pode ter causado o empobrecimento da mesma ou até mesmo ter deixado de ter força para estabelecer obrigações a setores da sociedade que contradizem as questões de sustentabilidade

socioambiental. Uma vez que, não havendo um debate sério das políticas públicas, perde-se o sentido da democracia colocando em xeque a real validade de uma legislação.

Porém, uma lei pode e deve ser debatida e revisada para se entender os verdadeiros anseios da sociedade. Por isso, acredita-se que as soluções para a atual crise devem ser encontradas no interior do próprio sistema social (FERREIRA, 2012).

No que diz respeito a esses precedentes e à necessidade de discussões, a PNEA abrange sobre as obrigações do Estado em promover a educação e proteger o meio ambiente sob os direitos sociais expostos na doutrina constitucional postos no artigo 225 da CF.

A lei destaca em seu primeiro artigo:

Art. 1º Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, **bem de uso comum do povo**, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 1999, p. 01, **grifo nosso**).

No artigo em questão, é evidenciado o desenvolvimentismo em nome do poder privativo, de como os bens naturais são entendidos meramente como recursos naturais a serem utilizados pela humanidade. Tudo isso dentro de uma mercantilização da Natureza. Por isso, deve-se sobretudo indagar: conservar o meio ambiente para quê? E para quem? Não a título de condenação do excerto, mas para entendimento de que há a necessidade de repensar a problemática ambiental, que se converteu numa questão eminentemente política e que os conflitos socioambientais emergem de princípios éticos, direitos culturais e lutas pela apropriação da Natureza (LEFF, 2011).

Na Sessão III, Da Educação Ambiental Não-Formal, artigo 13, são apresentados quatro incisos que abarcam a EA para UC de forma sucinta, porém de grande valor para o processo educativo: “IV - a sensibilização da sociedade para a importância das unidades de conservação; V - a sensibilização ambiental das populações tradicionais ligadas às unidades de conservação; VI - a sensibilização ambiental dos agricultores; VII - o ecoturismo” (BRASIL, p. 03, 1999). Pode-se entender que nessa sessão é reparada a ausência da EA não formal na CF.

Em forma de lei, o documento torna-se de extrema importância como uma ferramenta jurídica dentro de uma política pública ambiental para que na prática possa acontecer o

processo de EA com esse público dependente ou não dessas áreas de proteção ambiental. Além disso, nos incisos são expostos alguns públicos relevantes para o processo educativo, já que são atores participantes e interdependentes na conservação efetiva dessas áreas: povos e comunidades tradicionais¹⁴ que vivem dentro ou no entorno, agricultores proprietários do entorno, os turistas visitantes e mesmo aquela parcela da sociedade que não tem acesso a essas áreas, mas que de uma forma ou de outra precisa entender a importância desses territórios para também colaborar com as UC e as questões socioambientais em geral.

No que se refere às áreas protegidas em interface com os povos e comunidades tradicionais, sabe-se que o país tem enfrentado vários problemas ao longo da história, com disputas fundiárias e a permanência ou não dos povos e comunidades tradicionais nessas áreas. Apesar disso, atualmente, é entendido que o estabelecimento e funcionamento das áreas protegidas, nas quais esses povos vivem dentro ou em territórios próximos, são de suma importância para a manutenção dos patrimônios de biodiversidade, geológico e cultural. Algo que foi reconhecido internacionalmente apenas no IV Congresso Internacional de Parques Nacionais no ano de 1986, como afirma Luiz Vallejo:

Vale destacar que durante o IV Congresso Internacional de Parques Nacionais (1986) foi divulgado que 86% dos Parques da América do Sul eram ocupados por populações permanentes. Recomendou-se maior respeito pelas populações tradicionais possuidoras de um conhecimento secular sobre os ecossistemas onde vivem, rejeitando estratégias de reassentamento em outras áreas e, sempre que possível, sua inserção na área do parque a ser criada (VALLEJO, 2002, p. 05).

Os povos tradicionais, com seus saberes e presença no Brasil, devem ser o público dessas ações de EA nas UC, pois são segmentos sociais diretamente afetados pelos problemas ambientais locais e dispõem de menos condições para intervir de forma a garantir um maior nível de participação na gestão de áreas especialmente protegidas (ICMBIO, 2016). Considerando essa discussão, não seria democrático deixar essas populações, que são interdependentes a esses territórios, alheias e marginalizadas.

¹⁴ Segundo o Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007, da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, **Povos e Comunidades Tradicionais** são grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

Em meio a isso, Carvalho (2012) alerta para a trama dos conflitos socioambientais que funciona como uma teia emaranhada dos grupos sociais que lutam para legitimar as formas de uso dos bens ambientais e o acesso a eles. Por isso, ao pensar a EA crítica em UC, faz todo sentido envolver esses grupos e torna-se indispensável esse dispositivo da lei da PNEA.

Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA)

O Programa Nacional de Educação Ambiental, sendo um resultado da Eco92 e de compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, deu prosseguimento à proposta de política pública para a EA, constituindo-se em um documento orientador a ser consultado.

Criado em dezembro de 1994, esse Programa reuniu referências relevantes a essa política pública necessárias à atuação de diferentes instituições, atores e segmentos sociais que compreendem. Ele difunde a Educação Ambiental como instrumento do nosso tempo, essencial às transformações por um Brasil mais justo e sustentável (BRASIL, 2005). Em conformidade com a PNEA, o documento é composto de um breve histórico da EA, diretrizes e princípios, instrumentos legais e normativos, resoluções de conselhos, EA nos licenciamentos, portarias dos ministros, textos e documentos, além das Diretrizes Curriculares Nacionais em Educação Ambiental.

O ProNEA foi executado pela Coordenação de Educação Ambiental do MEC e pelos setores correspondentes do MMA/IBAMA, responsáveis pelas ações voltadas respectivamente ao sistema de ensino e à gestão ambiental. Naquele momento, o programa era de uso geral do então Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal e do Ministério da Ciência e Tecnologia. No ProNEA são previstos: capacitação para gestores e educadores, desenvolvimento de ações educativas e desenvolvimento de instrumentos e metodologias (BRASIL, 2005).

A respeito da EA em Unidades de Conservação no Programa, nas Linhas de ação e estratégias, item Gestão e planejamento da educação ambiental no país, é exposto

1.6. Apoio institucional e financeiro a ações de educação ambiental: Incentivo à destinação de 30% dos recursos dos fundos do Sistema de Gestão de Recursos Hídricos e do Sistema Nacional de Unidades de Conservação para educação ambiental (BRASIL, 2005, p. 32).

No que se refere aos apoios financeiros, o Fundo Nacional do Meio Ambiente, segundo a Lei N. 7.797/1989, artigo 5º inciso I e III, traz como prioridade as aplicações de recursos

financeiros de projetos em Unidades de Conservação e em Educação Ambiental, respectivamente. Os valores destinados ao fundo são oriundos do orçamento federal, de doações, juros de investimentos do capital e outros valores recolhidos de multas aplicadas com base na Lei de Crimes Ambientais¹⁵. Para ter acesso aos valores do fundo, o MMA abre editais anuais para que organizações não governamentais e de órgãos públicos das esferas municipal, estadual e federal possam enviar projetos com suas propostas.

No ProNEA é exposta, ainda, a Instrução Normativa Ibama nº2, de março de 2012, que estabelece as bases técnicas para programas de educação ambiental apresentados como medidas mitigadoras ou compensatórias, em cumprimento às condicionantes das licenças ambientais emitidas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Nesse sentido, o artigo 5º trata que:

Caso haja a presença de Unidades de Conservação - UC nas áreas de influência do empreendimento, o PEA e o Peat deverão articular-se com normas, atividades e planos de manejos das UC e com programas, projetos ou ações de educação ambiental que estiverem em implementação na UC (BRASIL, 2012, s/p).

O ProNEA também apresenta a Recomendação do Conselho Nacional do Meio Ambiente/Conama, nº14, de 26 de abril de 2012. Nela é recomendada a adoção da Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental em Unidades de Conservação (Encea).

Porém, anteriormente, cabe registrar o momento crítico em que a Encea é idealizada. No ano de 2007, de forma inesperada, o Ibama é desmembrado e cria-se o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), ambos seriam autarquias federais vinculadas ao MMA. E ainda nesse momento é extinta a Coordenação Geral de Educação Ambiental dentro do Ibama.

É de competência do Instituto executar as ações do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, podendo propor, implantar, gerir, proteger, fiscalizar e monitorar as UC instituídas pela União. Compete ao órgão, além disso, fomentar e executar programas de pesquisa, proteção, preservação e conservação da biodiversidade e exercer o poder de polícia ambiental para a proteção das Unidades de Conservação federais¹⁶. Dentro dessas

¹⁵ Lei número 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.

¹⁶ Informações obtidas no portal: <http://www.icmbio.gov.br>. Acessado em: 21 set. de 2019.

competências que são previstas na lei n. 11.516 de 2007, é direcionado ao fomento e execução de programas de EA nas UC.

A Encea foi gestada em um momento de greve dos servidores que desaprovavam a divisão do IBAMA, situação que inicialmente diluiu a proposta de discussão do documento. Porém, posteriormente ele é concebido por meio de diversas oficinas de consultas públicas especializadas que foram realizadas pelas Coordenações Regionais do ICMBio (CRs).

Em seguida, ao se tornar realidade, a Encea configura-se como um instrumento orientador para promover o alinhamento das ações de Educação Ambiental e Comunicação para gestão das Unidades de Conservação com a articulação entre os gestores das UC (federal, estadual ou municipal) e a sociedade civil. O objetivo principal é fortalecer e estimular a implementação de ações de Comunicação e Educação Ambiental em Unidades de Conservação, Corredores Ecológicos, Mosaicos e Reservas da Biosfera em seu entorno e nas zonas de amortecimento; promovendo a participação e o controle social nos processos de criação, implantação e gestão destes territórios e o diálogo entre os diferentes sujeitos e instituições envolvidos com a questão no país (BRASIL, 2009).

É evidente que a PNEA e os documentos a ela subsequentes, como o ProNEA, Encea e outros, constituem roteiros orientadores para ações, projetos e programas de EA, trazendo diretrizes, princípios e metas para os processos educativos nas UC. Enfatizando as políticas públicas ambientais em questão como resposta aos problemas ambientais para garantir o que exige a legislação maior brasileira no Artigo 225 – Do Meio Ambiente.

Contudo, observa-se a existência de uma cultura legislativa que não consegue diminuir a distância do discurso ético de lei e a realidade em que os atores agem, conforme aponta Ferreira (2012, p. 107), pois "a importância discursiva da questão ambiental traduziu-se numa legislação comparativamente avançada, porém, os comportamentos individuais estão muito aquém da consciência ambiental presente no discurso".

Política Estadual de Educação Ambiental de Mato Grosso do Sul (PEEA/MS)

A reflexão sobre como se configuram as políticas públicas ambientais de EA para as UC de Mato Grosso do Sul torna necessário expor o difícil caminho percorrido até a implantação da PEEA desse estado, que teve início de gestação em 2003, sendo implementada somente em 2018, quando foi sancionada pela Lei n. 5.287 em 13 de dezembro de 2018. Configura-se como um documento que tem por objetivo orientar as ações de educação ambiental no Estado, tanto em espaços escolarizados como em não escolarizados. Sendo

assim, trata-se de uma legislação subordinada à Política Nacional de Educação Ambiental que foi instituída através da Lei n. 9.795, de 27 de abril de 1999, regulamentada pelo Decreto n. 4.281, de 25 de junho de 2002.

A construção dessa proposta inicia-se ainda em 2007, com a articulação do poder público com a sociedade civil para a construção desse documento, que ficou a cargo do Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul (IMASUL), a Secretaria de Estado de Educação (SED) e a Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental (CIEA/MS)¹⁷. Portanto, foi uma longa construção com proposições para efetivar essa proposta.

A PEEA fortalece outros dois importantes instrumentos já implantados pelo IMASUL:

- O Programa Estadual de Educação Ambiental (ProEEA/MS)

O ProEEA é um instrumento direcionador para gestores públicos e educadores ambientais de como adaptar as práticas de educação ambiental às realidades locais. Sua construção ficou a cargo da Gerência de Desenvolvimento e Modernização do Imasul, junto à WWF Brasil como parceira e com a instituição contratada, Mulheres em Ação no Pantanal (Mupan), para a elaboração da versão preliminar do Programa. O documento teve sua versão preliminar construída em 2017, a partir de uma capacitação denominada “Nivelamento de Conhecimento em Educação Ambiental” e duas oficinas nas quais participaram educadores ambientais, gestores públicos e consultores que atuam com programas e projetos em educação ambiental em MS. Prosseguindo em 2018, a versão preliminar foi submetida à consulta pública de forma *on-line* e em oficinas realizadas em municípios polos (MATO GROSSO DO SUL, 2012).

O Programa é dividido em cinco capítulos que abarcam a Gestão e Planejamento da Educação Ambiental em MS, a Formação de Educadores e Educadoras Ambientais, a Comunicação para Educação Ambiental, a Inclusão da Educação Ambiental nas Instituições

¹⁷ As Comissões Estaduais Interinstitucionais de Educação Ambiental foram sugeridas pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) para permitir o diálogo entre os diversos setores da sociedade e implantar efetivamente as políticas de educação ambiental (Decreto nº 4.281/02). As comissões são colegiados compostos por representantes de instituições governamentais e não governamentais de forma paritária. As CIEAs têm como finalidade promover a discussão, a gestão, a coordenação, o acompanhamento, a avaliação, a articulação e a implementação das atividades de educação ambiental no Estado; propor diretrizes de políticas governamentais para a educação ambiental, e, no âmbito de sua competência, a edição de normas, observadas as disposições legais aplicáveis à matéria em Mato Grosso do Sul. A CIEA de MS foi instituída no ano de 2000 e conta com a gestão partilhada entre o Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul e a Secretaria de Estado de Educação de MS.

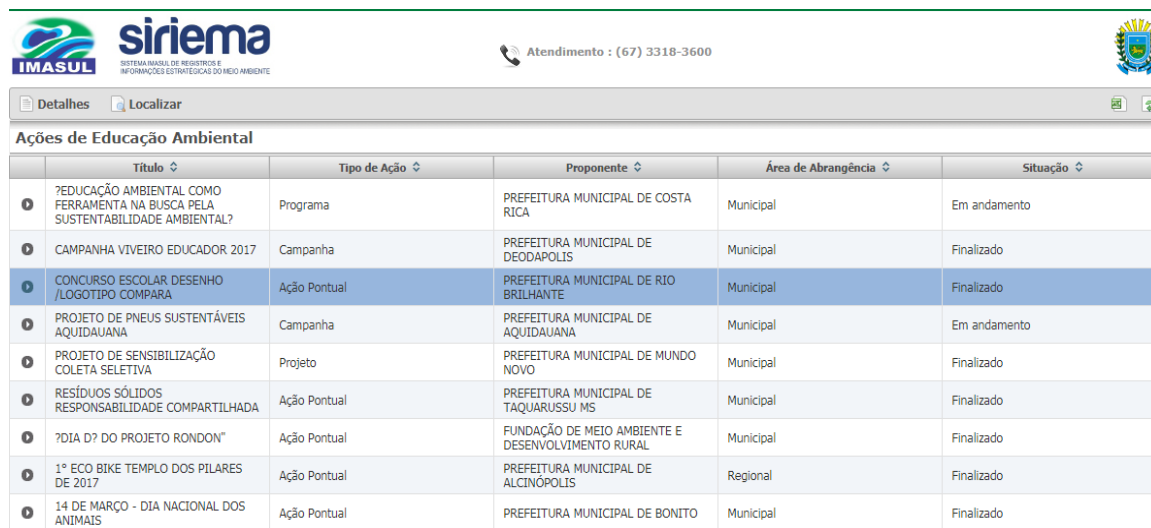
de Ensino e da Sociedade Civil Organizada e o Monitoramento e Avaliação de Políticas, Programas e Projetos de Educação Ambiental.

A população do entorno e os visitantes das UC e das áreas verdes urbanas são contemplados no Programa como público alvo, além de no capítulo de Gestão e Planejamento da Educação Ambiental em MS, no subitem 1.1. Planejamento da educação ambiental com base na gestão ambiental integrada ser citada a importância das atividades de EA para valorizar a integração, o envolvimento e a participação da população inserida em unidades de conservação, áreas naturais protegidas e do seu entorno. Ademais, também é citada a relevância da inserção da EA nos planos de manejo e outros instrumentos de planejamento das UC.

- O Sistema Estadual de Informações em Educação Ambiental (SisEA/MS)

O SisEA é um banco de dados eletrônico que compõe o Sistema IMASUL de Registros e Informações Estratégicas do Meio Ambiente (SIRIEMA). Ele foi criado pelo Imasul para promover o cadastro, a integração, a sistematização, a análise e o acompanhamento de programas, projetos, campanhas e demais ações de educação ambiental, assim como difundir informações que sirvam de orientação, experiência e até modelo para os usuários¹⁸ (Figura 2).

Figura 2. Página de abertura do Sistema Imasul de Registro e Informações Estratégicas do Meio Ambiente (SIRIEMA).



The screenshot displays the SIRIEMA web application interface. At the top, there are logos for IMASUL and SIRIEMA, along with contact information: 'Atendimento : (67) 3318-3600'. Below the header, there are tabs for 'Detalhes' and 'Localizar'. The main content area is titled 'Ações de Educação Ambiental' and contains a table with the following columns: 'Título', 'Tipo de Ação', 'Proponente', 'Área de Abrangência', and 'Situação'. The table lists nine actions, with the third row highlighted in blue.

	Título	Tipo de Ação	Proponente	Área de Abrangência	Situação
1	7 EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO FERRAMENTA NA BUSCA PELA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL?	Programa	PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA RICA	Municipal	Em andamento
2	CAMPAHA VIVEIRO EDUCADOR 2017	Campanha	PREFEITURA MUNICIPAL DE DEODAPOLIS	Municipal	Finalizado
3	CONCURSO ESCOLAR DESENHO /LOGOTIPO COMPARA	Ação Pontual	PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRILHANTE	Municipal	Finalizado
4	PROJETO DE PNEUS SUSTENTÁVEIS AQUIDAUANA	Campanha	PREFEITURA MUNICIPAL DE AQUIDAUANA	Municipal	Em andamento
5	PROJETO DE SENSIBILIZAÇÃO COLETA SELETIVA	Projeto	PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNDO NOVO	Municipal	Finalizado
6	RESÍDUOS SÓLIDOS RESPONSABILIDADE COMPARTILHADA	Ação Pontual	PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARUSSU MS	Municipal	Finalizado
7	7 DIA D? DO PROJETO RONDON"	Ação Pontual	FUNDAÇÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL	Municipal	Finalizado
8	1º ECO BIKE TEMPLO DOS PILARES DE 2017	Ação Pontual	PREFEITURA MUNICIPAL DE ALCINÓPOLIS	Regional	Finalizado
9	14 DE MARÇO - DIA NACIONAL DOS ANIMAIS	Ação Pontual	PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO	Municipal	Finalizado

Fonte: IMASUL, 2020.

¹⁸ Informações obtidas no portal: <<http://www.imasul.ms.gov.br/>>. Acessado em 23 nov. de 2020.

O Sistema, além de ser uma plataforma pioneira de informações no Brasil, torna públicas as experiências de EA realizadas no Estado. Obedecendo a PNEA (1999, s/p):

São objetivos fundamentais da educação ambiental: II - a garantia de democratização das informações ambientais (Art. 5º); VI - a montagem de uma rede de banco de dados e imagens para apoio às ações enumeradas nos incisos I a V (Art. 8º).

Também correspondendo ao ProNEA (2005, p. 91):

VI - promover o levantamento de programas e projetos desenvolvidos na área de Educação Ambiental e o intercâmbio de informações; VIII - estimular o desenvolvimento de instrumentos e metodologias visando o acompanhamento e avaliação de projetos de Educação Ambiental.

Ressalta-se, ainda, que os dados sobre a EA no Estado apresentados pelo SisEA contribuem com a pontuação do repasse do ICMS Ecológico aos municípios, obedecendo aos critérios ambientais previstos na Lei Estadual n. 4.219, de 11 de julho de 2012. A lei estabelece que esse montante seja dividido entre os municípios que tenham parte de seu território integrando terras indígenas homologadas, unidade de conservação da natureza devidamente inscrita no Cadastro Estadual de Unidades de Conservação (CEUC) e, além disso, aos que possuam plano de gestão de resíduos sólidos, sistema de coleta seletiva e disposição final de resíduos sólidos. O ICMS Ecológico é um mecanismo de repartição de receitas tributárias pertencentes aos municípios baseado em um conjunto de critérios ambientais, estabelecidos para determinar quanto cada município irá receber dos recursos financeiros arrecadados com o Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) do Estado¹⁹.

Os municípios que possuem em seu território UC regularizadas e inscritas no CEUC têm direito ao rateio dos valores distribuídos diante dos critérios ambientais, segundo a Lei Complementar n.º 57, de 04 de janeiro de 1991. Assim, alguns gestores procuram regularizar suas áreas de proteção ambiental para poder pontuar e ter acesso ao repasse.

Todavia, como essas unidades são conduzidas após o recebimento do repasse é algo ainda em franca discussão. Entende-se que há uma grande distância entre criar, regularizar e gerir corretamente essas áreas. A Gerência de Unidade de Conservação (GUC) do Imasul tem como objetivo criar unidades de conservação, demais áreas protegidas e, além disso, se

¹⁹ Guia Orientativo ICMS Ecológico, (IMASUL, 2018).

possível, acompanhá-las *in situ*. No entanto, diante do número de UC, a gerência responsável não possui pessoal suficiente e por isso trabalha por amostragem.

Em meio a essa questão, deve-se levar em consideração que o ICMS Ecológico se mostra como parte de uma política pública que tenta colaborar para criação, regularização e melhor gestão dessas áreas de proteção ambiental.

O ano de 2018 pode ser considerado um marco para a EA de MS, posto que, além do lançamento do ProNEA de Mato Grosso do Sul, aconteceu um grande esforço por parte da CIEA Mato Grosso do Sul para aprovação da PEEA do estado. Haja vista que fora instituída a política em 22 de novembro de 2018, embora também fossem travados fortes embates entre os educadores ambientais e o governo executivo e legislativo da esfera estadual, momento em que a relação de poder e os jogos de interesses ficaram claros por parte do governo.

Vale salientar que o maior número de deputados estaduais na assembleia legislativa é composto por ruralistas²⁰ e que o governador, então reeleito em 2018 para mais um mandato, Reinaldo Azambuja, é um grande produtor rural do estado.

Entre os anos de 2003 e 2004, foi elaborada a primeira versão da política estadual, mas só a partir de 2009, com apoio da CIEA/MS, realmente iniciou-se a construção da política. Após inúmeras reuniões, aprovou-se o projeto Educação Ambiental Itinerante, que possibilitou consultas públicas em vários municípios para elaborar uma política que contemplasse as necessidades das localidades do estado e assim haver um documento representativo e democrático. A finalização desse processo aconteceu em 2012, com a Oficina Estadual para a Construção da Política de Educação Ambiental, realizada concomitantemente com o Fórum de Educação Ambiental de Mato Grosso do Sul.

Com todas as contribuições coletadas nas consultas públicas, em 2014 os membros da CIEA puderam consolidar a minuta política para ser entregue ao governo do estado. Nesse ínterim, o projeto da PEEA não avançou e foi engavetado por desinteresse do próprio governo.

²⁰ Anteriormente, dividiam-se os representantes do congresso pelas siglas partidárias, porém, há algum tempo, é comum classificar as divisões em bancadas. As bancadas são compostas por parlamentares de mais de um partido que possuem interesses em comum ou atendem aos interesses escusos de grupos que os ajudaram a eleger. A mesma lógica é seguida nas assembleias estaduais e algumas câmaras municipais. As bancadas mais poderosas são conhecidas na sigla BBB (Bíblia, Boi e Bala). A bancada ruralista, também conhecida como bancada do Boi, é organizada pela Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), e tem como intento a aprovação de projetos de lei que versam sobre criminalização dos movimentos sociais, redução da maioria penal, punição para quem pratica aborto, retirada de direitos da população LGBTQ+, porte de armas e, principalmente, a expansão e retomada de fronteiras para a agropecuária latifundiária - território do capitalismo. Sugestão de leitura: CASTILHO, A. L. A SERPENTE FORA DO OVO: a frente do agronegócio e o supremacismo ruralista. OKARA: Geografia em debate, 2018.

Os jogos de interesses foram evidenciados na disputa pela construção e aprovação da PEEA/MS, e a CIEA e o Ministério Público tiveram papel preponderante nessa difícil fase.

Em 2017, o projeto para a PEEA é revisto pelo governo estadual, sendo totalmente alterado, segundo interesses outros. Visto que na proposta inicial era composto por 41 artigos que representavam os anseios dos educadores ambientais e outros segmentos da sociedade sul-mato-grossense, uma proposta democrática que respeitava todo o processo de construção do documento.

A proposta governamental possuía 19 artigos e excluía pontos importantes para a EA de Mato Grosso do Sul, como:

Art. 11. Fica criado o Fundo Estadual de Educação Ambiental (FEEA/MS), vinculado ao órgão gestor da Política Estadual de Meio Ambiente, a ser gerido pelos órgãos coordenadores da Política Estadual de Educação Ambiental.

Parágrafo único. Nas ações de educação ambiental deverão ser previstas as peculiaridades regionais, com a valorização da cultura e dos saberes dos povos e comunidades tradicionais, bem como as bacias hidrográficas, biomas, ecossistemas, territórios e municípios do Estado de Mato Grosso do Sul.

Compreende-se que a retirada desse parágrafo se deve à pressão dos representantes do agronegócio no âmbito do governo. Tendo em vista que o estado é palco de sérios conflitos territoriais entre os povos indígenas e latifundiários (além dos quilombolas e pessoas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST), prevalecendo a política fundiária aplicada pelo estado segundo a lógica capitalista via expansão do agronegócio, resultando na expropriação de territórios indígenas. Assim,

O Mato Grosso do Sul é o estado onde as violências contra os povos indígenas são práticas permanentes. Não bastassem os confinamentos populacionais nas reservas, que geram profundos e graves problemas, a questão fundiária constitui-se, no atual contexto, no eixo central das mobilizações criminosas do latifúndio e do agronegócio contra os povos Guarani-Kaiowá, Terena, Kadiwéu e Kinikinau. As ações anti-indígenas ocorrem em diferentes esferas e níveis, passando pelos poderes Judiciário, Executivo e Legislativo, pelo uso dos meios de comunicação, pela manipulação de dados e informações e também, de modo estereotipado, por estratégias criminosas consumadas através de ameaças, espancamentos, tentativas de assassinatos e assassinatos (CIMI, 2017, p. 62).

Desse modo, os povos originários acabam enfrentando outros problemas que são sintomas da falta de celeridade dos processos de demarcação, reconhecimento de seus

territórios e pressão territorial. Sintomas como preconceito, uso excessivo de álcool, violência, prostituição, suicídio, além da desestruturação cultural. Mato Grosso do Sul é o campeão nacional disparado em suicídio indígena. O número é expressivo e chega a 365 mortos entre os anos de 2010 a 2017 (CIMI, 2017).

Nessa tomada de terras, vê-se a constante perda de vidas em troca de uma ilusão gananciosa, algo como a perda do sentido da existência humana. Na frieza da humanidade e na limitação do conhecimento técnico-científico, que para Leff (2006, p. 207), seria o “desconhecimento do conhecimento; da concepção do mundo e do domínio da natureza que geram a falsa certeza de um crescimento econômico sem limites, até a racionalidade instrumental e tecnológica vista como sua causa eficiente”.

Já o artigo 11, supracitado, diz respeito ao Fundo Estadual de Educação Ambiental, que tinha por finalidade financiar ações de educação ambiental em Mato Grosso do Sul e apoiar as políticas públicas das áreas vinculadas à Política Estadual de Educação Ambiental, sendo um relevante instrumento da PEEA para execução eficaz da EA em todo o estado.

O propósito de criar um fundo para financiar as ações de EA no estado não agradou o governo executivo e legislativo, pois não há maior conhecimento do que seja Educação Ambiental, tendo no máximo a concepção de Educação Ambiental Conservadora, com viés moralista, reducionista e distanciada das questões sociais (LOUREIRO, 2012), ou mesmo estes que detêm o poder político veem como ameaça a seus interesses²¹.

Uma das últimas tentativas de evitar a aprovação e publicação da proposta governamental da política para EA é uma Reunião Pública marcada pelo deputado da oposição, Pedro Kemp (Partido dos Trabalhadores - PT), apoiado pelo ex-vereador de Campo Grande, Eduardo Romero (Rede Sustentabilidade - REDE), para discutir o panorama que se instalou em torno da PEEA. A Reunião Pública ocorreu no dia 22 de março de 2018 no Plenarinho da Assembleia Legislativa e foram convidados educadores ambientais de todo o estado para debater o projeto.

Para o debate, foram convidadas duas importantes personalidades da EA de Mato Grosso do Sul, Simone Mamede, presidente do Instituto Mamede, e a professora Dra. Suzete Wiziack, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Simone, como membro da CIEA e

²¹ Um grupo de integrantes da CIEA visitou alguns gabinetes de deputados estaduais na tentativa de dialogar em favor do projeto da PEEA que foi construído democraticamente entre 2003 e 2012, mas não obteve sucesso. Ocorreram falas incomuns e lamentáveis, como “Esse projeto tem a ver com desmatamento em propriedade rural? Se for, não apoio”.

participante desde o início da construção da política, ocupou-se em explicar sobre o longo caminho percorrido na constituição do projeto e sua importância para o estado de MS. A professora Suzete expôs a luta pelas questões inerentes à EA a partir do estado da arte e outros fatos relevantes, como banco de dados de pesquisas em EA dos programas de mestrado e doutorado da UFMS, além da contribuição das demais universidades do estado; formação de mais de 300 especialistas *latu sensu* em EA, financiada pelo MEC; aprovação da resolução 3.322 de 2017, pela Secretaria de Estado de Educação de MS, que organiza a oferta de projetos e ações de EA nas escolas da rede estadual; realização das Conferências Infanto-juvenil pelo Meio Ambiente desde 2003; O papel do Imasul, que conta com um núcleo de EA e dispõe do SISEA/MS; e tantos outros programas e ações previstas para resíduos sólidos, Comitês de bacias, ICMS Ecológico.

Apesar da lotação esgotada no local da reunião e da importância do debate, somente um deputado estadual compareceu, provando mais uma vez o real desprestígio pela proposta da PEEA do estado.

Contrariando o anseio da maioria dos educadores ambientais, o governo do estado de Mato Grosso do Sul publicou a Política Estadual de Educação Ambiental (PEEA/MS), em 13 de dezembro de 2018. Tem-se então uma política mutilada do ponto de vista democrático e que antes representava as verdadeiras necessidades do estado. Fica provado que, independentemente da esfera (municipal, estadual ou federal), o Estado brasileiro se organiza em uma estrutura concentrada e exclusivista, que obedece a processos de decisão que respondem a interesses particulares de grupos mais bem aparelhados, e segue um forte padrão tecnocrata, hierárquico e formalista (FERREIRA, 2012).

Como um estado ruralista, ainda nos moldes de grandes concentrações de terras por um pequeno grupo de produtores rurais, o Mato Grosso do Sul mostra em sua história a hierarquização, o paternalismo, o autoritarismo e a violência contra os grupos sociais que de alguma forma fizeram oposição ou se tornaram obstáculos na reversão desse quadro, e ao mito do desenvolvimento proposto pelos detentores do poder.

Com esse tipo de situação, a Educação Ambiental terá que ser crítica, no sentido de refletir novas formas de relação com a natureza, que consideram a sua utilização e o seu papel na/para a vida, uma questão de justiça socioambiental, pois a injustiça,

[...] manifesta-se simultaneamente em dois planos: a) no plano da distribuição objetiva dos efeitos ambientais das práticas sociais que exprime a diferença de poder sobre os recursos ambientais entre os

distintos grupos sociais; e b) no plano discursivo, no qual vigoram distintos esquemas (representação do mundo, do ambiente, da justiça etc. E neste último plano que coloca-se em jogo a legitimidade do padrão de distribuição do poder sobre os recursos ambientais (ACSELRAD, 2002, p. 55).

As UC estão entre as propostas que visam promover a justiça ambiental, que em sua gestão depende de uma Educação Ambiental legítima, com a qual intencionamos contribuir.

4.1 EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: CONTEXTUALIZAÇÃO, DEFINIÇÕES E TIPOLOGIA

As manifestações das atividades econômicas das sociedades têm causado um grande descompasso aos ciclos naturais do planeta Terra, situação que é atrelada ao crescimento populacional humano. Afinal, o crescimento da população e suas demandas trazem a necessidade de serviços ambientais e de novas relações com a natureza.

Mas nesse processo tem ocorrido um afastamento da natureza, ou seja, um apartamento de si mesmo, de seu corpo de trabalho. E sobre isto Marx (1968) nos ensina que:

O ser humano vive da natureza significa que a natureza é seu corpo, com o qual ele precisa estar em processo contínuo para não morrer. Que a vida física e espiritual do ser humano está associada à natureza não tem outro sentido do que afirmar que a natureza está associada a si mesma, pois o ser humano é parte da natureza (MARX, 1968, p. 516).

A percepção da natureza e do ser humano como parte dela tornou-se uma preocupação de alguns grupos da sociedade, sobretudo no século XX, quando surgiram também os atos pró-natureza. Com isto surgem ainda o cuidado com o ambiente por meio de ações de proteção de áreas naturais, embora o interesse da humanidade em proteger áreas naturais seja anterior às degradações ambientais de origem antrópica que afetaram em escala exponencial o planeta, com o modelo econômico capitalista.

Comumente tem-se como referência para o debate dessa situação, a Revolução Industrial, considerada um dos pontos de partida para tomada de decisão da humanidade em cuidar das questões ambientais, no que diz respeito às áreas naturais. Mas existem registros anteriores como os realizados na China, que apontam disputas tribais por territórios florestais na antiguidade, cujos vencedores utilizavam o território para usufruto comunitário. Também

existem registros hindus sobre a destinação de áreas para proteção integral da natureza por motivos religiosos, sendo as mesmas consideradas santificadas (MILANO, 2012).

As áreas protegidas vêm sendo pensadas e constituídas pelas civilizações com a finalidade de preservar sítios em determinadas regiões, muitos dos quais foram reconhecidos pelos povos antigos muito mais em função de necessidades associadas a mitos, crenças, fatos históricos marcantes. Posteriormente se viu a necessidade de proteção de fontes de abastecimento de água, segurança alimentar, manutenção de plantas utilizadas para cura de males e outros usos ou serviços ambientais.

Corrente Preservacionista x Corrente Conservacionista

Diegues (2008) caracteriza as bases e as correntes conceituais da conservação da natureza, trazendo à luz da reflexão alguns fundamentos importantes para a compreensão da origem dos modelos adotados para proteger áreas ameaçadas da degradação ambiental, conforme apontado a seguir:

1. Antimoderna - corrente condenava o humanismo moderno e o antropocentrismo, valorizando a natureza afirmando que esta teria direito jurídico. Os defensores dessa corrente são conhecidos como ecologistas radicais ou ecologistas profundos.
2. Reformista da modernidade - os pressupostos teóricos desta corrente defendiam que o humanismo e a modernidade sobrecarregaram a natureza. Porém, os defensores dessa vertente creem que a solução para o problema da degradação do ambiente está na própria modernidade. Os pensadores desta corrente são considerados ecologistas superficiais, já que não se aprofundaram nas causas dos problemas de uso dos serviços ambientais. Essa corrente assemelha-se à anti-moderna, no que diz respeito às questões ligadas à conservação ambiental.
3. Moderna – os defensores desta corrente são insensíveis à questão ambiental, com clara demonstração do antropocentrismo extremo, pois acreditam que a natureza é apenas um depósito de recursos naturais que servem somente para serem explorados social e economicamente e existem para servir à humanidade.

Como uma evolução conceitual e prática, essas três correntes deram origem a duas correntes com concepções diferenciadas: a Preservacionista e a Conservacionista.

A Corrente Preservacionista e a Corrente Conservacionista tiveram fortes embates filosóficos e políticos, sendo propagadas na segunda metade do século 19. Atualmente, essas

correntes deram o alicerce para a proteção legal das áreas naturais, levando em consideração a criação, gestão e manejo das áreas legalmente protegidas em diversas regiões do mundo.

A perspectiva dos parques modernos afasta-se da Corrente Preservacionista, entendida como anacrônica e superada, especialmente quando se pensa na abordagem participativa da sociedade com a EA presente em algumas categorias de UC. A Corrente Preservacionista foi liderada por John Muir, que foi escritor, pastor, fazendeiro, explorador, naturalista e fundador do Sierra Club, cujas viagens, discursos e escritos levaram diretamente à criação do Parque Nacional de Yosemite nos Estados Unidos, em 1890, e de outros parques nacionais (DIEGUES, 2008).

A tese preservacionista pregava a ideia romantizada de que seria imprescindível, para efetiva proteção do meio ambiente, delimitar espaços em que fosse vedado qualquer tipo de exploração ou uso dos recursos naturais dessas áreas, de forma intocada de qualquer forma (BRAGA, 2013).

No clássico livro, *O Mito da Natureza Intocada*²², o Preservacionismo considerado puro concebia a natureza como algo apartado da vida humana, sendo apenas para ser mantida em um local de refúgio, de apreciação, de reflexão, de isolamento espiritual. Como um espaço intocado e intocável (o chamado mito moderno), mistificação da natureza (DIEGUES, 2008).

Em contra sentido, propagou-se nos Estados Unidos e em seguida pela América Latina a ideia de parques segundo a Corrente Conservacionista. Essa corrente tem como importância a visitação pública e também a exploração racional dos bens disponíveis. Essa corrente teve origem principalmente na pessoa do engenheiro florestal Gifford Pinchot (1865-1946).

Assim, os modelos ocidentais de parques considerados modernos de hoje tiveram raízes nesses dois modelos que disputaram espaço no ideário das pessoas dispostas a proteger áreas naturais.

No contexto histórico da criação das UC nos Estados Unidos, a implantação do Parque Nacional de Yellowstone (1872), é o marco moderno da proteção de áreas naturais contra os processos destrutivos da ação humana. Destacam-se também outras iniciativas semelhantes e anteriores pelo mundo, como as reservas de caça da realeza europeia e a comunidade suíça da Gladys, que em 1490 declarou ao mesmo tempo a proteção das florestas, montanhas locais e

²² Na obra de Antônio Carlos Diegues (2008) abordam-se as relações simbólicas e do imaginário entre a humanidade e a natureza, tendo como centro da análise a presença das populações tradicionais nas unidades de conservação, através da criação de novos modelos de áreas protegidas.

sua franquia ao usufruto coletivo. Porém, o Parque Nacional de Yellowstone é um marco fundamental na conceitualização e como modelo de parque aberto à visitação para os demais que se instituíram no ocidente (MILANO, 2012). Outro parque de referência nos Estados Unidos e com o mesmo modelo do Yellowstone trata-se do Parque Nacional Yosemite, na Califórnia.

Desse modo, sobre a experiência da criação de parques para proteção de áreas naturais e abertas ao público, o pesquisador Miguel Milano (2012) afirma:

Esse fato fez história e o exemplo norte-americano começou a ser copiado ainda no fim do século dezenove dando partida ao movimento mundial de criação de áreas protegidas tal como o conhecemos hoje, gostem ou não os críticos do modelo (2012, p. 08).

Por outro lado, há de se destacar que esse padrão de parque norte-americano vem da necessidade dos processos de industrialização, urbanização acelerada e crescimento populacional e utilização de grandes espaços para produção da agropecuária. Soma-se ainda a dizimação e a tomada de território de povos indígenas. De tal modo, são constituídas “ilhas naturais” na tentativa de resolver problemas causados pelo modelo capitalista.

Com o passar dos anos, o conceito moderno de área protegida e mesmo o de parque sofreram mudanças graças aos numerosos debates internacionais. A União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN) tem realizado uma importante atuação no processo de definição e atualização conceitual das áreas protegidas (MILANO, 2001). No entanto, o conceito ainda é bastante debatido. A tabela 1 demonstra os primeiros países a criarem APA.

Tabela 1. Primeiros países a criarem áreas naturais protegidas

Países	Ano
	1872
Estados Unidos	1879
Austrália	
Canadá	1885
Nova Zelândia	1894
África do Sul	1898
México	1899
Argentina	1903
Chile	1926
Equador	1934
Venezuela	1937

Fonte: adaptada de AGUIAR, 2011.

A partir do modelo Parque Nacional de Yellowstone, são criados os Primeiros Parques Naturais²³ no Brasil. Destacam-se os pioneiros:

- ✓ O Parque Nacional de Itatiaia – RJ/MG (1937)
- ✓ O Parque Nacional de Foz de Iguaçu - PR (1939)
- ✓ O Parque Nacional da Serra dos Órgãos - RJ (1939)
- ✓ O Parque Nacional de Ubajara – CE (1959)
- ✓ O Parque Nacional de Aparados da Serra - RS (1959)

O Brasil foi um dos países que mais tardiamente aderiram à onda internacional de criação de parques. Todavia, os registros históricos indicam que tanto a coroa portuguesa quanto o governo Imperial empreenderam algumas iniciativas destinadas à proteção, à gestão ou ao controle de determinados recursos naturais (MEDEIROS, 2006).

No país, os parques nacionais foram determinados pelo Código Florestal de 1934 (Decreto-lei 23.793/34), o que trouxe os conceitos de parques nacionais, florestas nacionais, florestas protetoras e áreas de preservação permanente para a realidade nacional (BRITO, 2003). Salienta-se ainda que o Código Florestal (CF) apresentou um papel insuficiente na proteção das áreas e ainda induziu o desmatamento das florestas primitivas, a implantação de monoculturas e a inclusão de espécies vegetais exóticas em propriedades que eram ou viriam a ser particulares.

Diante da devastação dessas áreas, que acontecia graças à inabilidade do CF de 1934, foi editado um novo Código Florestal (1965). Esse expõe que parques nacionais têm “a finalidade de resguardar atributos excepcionais da natureza, conciliando a proteção da flora, da fauna e das belezas naturais com a utilização para objetivos educacionais, recreativos e científicos. Nessas áreas é proibida qualquer forma de exploração dos recursos naturais”. O debate sobre o CF prosseguiria até o ano de 2012, sendo ainda criticado por diversos especialistas até os dias atuais.

Na legislação nacional, as UC são áreas delimitadas do território nacional, criadas pelo Governo Federal, bem como pelas unidades de federação por meio dos respectivos governos estaduais e municipais para proteção de ecossistemas significativos, tendo entre suas metas

²³ Os parques eram criados como reservas para futura exploração e não como áreas ecologicamente importantes para o equilíbrio do meio ambiente.

gerais a condução de atividades de EA, com o objetivo de desenvolver uma consciência pública voltada para a conservação do meio ambiente e dos recursos naturais (BRASIL, 2000).

Medeiros (2006) expõe que o ano de 2000 marcou uma importante modificação na estrutura de grande parte das áreas protegidas brasileiras, pois finalmente foi concretizada a ambição surgida no final dos anos 1970 de estabelecer um sistema único – o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – que definiria critérios mais objetivos para a criação e gestão de algumas tipologias e categorias de áreas protegidas que antes se encontravam dispersas em diferentes instrumentos legais, que às vezes eram conflitantes.

Segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), em seu Capítulo III - Das Categorias de Unidades de Conservação, art. 7º, define dois grupos de Unidades de Conservação: Unidades de Proteção Integral e Unidades de Desenvolvimento Sustentável.

As Unidades de Conservação de uso Sustentável acolhem a presença de moradores no seu interior, quase sempre populações tradicionais que vivem em sistemas de exploração sustentável dos bens ambientais. Elas têm como objetivo compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável dos recursos naturais. Essas unidades estão subdivididas em sete categorias: Áreas de Proteção Ambiental (APA), Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural.

O grupo das Unidades de Conservação de Proteção Integral tem como objetivo básico a preservação da natureza, aceitando apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos em Lei. Compreende cinco categorias: Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Natural e Refúgio da Vida Silvestre. Destas, a Estação Ecológica, Reserva Biológica e Parque Nacional permitem visitação pública com objetivo educacional desde que haja regulamentação específica ou disposta no plano de manejo.

Segundo o órgão responsável pela gestão das Unidades de Conservação federais, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, que é subordinado ao Ministério do Meio Ambiente, do geral de 334 UC, 74 são categorizadas como Parques Nacionais (Tabela 2).

Tabela 2: Unidades de Conservação Federais do Brasil

Unidades de Conservação Federais do Brasil
--

Unidades de Conservação Federais	Categoria	Quantidade	Total em hectares*
Proteção Integral: (PI)	ESEC – Estação Ecológica	30	7.209.341,42
	MONA – Monumento Natural	05	11.540.275,86
	PARNA – Parque Nacional	74	26.864.000,64
	REBIO – Reserva Biológica	31	4.267.866,28
	REVIS – Refúgio da Vida Silvestre	09	298.436,07
	Total: 149		50.179.920,28
Uso Sustentável: (US)	APA: Área de Proteção Ambiental	37	89.766.821,29
	ARIE: Área de Relevante Interesse Ecológico	13	34.088,40
	FLONA: Floresta Nacional	67	17.827.439,08
	RDS: Reserva de Desenvolvimento Sustentável	2	102.619,45
	RESEX: Reserva Extrativista	66	13.513.328,84
	Total: 185		121.244.297,07
Total geral de Unidades: 334			171.424.217,35

Área aproximada obtida por meio de software de SIG

Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN

Total de RPPN: 687

Fonte: ICMBio, 2019.

Vale ressaltar que abril de 2007 foi publicada a Medida Provisória 366, que foi convertida na Lei Federal nº 11.516 em 28 de agosto de 2007, e assim ficou intituido o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e transferindo a gestão de todas as Unidades de Conservação Federais do IBAMA para o recém criado instituto.

5. A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA CONSTRUÇÃO DE ESPAÇOS EDUCADORES SUSTENTÁVEIS

As UC, na modalidade de parques, podem e devem servir de base para a implementação de programas de EA, sendo que nas últimas décadas, a EA nesses espaços vem tomando lugar central nas discussões de educadores e pesquisadores.

A EA em UC é trabalhada de diversas formas, em diferentes locais, frequentemente voltada para a preservação ou conservação do próprio território a ser conservado/preservado. E as UC que permitem a visita com objetivo educacional se apresentam como locais de grande potencial educativo, normalmente pelas características de beleza e diversidade presente. Normalmente são desenvolvidos programas de EA com os visitantes e com a comunidade do seu entorno (rural ou urbana) ou de outras localidades mais distantes, nos processos de educação formal e não formal, tendo a participação das escolas e universidades em processos formativos dentro dos parques, por meio de aulas de campo, visitas guiadas ou ainda ações educativas com turistas. Assim, as ações de EA são frequentemente articuladas com as atividades que visam a conservação da biodiversidade, o manejo sustentável de bens naturais e o ecoturismo.

Com relação às recomendações presentes em legislação da EA para as UC, o SNUC aborda a implantação de programas de educação ambiental como forma de “favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico” (BRASIL, 2000). À vista disso, as UC se configuram como espaços públicos que devem ser reconhecidos e aproveitados, pois são de extrema relevância para o desenvolvimento da EA como prática social, que colabora para a constituição da cidadania do público visitante.

Com esse sentido, compreende-se que, mediante o contato com a realidade socioambiental, os sujeitos podem aprender mais sobre as questões ambientais, vivenciando dentro desses espaços experiências motivadoras de reflexão e ações educativas:

[...] a chave do entendimento da problemática ambiental está no mundo da cultura, ou seja, na esfera da totalidade da vida em sociedade [...]. Afinal, são as práticas do meio social que determinam a natureza dos problemas ambientais que afligem a humanidade [...] no processo de transformação do meio ambiente [...] são criados e recriados modos de relacionamentos da sociedade com o meio natural [...] e no seio da própria sociedade [...] (QUINTAS, 2006, p. 21).

Entende-se, assim, que as UC devem extrapolar a concepção de espaços de preservação ambientais ou de mera visitação recreativa, pois contribuir com a formação do público interessado em conhecê-las é uma importante estratégia educativa. Frente a isso deve-se aproveitar das potencialidades educadoras do espaço para sensibilizar o público e dar sentido à integração e pertencimento à natureza.

Tem sido comum em programas e projetos de EA em espaços de áreas de proteção ambiental, a utilização da chamada Educação Ambiental Não Formal, mesmo quando envolvem estudantes de escolas, haja vista que esses processos ocorrem como práticas fora do currículo escolar das escolas, embora em alguns casos sejam parte do planejamento de professores de instituições escolares formais.

Entende-se que as temáticas ambientais devam ser contempladas permanentemente em todas áreas de conhecimento curricular, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, ou seja, nas modalidades: formal, informal e não-formal (DE OLIVEIRA; DOMINGOS; COLASANTE, 2020). Também se compreende que, muitas vezes, nos processos educativos da Educação Ambiental, se faz integração de ações formais e não formais.

Dessa forma, é habitual encontrar em documentos oficiais nacionais e internacionais, inclusive na Lei 9.795/99, que dispõe sobre a Política Nacional de Educação Ambiental, a denominação Educação Ambiental Não Formal para os processos educativos praticados fora do currículo escolar (QUINTAS, 2004).

Com isto, além das ações de conservação ambiental das UC in situ, os parques assumem também funções sociais e educacionais como forma de responder à questão conservacionista, pois se compreende que, numa sociedade sustentável, as ações individuais e coletivas devem se relacionar com as questões ambientais e sociais, nas quais a educação ambiental ocupa todos os espaços como um caminho importante para tornar tais espaços educadores.

À vista disso, além das escolas, as UC estão entre os locais que têm grande potencial educador, como explica Borges (2011) ao discutir o conceito espaço educador.

Um museu que permite conectar passado, presente e futuro e transitar entre os tempos, explorando novas perspectivas, promovendo a interação, a comparação de forma criativa e vivencial, é um espaço educador; a praça pública, que estimula o lazer, a troca, a convivência, a valorização

e o respeito pelo coletivo é um espaço educador. Até mesmo uma faixa de pedestres, como a de Brasília, que, ao trazer os dizeres “dê sinal de vida”, torna-se um espaço que educa para a cidadania e para o exercício de direitos. Os parques (Unidades de Conservação - UC) educam ao despertar a curiosidade pela fauna, a flora, a ecologia, a diversidade biológica, mostrando sua importância para a manutenção da teia da vida, sua necessidade de proteção, além de propiciar vivências profundas (2011, p. 13).

Conforme exposto anteriormente, até uma cidade pode se tornar educadora, de acordo com a Carta das Cidades Educadoras que traz a concepção de que a cidade possui diversos espaços potenciais para a educação dos seus cidadãos e cidadãs:

A cidade educadora deve exercer e desenvolver esta função paralelamente às suas funções tradicionais (econômica, social, política de prestação de serviços), tendo em vista a formação, promoção e o desenvolvimento de todos os seus habitantes. Deve ocupar-se prioritariamente com as crianças e jovens, mas com a vontade decidida de incorporar pessoas de todas as idades, numa formação ao longo da vida. As razões que justificam esta função são de ordem social, econômica e política, sobretudo orientadas por um projeto cultural e formativo eficaz e coexistencial (CIDADE EDUCADORA, 1990).

O conceito Espaço Educador Sustentável foi pensado com essa intenção, ou seja, a de afirmar a função de determinados espaços potencialmente capazes de promover ações educativas. Assim, Trajber e Sato (2010) utilizando como referência Plano Nacional sobre Mudança do Clima, apresentaram o que entendiam ser os Espaços Educadores Sustentáveis:

[...] aqueles que têm a intencionalidade pedagógica de se constituir em referências concretas de sustentabilidade socioambiental. Isto é, são espaços que mantêm uma relação equilibrada com o meio ambiente; compensam seus impactos com o desenvolvimento de tecnologias apropriadas, permitindo assim qualidade de vida para as gerações presentes e futuras (TRAJBER; SATO, 2010, p. 71).

Faz-se importante expor que o conceito de escolas sustentáveis foi cunhado anteriormente no Reino Unido no projeto Sustainable Schools: Are we building schools for the Future?. O projeto previa construir, reconstruir ou reformar escolas secundárias por mais de 15 anos. Além de ser um projeto para melhorar radicalmente a estrutura dos edifícios escolares e fornecer investimentos maciços em TIC, foi projetado explicitamente para transformar as experiências educacionais dos alunos e incorporar sustentabilidade nos ambientes educativos (UNITED KINGDON, 2007).

No Brasil, o conceito de Espaços Educadores Sustentáveis foi proposto no Programa Nacional de Escolas Sustentáveis. Esta proposta, criada em 2010 para ser desenvolvida pelas escolas brasileiras, contribuiu para disseminar o conceito de espaço educador sustentável, com ênfase na escola como um lugar que educa ambientalmente por meio de sua gestão, do seu próprio espaço e do seu currículo.

Com o título *Escolas Sustentáveis e Com Vida – processos formativos em Educação Ambiental*, o Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, em parceria com universidades federais (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Universidade Federal de Ouro Preto e a Universidade Federal de Mato Grosso) apresentou 3 eixos a serem desenvolvidos para o alcance do tripé: Gestão, Espaço e Currículo.

Com tais fundamentos, uma escola educadora sustentável é aquela que tem a educação ambiental em sua gestão. Esta deve ser democrática e preocupada com as questões do ambiente, inclusive garantindo que tal tema esteja em seu projeto político pedagógico, um importante instrumento da gestão escolar, em seus aspectos administrativos e pedagógicos. Essa escola educadora se preocupa com o espaço e, nesse sentido, mostra os cuidados com o seu ambiente, com a economia de energia ou de água, ou mesmo com a qualidade dos alimentos que lá entram. Por fim, essa escola deve rever seu currículo para que ele permita aos alunos a compreensão crítica do ambiente. Portanto, para ser um espaço educador sustentável é preciso garantir esse tripé: Gestão, espaço e currículo.

Ora, a concepção de espaço educador sustentável com esse tripé permite pensar outros lugares, outros espaços. Mudando somente a ideia de currículo (que é uma ação inerente ao sistema escolar formal) para a ideia da produção de saberes ou de conhecimentos por meio de um programa de formação, tem-se a proposta para uma UC EDUCADORA SUSTENTÁVEL. Nesse sentido, uma UC educadora sustentável é aquela que articula a sua gestão, o seu espaço e os saberes ou conhecimentos que nela podem ser produzidos, com a finalidade de promover uma educação crítica voltada para a compreensão e conservação do ambiente.

Destarte, para as UC propõe-se como fundamento a gestão ambiental democrática, aspecto presente nas normativas para a área, a consolidação e manutenção desse espaço como lugar que educa por si e uma formação que contemple uma Educação Ambiental Crítica.

Entende-se que a gestão ambiental das UC deve ser democrática, com a participação dos sujeitos envolvidos direta e indiretamente no funcionamento dessas áreas. Sujeitos como

diretores das unidades, guardas-parque, visitantes, moradores de dentro ou ao redor das áreas e ainda os responsáveis governamentais devem pensar a gestão da UC. À vista disso, a sustentabilidade social pressupõe gestão participativa em dimensões como democracia, equidade e diversidade - de raça, gênero, cultural, geracional, regional (MOREIRA, 2011).

Para Quintas (2004), a gestão ambiental implica o uso dos bens ambientais na concepção e na aplicação das decisões que afetam a qualidade do meio ambiente, seja ele físico-natural ou construído, e a EA toma espaço como elemento estruturante do processo de ensino-aprendizagem, devendo ser construída com os sujeitos envolvidos com esse espaço, para que haja de fato controle social sobre decisões.

Quando a gestão das UC alia os referenciais da EA crítica às particularidades do lugar/região surgem oportunidades/potencialidades para sensibilizar as pessoas e despertar uma consciência crítica sobre as inter-relações históricas entre a sociedade e a natureza, para que assim, de fato seja possível contribuir na formação de um cidadão que entenda como a sociedade tem se relacionado com meio ambiente.

Partindo da importância dos espaços educadores e da sua capacidade de contribuir no processo educativo ambiental, Moreira (2011) expõe sobre a

intencionalidade de educar para novas formas de convívio em sociedade e com a natureza, a edificação escolar tem a potencialidade de educar por si, revelando nos ambientes criados as premissas do cuidado com as pessoas e com o ambiente. Algo que, por si só, tem poder multiplicador, como uma janela de possibilidades que se abre, trazendo alento e esperança para as localidades onde se situam (MOREIRA, 2011, p. 17).

Dessa forma, as UC e outros espaços como escolas, praças, museus, bibliotecas podem assumir esse intento, o de se tornar um espaço que educa. A UC pode se tornar um espaço educativo, por excelência, atendendo tanto a educação formal, quanto a educação não formal. São locais que, se preparados e com estruturas de construção pensadas para educar, podem levar imersão diante de um conteúdo vivenciado pela experiência com o ambiente em questão. Isto significa que locais de reunião devem ser pensados. Placas ou informes educativos também. Da mesma forma, a infraestrutura voltada ao controle dos resíduos e as orientações sobre o uso do lugar. No lugar é possível fazer uso de poemas e outras formas lúdicas e sensoriais que despertem os visitantes para um olhar atento e de cuidado com a natureza.

No tocante à acessibilidade, esses espaços como um todo, desde o edifício ao acesso às trilhas, precisam ser pensados para aqueles que necessitam de “condições especiais” para

poderem visitá-los. Afinal, deficientes auditivos, cadeirantes, cegos, idosos, crianças e outros tantos cidadãos devem ter acesso de qualidade e com segurança a estes locais, quando possível.

Ainda sobre os espaços e sua importância pedagógica, não há referência de uma nova educação ambiental, mas de uma concepção de educação ambiental que, segundo Quintas (2004), toma o espaço como elemento estruturante na organização do processo de ensino-aprendizagem, construído com os sujeitos nele envolvidos, para que haja de fato controle social sobre decisões que, via de regra, afetam o destino de muitos, destas e de futuras gerações.

Quando se pensa em conteúdos formativos para um programa de EA em uma UC, é preciso destacar que a mesma não acomoda em sua realidade o conceito de currículo, que se entende como uma seleção organizada de conteúdos a aprender, os quais, por sua vez, regulam a prática que se desenvolve durante a escolaridade (SACRISTÀN, 2013). Contudo, numa proposta educativa em UC se faz uso de uma seleção de conteúdos a serem trabalhados nas atividades previstas. Conceitos como o da biodiversidade, biomas, recursos naturais, ou mesmo o de cidadania, de participação social e justiça, entre tantos outros, são centrais para pensar a conservação da natureza. Também podem ser trabalhados conceitos da geografia, da história, artes, por exemplo. Enfim, todo programa educativo, seja ele desenvolvido na educação formal, ou mesmo na educação não formal, depende de um conteúdo que contemple conceitos, noções, fatos e muitas vezes procedimentos como aqueles voltados ao cuidado com o lugar.

No Brasil, se discute a proposta de construção de propostas pedagógicas orientadoras baseadas na Educação Ambiental Crítica, inclusive por meio de Projetos Políticos Pedagógicos de Educação Ambiental (PPPEA) para as UC, além dos programas de EA presentes nos planos de manejo. Isto é uma inovação, cuja origem está na educação formal. O Projeto Político Pedagógico, é um instrumento legal da educação brasileira, previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, proposto para dar autonomia às escolas.

Segundo o documento orientador do ICMBio, o PPPEA,

é o Projeto Político Pedagógico das Unidades de Conservação Federais mediado pela Educação Ambiental. É um processo que objetiva discutir, refletir, planejar, articular e promover a implementação de processos educativos (formais, não formais e de educação ambiental) necessários à melhor conservação da biodiversidade, gestão da unidade de conservação e qualidade de vida dos grupos sociais prioritários na gestão da unidade.

É um processo estruturante que deve ser construído de forma participativa com os atores locais envolvidos (instituições públicas, comunidades locais, entidades do segundo e terceiro setor, etc) (BRASIL, 2016, p. 3-4).

Vale ressaltar que o MMA construiu seu PPP no ano de 2014 e em 2015 o ICMBio também constituiu o seu, por meio de processos participativos junto à Coordenação Geral de Gestão Socioambiental, por meio da Divisão de Gestão Participativa e Educação Ambiental. E em um dos seus eixos estruturantes, o Espaço Educador, estão inseridas as UC (BRASIL, 2018).

Posteriormente, em 2016, o MMA e o ICMBio elaboraram os primeiros Projetos Político-Pedagógicos de Unidades de Conservação. No mesmo ano, em seguida, o ICMBio apresentou o texto “O PPPEA em Unidades de Conservação Federais e na Gestão da Biodiversidade”, na tentativa de estimular e fortalecer a realização de processos de construção de Projetos Político-Pedagógicos em suas Unidades de Conservação e Centros de Pesquisa (RAYMUNDO, 2017).

A UC do Parque Nacional do Pau Brasil, de Porto Seguro – BA, possui seu Projeto Político-Pedagógico de Educação Ambiental, documento que foi organizado em três eixos estruturantes entre os anos de 2016 e 2018: o **eixo situacional**, que se refere ao diagnóstico socioambiental, à problematização da realidade lugar conectada ao contexto global, às potencialidades, relações e ações no território; o **eixo conceitual**, que traz as utopias que nos fazem caminhar, os valores e princípios que devem nos orientar, as políticas públicas dialogadas e pautadas pelo território, a sociedade que desejamos construir em busca de um mundo melhor para todos os seres vivos; e o **eixo operacional**, que apresenta os fundamentos e estratégias metodológicas, os projetos e as ações para contribuir com a transformação socioambiental do território (BRASIL, 2018).

É evidente que o PPPEA é uma ferramenta para a gestão democrática das UC e para a formação de cidadãos conscientes e críticos que vivem um momento de crise da humanidade, em um período denominado antropoceno²⁴, baseado no processo de profunda modificação da natureza em grande parte pela espécie humana.

²⁴ Conceito cunhado em 2002, pelo químico holandês Paul Crutzen, que tem a proposta de abarcar reflexões sobre um novo período da história geológica da Terra, em que as transformações significativas que estão acontecendo no planeta têm sua origem nas ações humanas, e tais alterações têm o potencial de alterar profundamente alguns processos naturais pelos próximos milhões de anos (ARAIA, 2011).

Com isto se faz necessária uma EA Crítica para contribuir com soluções para mudanças sustentáveis e éticas. Nesse horizonte, Morin (2000) colabora com sete saberes que são necessários à educação que de fato contemple repensar a ação humana. Indica:

- As cegueiras do conhecimento (excesso de conhecimento pode deixar cego, impedindo de se praticar o óbvio);
- Princípios do conhecimento pertinente (pensar global e agir local);
- Ensinar a condição humana (é preciso recuperar a humanidade quase perdida);
- Ensinar a identidade terrena (somos cidadãos planetários, devemos cuidar);
- Enfrentar as incertezas (o futuro muda os conhecimentos de hoje);
- Ensinar a compreensão (saber os “porquês”);
- A ética do gênero humano (praticar a alteridade).

Portanto, as UC como espaços educadores sustentáveis devem propor ações educativas transdisciplinares, de tal forma que possam contribuir para a compreensão do meio ambiente e das questões socioambientais. Para tanto, deve-se levar em consideração as dimensões geográficas, históricas, sociais, ecológicas, políticas, econômicas e tecnológicas para uma transformação do ambiente e do sujeito em sua relação com a natureza.

6. RESULTADOS E DISCUSSÕES

6.1 CAMPO GRANDE E SUAS ESPECIFICIDADES URBANAS

A cidade de Campo Grande-MS, contexto desta investigação, é uma das capitais que compõem o rol das cidades mais importantes da região Centro-Oeste do Brasil. Oficialmente, a cidade foi fundada em 26 de agosto de 1899²⁵ e possui a alcunha de Cidade Morena pela característica da cor do solo (vermelha ou roxa).

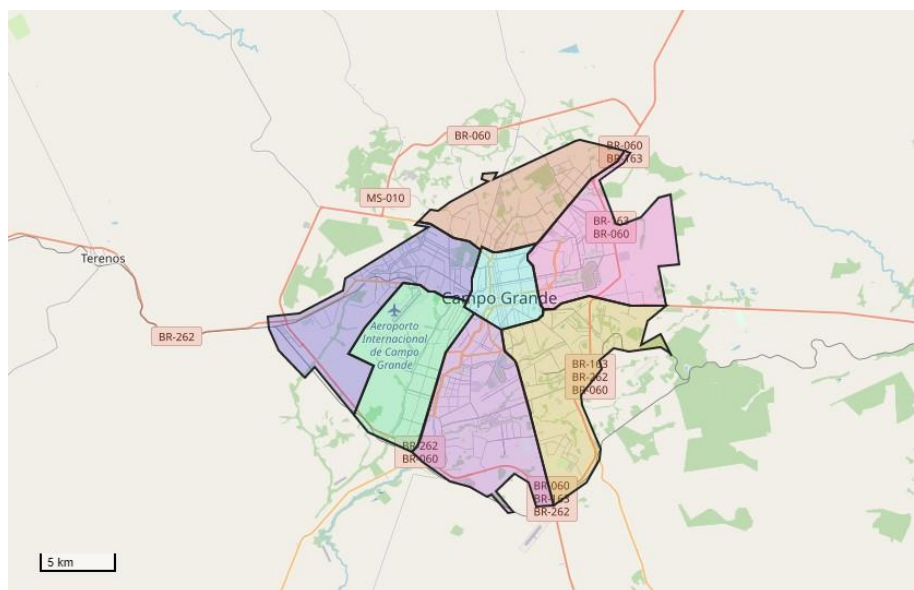
No que se refere à constituição histórica da sua população, é possível constatar povos indígenas (kaiowás, guaranis, terenas e outros), descendentes de africanos, tendo três quilombos em seu município (Comunidade São João Batista, Comunidade Tia Eva e Chácara do Buriti) e descendentes de espanhóis, italianos, portugueses, japoneses, sírio-libaneses, armênios, paraguaios, bolivianos e, nos últimos anos, de venezuelanos e haitianos. Além desses, a cidade tem atraído imigrantes oriundos dos estados de São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul e de estados do Nordeste.

O município de Campo Grande situa-se relativamente próximo da fronteira do Brasil com Paraguai e Bolívia e possui uma área urbanizada de 154,45 km² (EMBRAPA, 2006). O clima é classificado como tropical com estação seca, de acordo com o Instituto Nacional de Meteorologia (INMET). A sua população no censo de 2010 era de 786.797 habitantes, com a densidade demográfica de 97,22 hab/km². Estima-se que a população tenha ultrapassado 900 mil pessoas no ano de 2020, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2012). O principal bioma presente na área do município é o Cerrado (Figura 3) e a cidade possui de 96,3% de vegetação nas áreas urbanizadas²⁶.

²⁵ A data de fundação de 26 de agosto de 1899 tem como referência José Antônio Pereira e sua família. Entretanto, existem outras teses sendo discutidas, como por exemplo tendo como fundadora da cidade a ex-escravizada e quilombola Tia Eva.

²⁶ No ano de 2021, a Fundação Arbor Day e a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) anunciaram as cidades reconhecidas como mais arborizadas do mundo, por meio do programa Cidades de Árvores do Mundo. Dentre as escolhidas está Campo Grande-MS: <https://brasil.un.org/>

Figura 3. Cidade de Campo Grande e Regiões Urbanas



Fonte: Sistema Municipal de Indicadores de Campo Grande (SISGRAN), 2021.

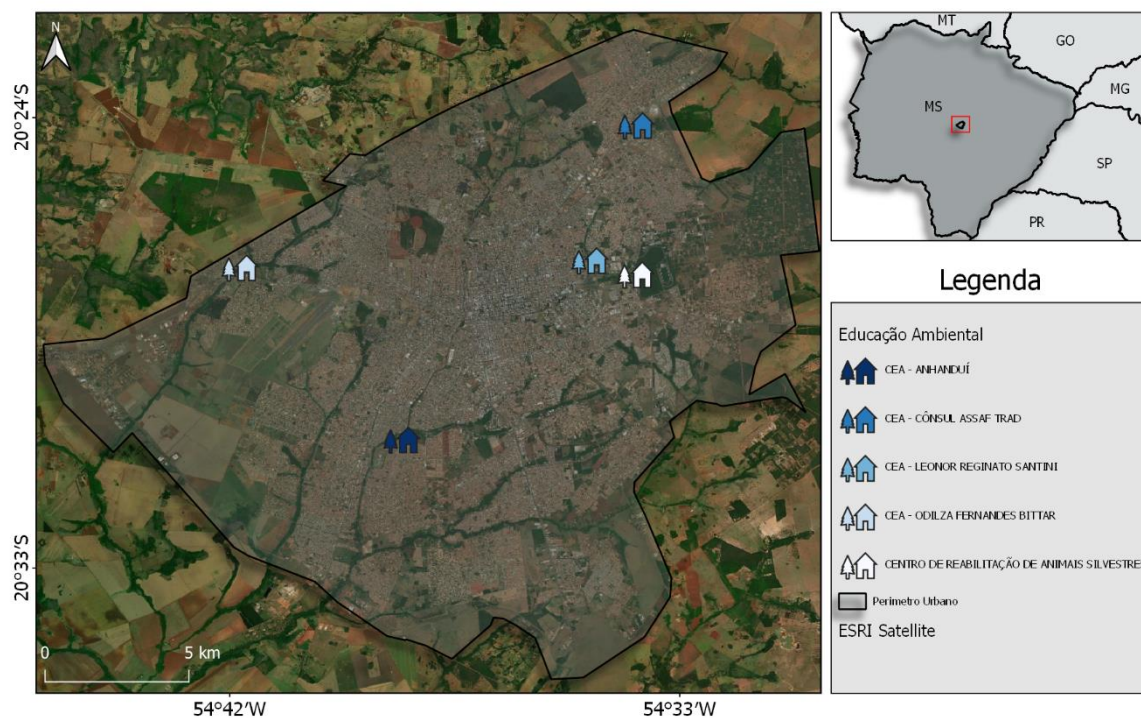
Diante de dados do IBGE (2012-2018), o Produto Interno Bruto (PIB) per capita de 2018 era de R\$ 32.942,46, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) em 2010 era de 0,784 e sua economia diversificada com absorção dos empregos em: administração pública, 23,82%, comércio atacadista e varejista, 19,95%, administração e serviços de suporte, 9,46%, construção civil, 8,39%, indústria, 6,29% e outros.

A administração pública municipal possui dois órgãos importantes para as questões ambientais da cidade, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano (SEMADUR) e a Agência Municipal de Meio Ambiente e Planejamento Urbano (PLANURB).

Dentre as atribuições da SEMADUR está a gerência dos Centros de Educação Ambiental (CEAs): Anhanduí, Imbirussú, Cônsul Assaf Trad (Florestinha) e Polônês. Esses centros estão distribuídos em Campo Grande segundo a figura 4:

Figura 4. Centros de Educação Ambiental – Campo Grande/MS

Centros de Educação Ambiental - Campo Grande / MS

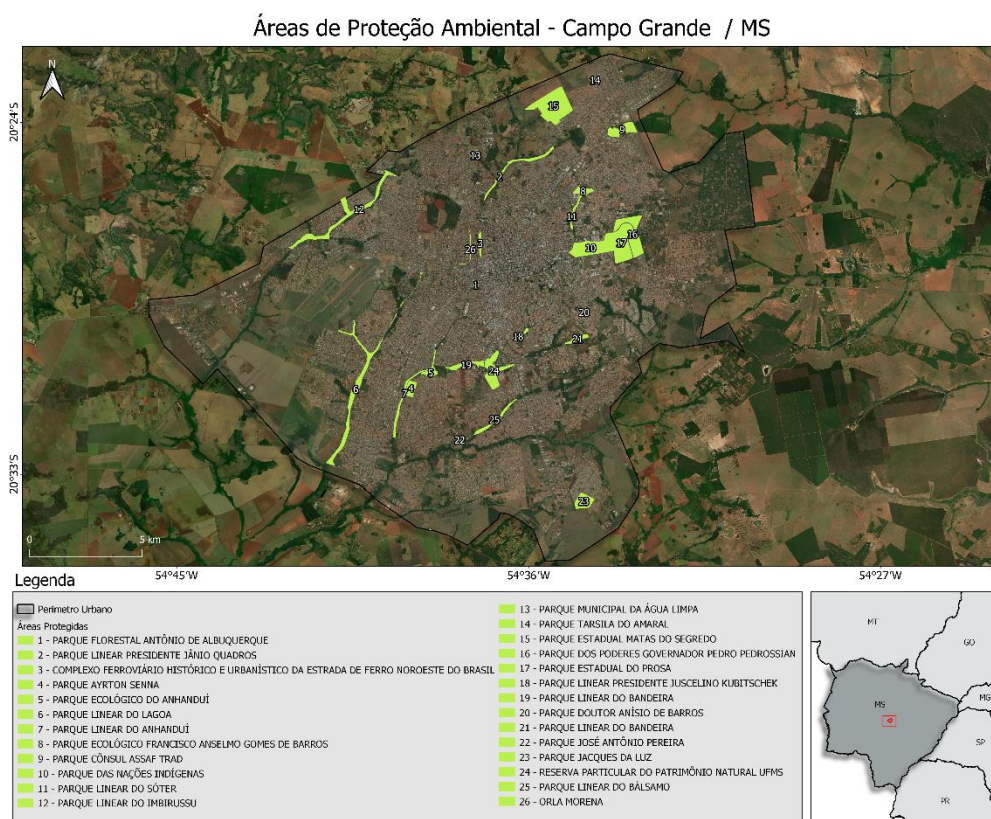


Fonte: QGIS Development Team, 2021.

A PLANURB gerencia as Áreas de Proteção Ambiental (APAs), com destaque para as Unidades de Conservação Municipal do Ceroula, Guariroba e Lajeado, e ainda o Parque Ecológico Anhanduí. A Planurb dispõe de um setor que planeja ações de educação ambiental.

O perímetro urbano da cidade possui 26 Áreas de Proteção Ambiental (Figura 5):

Figura 5. Áreas de Proteção Ambiental – Campo Grande/MS



Fonte: QGIS Development Team, 2021.

Além disso, a PLANURB e a SEMADUR coordenam a Política de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Campo Grande, tendo assim o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Campo Grande (PDDUA) como orientador.

O PDDUA de Campo Grande é um instrumento básico da política de desenvolvimento urbano, nos termos do Art. 182 da Constituição Federal, e tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade e garantir o bem-estar de seus habitantes no âmbito urbano e rural sob o aspecto urbanístico, ambiental, social, cultural, econômico e administrativo, englobando o território do Município (CAMPO GRANDE, 2018).

Assim, diante do exposto, é importante salientar que a instituição das áreas verdes no perímetro urbano da cidade não é uma política de um governo específico, mas de cumprimento de legislações e de planos diretores anteriores (1995 e 2006), a partir de políticas públicas construídas sendo resultado de um longo processo, de discussões em reuniões públicas, audiências e reuniões técnicas.

6.2 AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE MATO GROSSO DO SUL

As UC de Mato Grosso do Sul estão distribuídas em: 16 federais, 51 estaduais e 60 municipais, representando 5.543.019,38 hectares, sendo 15,51% do território total²⁷. Dentre as UC estaduais, 40 estão sob gestão privada, são RPPNs, e 10 sob gestão do governo estadual, sendo essas últimas administradas por meio da Gerência de Unidades de Conservação do Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul.

É importante trazer a informação de que, durante a 10ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (COP-10), realizada na cidade de Nagoya, Província de Aichi, no Japão, foi aprovado o Plano Estratégico de Biodiversidade para os anos de 2011 a 2020. O Plano previu um quadro global sobre a diversidade biológica e busca estabelecer ações concretas para deter a perda da biodiversidade planetária, incluindo 20 metas²⁸.

O Brasil se comprometeu, junto a outros países, a implementar essas metas, e dentre elas a meta 11 estabelece uma porcentagem mínima para áreas protegidas nos países signatários:

Meta 11: Até 2020, pelo menos 17 por cento de áreas terrestres e de águas continentais e 10 por cento de áreas marinhas e costeiras, especialmente áreas de especial importância para biodiversidade e serviços ecossistêmicos, terão sido conservados por meio de sistemas de áreas protegidas geridas de maneira efetiva e equitativa, ecologicamente representativas e satisfatoriamente interligadas e por outras medidas espaciais de conservação, e integradas em paisagens terrestres e marinhas mais amplas (CDB, 2012, s/p).

Evidentemente que se for distribuída essa porcentagem entre os estados brasileiros, o Mato Grosso do Sul não está a contento do Plano Estratégico de Biodiversidade até o momento.

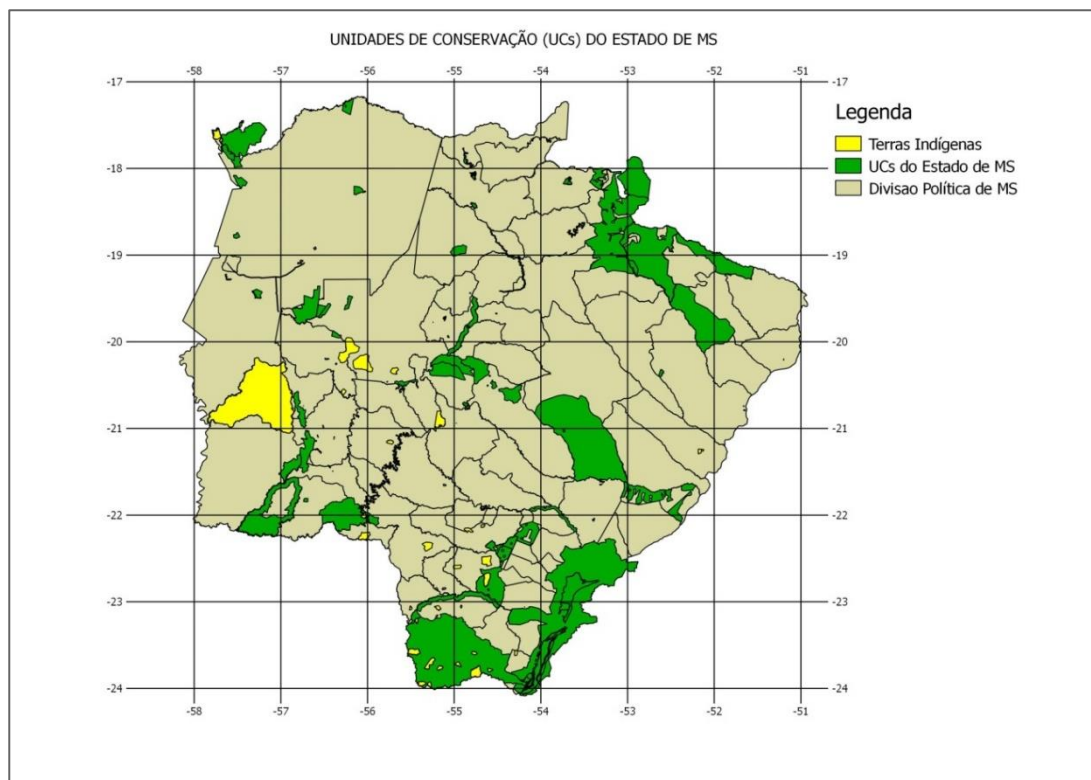
O Imasul tem como setor responsável de gestão das UC a Gerência de Unidades de Conservação. A GUC tem como objetivo criar unidades de conservação e demais áreas protegidas e ainda as gerir em prol da conservação *in situ* da diversidade biológica.

A figura 6 apresenta as UC do território do estado de Mato Grosso do Sul e suas distribuições dentro dos limites territoriais.

²⁷ Informação disponibilizada pela Unidade de Cadastro e ICMS Ecológico, da Gerência de Unidades de Conservação/IMASUL, 2021.

²⁸ OEco: O que são as metas Aichi.

Figura 6. As Unidades de Conservação do Estado de Mato Grosso do Sul



Fonte: IMASUL, 2019.

As áreas protegidas e geridas pelo Imasul estão categorizadas nos dois grupos de unidades de conservação: Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável, segundo os critérios estabelecidos no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (2000). Como segue o quadro 6, com os parques estaduais de Mato Grosso do Sul:

Quadro 6. Parques Estaduais de Mato Grosso do Sul

PARQUE ESTADUAL DO PROSA Área (hectare): 135 Decreto de Criação: Nº 10.783 de 21/05/2002 Município bioma e bacia hidrográfica: Campo Grande (Cerrado /Microbacia Prosa, Anhanduí/ Bacia Paraná)
PARQUE ESTADUAL MATAS DO SEGREDO Área (hectare): 188 Decreto de Criação: Nº 9.935 de 05/06/2000 Município bioma e bacia hidrográfica: Campo Grande (Cerrado Córrego Segredo, Microbacia do Anhanduí, Bacia Paraná)

ESTRADA PARQUE DO PANTANAL Área (hectare): 6000 Decreto de Criação: Nº 7.122 de 17/03/1993 Município bioma e bacia hidrográfica: Corumbá e Ladário (Pantanal Parte da Bacia do Miranda, Negro, Bacia do Paraguai)
ESTRADA-PARQUE PIRAPUTANGA Área (hectare): 10,108 (42,5 km) Decreto de Criação: Nº 9.937 de 05/06/2000 Município bioma e bacia hidrográfica: Aquidauana e Dois Irmãos do Buriti (Cerrado / Bacia do Paraguai)
APA RIO CÊNICO Área (hectare): 15.440 Decreto de Criação: Nº 9.934 de 05/06/ 2000 Município bioma e bacia hidrográfica: Coxim, São Gabriel, Camapuã, Rio Verde de MT Cerrado e Flo Aluv. M.Bacia do Coxim -Miranda, Bacia do Rio Paraguai
MONUMENTO NATURAL GRUTA DO LAGO AZUL Área (hectare): 274, 0387 Decreto de Criação: Nº 10.394 de 11/06/2001 Município bioma e bacia hidrográfica: Bonito Floresta Estacional Bacia do Formoso/Miranda, Bacia do Paraguai)
MONUMENTO NATURAL RIO FORMOSO Área (hectare): 18 Decreto de Criação: Nº 11.553 de 23/10/2003 Decreto de Ampliação: Nº 11.690 de 27/09/2004 Município bioma e bacia hidrográfica: Bonito Cerrado Bacia do Formoso/Miranda Bacia do Paraguai
PARQUE ESTADUAL NASCENTES DO RIO TAQUARI Área (hectare): 30.618 Decreto de Criação: Nº 9.662 de 09/10/99 Município bioma e bacia hidrográfica: Costa Rica e Alcinópolis (Cerrado / Bacias Paraná, do Paraguai e Araguaia)
PARQUE ESTADUAL PANTANAL DO RIO NEGRO Área (hectare): 78.302 Decreto de Criação: Nº 9.941 de 05/06/2000 Município bioma e bacia hidrográfica: Corumbá e Aquidauana (Pantanal / Bacia do Paraguai)

PARQUE ESTADUAL DAS VÁRZEAS DO RIO IVINHEMA

Área (hectare): 73.30

Decreto de Criação: 9.278 de 17/12/98

Município bioma e bacia hidrográfica: Jateí, Naviraí e Taquarussu

(Mata Atlântica / Bacia Paraná)

Fonte: IMASUL, 2019.

Além do objetivo de conservação dos ecossistemas presentes em seus territórios, as unidades de conservação estaduais possuem alto potencial de visitação (Tabela 3), pois são ambientes relevantes para se constituírem espaços de aprendizagem e não somente meros espaços de recreação, além do potencial para estudos científicos realizados nestes locais.

Tabela 3. Número de visitantes nas Unidades de Conservação Estaduais.

Ano	Nº de visitantes
2015	131.306
2016	147.371
2017	119.133
2018	126.061
2019	2.888 (parques)

Fonte: IMASUL, 2019.

6.2.1 Panorama das Pesquisas em Unidades de Conservação Estaduais de Mato Grosso Do Sul (2002-2019)

São 49 pesquisas catalogadas que foram realizadas nas UC estaduais de Mato Grosso do Sul; desse número, todas são da área de Biologia/Ecologia, como se pode verificar no quadro anterior. Não consta nenhum registro de relatório no banco do IMASUL de pesquisas das áreas de Educação ou Ensino²⁹.

Quadro 7. Pesquisas realizadas em Unidades de Conservação de MS

Ano	Título	Pesquisador	Instituição
-----	--------	-------------	-------------

²⁹ Existem trabalhos anteriores aos registrados no banco de relatório do IMASUL. Exemplo: Odete Soares de Oliveira. A Importância da Reserva Ecológica do Parque dos Poderes como Instrumento de Educação Ambiental. 1998. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Gestão Governamental) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Orientador: Paulo Robson de Souza.

Não/Infor.	Sistemática molecular de drosofilídeos micófagos RPPN Cabeceira do Mimoso e Vale Anhanduí	Equipe	Não/Infor.
2002	Manejo de <i>Gomphrena elegans</i> Mart. em Bonito (parte 1)	Equipe	UFMS
2002	Manejo de <i>Gomphrena elegans</i> Mart. em Bonito (parte 2)	Equipe	UFMS
2003	Manejo de <i>Gomphrena elegans</i> Mart. em Bonito (parte 3)	Equipe	UFMS
2004	A resposta de catetos e queixadas a flutuações sazonais no Pantanal	Alexine Keuroghlian	IBC
2004	Desenvolvimento do turismo sustentável no Parque Estadual do Prosa	Daniela Vieira Cação	UCDB
2004	Dinâmica da avifauna e habitats no Pantanal do Rio Negro	Não/Inf.	Não/Inf.
2005	A conservação de macroinvertebrados, peixes, e habitats d'água doce no Pantanal do Brasil	Donald P. Eaton	UNESP, Bauru
2005	Carnívoros no Corredor Cerrado-Pantanal: Distribuição, Ecologia e Conservação	Leandro Silveira	Pró-Carnívoros
2005	Comunidade de morcegos na região do Rio Negro: riqueza, diversidade, recursos alimentares e ectoparasitos associados	Erich Fischer	UFMS
2005	Conservação da lontra neotropical (<i>Lontra longicaudis</i>) e da ariranha (<i>Pteronura brasiliensis</i>) na RPPN Fazenda Rio Negro 2005	Helen Francine Waldemarin	Associação Projeto Lagoa de Marapendi
2005	Conservação da onça-pintada em propriedades rurais no Pantanal	Equipe	Uniderp
2005	Flora fanerogâmica e criptogâmica do Parque Estadual das Várzeas do Rio Ivinhema	Rafael Breno; Solange de Fátima Luft	UFGD
2005	Frutos e frugívoros do Pantanal	Mauro Galetti1	UNESP

2005	Levantamento florístico de espécies arbóreas da Estrada Parque Pantanal	Adriana Takahasi	UFMS
2006	Anfíbios e Répteis do Pantanal Sul	Vanda Lúcia Ferreira	UFMS
2006	Conservação da lontra neotropical (<i>Lontra longicaudis</i>) e da ariranha (<i>Pteronura brasiliensis</i>) na RPPN Fazenda Rio Negro 2006	Helen Francine Waldemarin	Associação Projeto Lagoa de Marapendi
2006	Manejo e conservação de grandes felinos 2004-2006	Eduardo Eizirik; Laury Cullen Jr.	Instituto Pró-Carnívoros
2006	Monitoramento de indicadores ambientais	Marco de Barros Costacurta	Programa de incentivo às RPPNs do Pantanal e entorno
2008	Hidrodinâmica, ritmo climático e zoneamento de áreas alagáveis na planície fluvial do Rio Paraná	Paulo César Rocha	Não/Infor.
2009	A Planície de Inundação do Alto Rio Paraná	Ângelo Antonio Agostinho; Sidinei Magela Thomaz	Universidade Estadual de Maringá
2009	Comportamento alimentar de peixes frugívoros do sistema Rio da Prata, RPPN Fazenda Cabeceira do Prata, Jardim	Patrícia de Mello Machado Leal	Uniderp
2009	Manejo e conservação de grandes felinos 2008-2009	Eduardo Eizirik; Laury Cullen Jr.	Instituto Pró-Carnívoros
2009	Gradientes ecológicos e a conservação de comunidades de mamíferos e aves do sudoeste do Brasil, biomas Pantanal e Cerrado	Equipe	UFMS

2010	Abundância e uso de habitats por aves frugívoras de dossel em remanescentes de cerrado	Berinaldo Bueno	UFMS
2010	Dieta de Filostomídeos Frugívoros (<i>Chiroderma doriae</i> , <i>Carollia perspicilata</i> e <i>Sturnira lilium</i>) e seu papel na germinação de sementes	Jaire Marinho Torres	UCDB
2010	Fenologia de floração da espécie distílica <i>Psychotria carthagenensis</i> em áreas de cerrado	Rogério Rodrigues Faria	UFMS
2011	Bioacústica de <i>Pteronura brasiliensis</i> no Pantanal de MS	Não/Inf.	Não/Inf.
2011	Componentes Bióticos dos besouros rola-bostas Coleoptera: Scarabaeidae (Scarabaeinae) na Serra da Bodoquena	Leticia Laura de Oliveira Bavutti	UFGD
2011	Ecologia de mustelídeos aquáticos no Pantanal	Não/Inf.	Não/Inf.
2011	Ecologia de paisagem e geotecnologias como ferramentas de manejo em unidades de conservação	Antonio Conceição Paranhos Filho	UFMS
2011	Efeitos da urbanização sobre comunidade de morcegos	Claudia Marcia Marily Ferreira	UFMS
2011	Relatório da vigilância das arboviroses em primatas não humanos do Centro de Reabilitação de Animais Silvestres (CRAS/MS)	Paulo Mira Batista	CRAS
2012	Dieta de <i>Athene cunicularia</i> (Strigiformes, Strigidae) em áreas com diferentes níveis de influência natural e antrópica no município de Campo Grande	Lillian Carolina de Queiroz Modesto	UFMS
2012	Estrutura e composição das comunidades de helmintos parasitos de anfíbios de áreas de diferentes níveis de preservação em uma localidade do Pantanal de Mato Grosso do Sul	Karla Magalhães Campião	UFMS

2012	Metacomunidade de bandos mistos de aves na Cabeceira do Mimoso	Franchesco Della Flora	UFMS
2012	Metacomunidade de bandos mistos de aves no Vale do Anhanduí	Franchesco Della Flora	UFMS
2013	Anfíbios registrados no Parque Matas do Segredo e Parque Estadual do Prosa	Claudia Marcia Marily Ferreira	UFMS
2013	Herpetofauna de serapilheira da RPPN Cabeceira do Prata	Samuel Duleba	UFMS
2013	Pteridoflora do Parque Estadual Matas do Segredo Aspectos fenológicos das monilófitas e licófitas do Parque Estadual Matas do Segredo	Tiago Green de Freitas	UFMS
2014	Levantamento da Avifauna do Parque Estadual Matas do Segredo	Hiroya Hattori	COA-CGR
2014	Anuros registrados no Parque Estadual Matas do Segredo e Parque Estadual do Prosa	Cláudia Marcia Marily Ferreira	UFMS
2014	Comunidades de Artrópodes ectoparasitos em pequenos mamíferos em um remanescente de cerrado em região urbana de Campo Grande MS	João Pedro F. de A. Machado Vieira	UFMS
2015	Estudo de Ixodofauna de Pequenos Mamíferos em Área Urbana de Campo Grande MS	Franciely da Silva Varoni Moura	UFMS
2015	Análise da paisagem e suas relações com ambientes florestais de áreas úmidas protegidas	Letícia Nunes Araújo	Universidad e Estadual de Maringá
2018	A planície de inundação do Alto Rio Paraná- Sítio PIAP /2018	Equipe	Universidad e Estadual de Maringá
2018	Área de vida, seleção de habitat e atividade diária de capivara vivendo em uma área urbana - cidades megadiversas	Luiz Gustavo Rodrigues Oliveira Santos;	UFMS

		Pâmela Castro Antunes; Samara Serra Medeiros.	
2019	A planície de inundação do alto rio Paraná	Equipe	Universidad e Estadual de Maringá

Fonte: IMASUL, 2020.

Constata-se com isso que existe um campo de pesquisa a ser explorado. Uma questão extremamente importante a ser levantada é o porquê do não interesse de pesquisadores com estudos de outras áreas em pesquisas em UC de Mato Grosso do Sul. A partir dessa questão, fazem-se interessantes outros questionamentos: 1. A educação (ambiental) não formal é considerada pelas instituições de pesquisa? 2. Os programas de pós-graduação das universidades têm linhas de pesquisa que proporcionem interesse por pesquisas das áreas de Educação/Ensino em UC? 3. Os fundos de pesquisa governamentais e não governamentais contemplam pesquisas das áreas de Educação/Ensino que propõem a educação não formal? 4. Existe algum impedimento burocrático a essas áreas para pesquisas em UC?

Vale relatar aqui um dos desafios enfrentados para poder pesquisar nas UC de Mato Grosso do Sul. Para poder pesquisar nessas áreas de proteção ambiental é preciso passar por um processo burocrático moroso e com gasto financeiro considerável para o pesquisador, via IMASUL. O interessado em pesquisar deve montar um processo e juntar a documentação necessária (projeto de pesquisa, formulário preenchido, etc.) para apreciação do órgão, além do pagamento de guia de recolhimento estadual. Em caso de aprovação, o pesquisador deve ainda quitar os encargos para publicação do resultado em Diário Oficial do Estado para assim oficializar o direito de pesquisar dentro da UC. Outro fato desalentador é que esses valores se destinam ao tesouro estadual e não para suprir as reais necessidades das UC.

Pode-se, então, com tais exigências, conjecturar que um maior número de pesquisas em UC do estado poderia se consolidar e que apenas as 49 pesquisas entre os anos de 2002 a 2019 são decorrentes desse processo.

6.3 O PARQUE ESTADUAL DO PROSA E SUAS CARACTERÍSTICAS

O Parque Estadual do Prosa é categorizado atualmente como Unidade de Conservação Estadual de Proteção Integral, designado inicialmente como Reserva Ecológica do Parque dos Poderes no ano de 1981 para proteger o manancial que abastecia a cidade de Campo Grande (OLIVEIRA, 1998). Posteriormente, por legislação, foi submetido à categoria de Parque Estadual por meio do Decreto Estadual nº 10.783/2002, publicado em 21 de maio de 2002.

Nas figuras 7 e 8 aparecem as entradas de acesso do PEP.

Figura 7. Entrada Principal



Figura 8. Entrada desativada



Fonte: Arquivo autor da pesquisa, 2021.

Com 135,3 hectares e com sua localização no perímetro urbano do município de Campo Grande, o PEP possui a característica de se encontrar dentro da zona urbanizada da cidade, um diferencial para que a população possa ter acesso aos bens ambientais³⁰ e sociais, sendo importante tanto para a conservação ambiental quanto para a mudança de percepção social por meio da educação ambiental. Seu principal objetivo é preservar amostras de ecossistemas do cerrado, espécies da flora e fauna nele associadas, as nascentes do Córrego Prosa, a valorização do patrimônio paisagístico e cultural da região, objetivando sua utilização para fins de pesquisa científica, educação ambiental, recreação e turismo em contato com a natureza (MATO GROSSO DO SUL, 2011).

³⁰ O conceito de bens ambientais refere-se a ações humanas para proteger os serviços ecossistêmicos, e por isso passíveis de receber compensações, monetárias ou não, por essas ações, incluindo a criação e manutenção de UC (MEDEIROS; YOUNG, 2018). Todavia, aqui ressalta-se como “bem” que colabora com a qualidade de vida da população pelo que pode oferecer, direta ou indiretamente. Ou seja, indo além da simples monetarização dos bens ambientais.

Como explicitado anteriormente, o Plano de Manejo do PEP enquadra-se na categoria de Parque Nacional que apresenta como objetivo a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas, o desenvolvimento de atividades de educação ambiental, de recreação e turismo ecológico; é de posse e domínios públicos, sendo proibida visitação pública, sujeita às normas estabelecidas no Plano Manejo; a pesquisa científica depende de autorização (BRASIL, 2000).

O PEP está localizado na região do bairro Jardim Veraneio de Campo Grande-MS e faz parte do Complexo dos Poderes. A Lei nº 5.237, de 17 de julho de 2018 criou o Complexo dos Poderes e estabelece o Programa de Preservação, Proteção e Recuperação Ambiental das áreas que abrangem o Parque dos Poderes, o Parque Estadual do Prosa, o Parque das Nações Indígenas (MATO GROSSO DO SUL, 2018a). Essa legislação é uma tentativa de coibir o desmatamento e a realização de obras que poderiam suprimir as áreas verdes no entorno do PEP. A figura 9 apresenta a localização do Complexo dos Poderes:

Figura 9. Localização do Parque Estadual do Prosa, Campo Grande/MS.



Fonte: QGIS Development Team, 2020.

O PEP apresenta basicamente três formações vegetacionais: Cerrado, Cerradão e Mata Ciliar. Sendo um refúgio para a fauna regional, com representantes de mamíferos de pequeno,

médio e grande porte, répteis e quase uma centena de espécies de aves. Além disso, o Parque abriga as nascentes dos córregos Desbarrancado e Joaquim Português, e estes formam o córrego Prosa, que, por sua vez, alimenta o córrego Segredo. Juntos formam o rio Anhanduí (bacia do Rio Anhanduí).

A logo do PEP simboliza a importância do ecossistema resguardado: o tronco na cor azul representa o encontro dos córregos Desbarrancado e Joaquim Português, que formam o córrego Prosa, e a copa da árvore na cor verde representa a área do Parque do Prosa (Figura 10).

Figura 10. Logo da localização do Parque Estadual do Prosa.



Fonte: MATO GROSSO DO SUL, 2011.

O PEP conta com instalações prediais, sendo dois receptivos, um na entrada via Avenida Mato Grosso e outro na avenida Afonso Pena – este último desativado por falta de funcionários –, as instalações do CRAS e um Centro de Visitantes com auditório para atividades diversas. O parque conta com cinco funcionários e, esporadicamente, com monitores que costumam ser acadêmicos dos cursos de turismo, biologia e ecologia das universidades locais.

Figuras 11 e 12. Centro de Visitantes (auditório)



Fonte: Arquivo autor da pesquisa, 2021.

O CRAS não é aberto à visitação geral, pois seu objetivo é a recuperação de animais silvestres debilitados, tendo ainda funcionamento independente da gestão do PEP, apesar de estar dentro das suas dependências e já ter feito parte da visitação.

Figura 13 e 14. Dependências do Centro de Reabilitação de Animais Silvestres

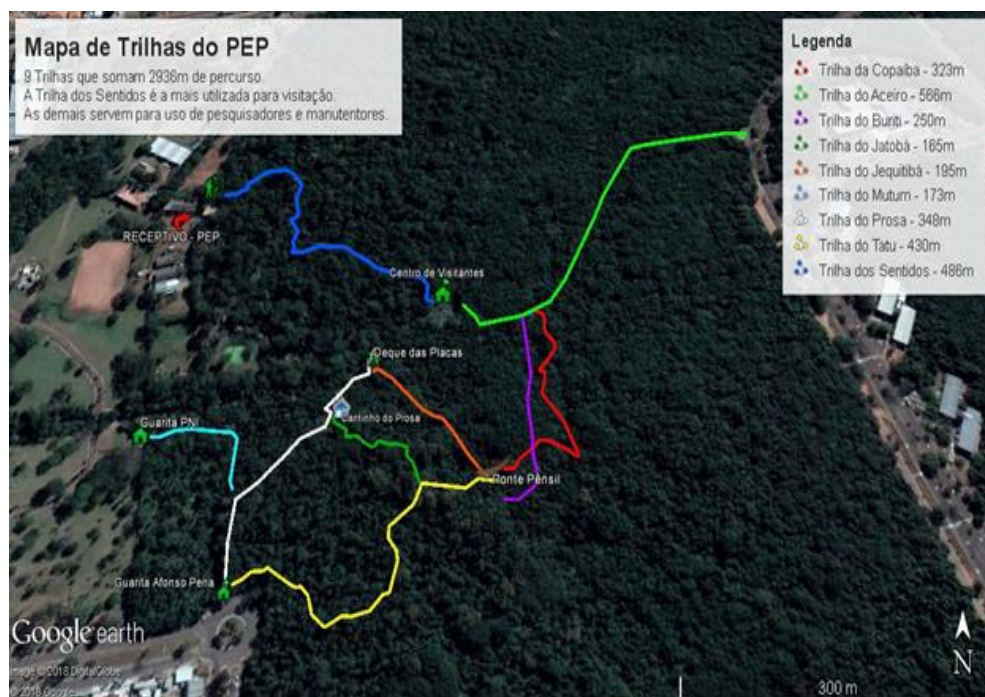


Fonte: Arquivo autor da pesquisa, 2021.

A visitação ao parque é gratuita e deve ser agendada por telefone com os próprios funcionários do parque. Especialmente para a visitação do público escolar é exigido pela gestão do parque um plano de aula antecipado para tornar possível a aula de campo.

O PEP possui nove trilhas que totalizam 2.936 metros de percurso, como pode ser observado nas figuras 15 e 16.

Figura 15. Trilhas do Parque Estadual do Prosa



Fonte: IMASUL, 2019.

Figura 16. Trilha dos Sentidos do Parque Estadual do Prosa



Fonte: IMASUL, 2019.

A Trilha dos Sentidos é a única em funcionamento para receber visitantes. Ela possui um percurso de 486 metros, permite a atividade de caminhada em um terreno bem definido e com grau de dificuldade baixo. O tempo estimado para percorrer é de quarenta minutos. No decorrer do percurso existem paradas estratégicas que contam com placas de identificação de algumas espécies de árvores e de localização.

Figuras. 17 e 18. Placas demonstrativas das trilhas



Fonte: Arquivo autor da pesquisa, 2021.

Figuras 19 e 20. Placas demonstrativas das trilhas



Fonte: Arquivo autor da pesquisa, 2021.

Segundo o Plano de Manejo do PEP (2011), por sua localização na capital sul-mato-grossense, o Parque tem grande potencial de visitação (Tabela 4) que pode resultar na

formação de opinião pública sobre a importância de preservar a biodiversidade por meio das Unidades de Conservação. E tem como principais objetivos preservar amostras de ecossistemas do cerrado, espécies da flora e fauna nele associadas, as nascentes do Córrego Prosa, a valorização do patrimônio paisagístico e cultural da região, objetivando sua utilização para fins de pesquisa científica, educação ambiental, recreação e turismo em contato com a natureza.

Na tabela 4 são apresentados número de visitantes no PEP.

Tabela 4. Visitantes do Parque Estadual do Prosa (2015-2018)

Ano	Nº de visitantes	Adultos	Crianças	C. Grande	Cidades de MS	Outros estados	Outros países
2015	6.314	2.777	3562	5009	592	608	130
2016	4.452	2561	1891	3255	531	543	123
2017	4.772	2153	2619	3805	433	474	110
2018	2.435	1199	1534	2266	242	206	31
2019	2.076	562	1608	1877	217	12	04

Fonte: Relatório Anual, 2015-2019, IMASUL.

A visitação das trilhas, a partir de 2018, ficou restrita a três dias da semana, sendo uma no período matutino e outra no vespertino de cada dia. Essa limitação se deve ao número reduzido de funcionários do parque e a falta de melhorias na infraestrutura. A redução de dias de visitação contribuiu para o declínio no número total de visitantes, conforme a Tabela 4.

A EA no parque é feita no molde de trilhas interpretativas com acompanhamento do guarda-parque³¹. Ao longo das trilhas pode-se observar as nascentes do Córrego Prosa. Há nas trilhas placas informativas sobre algumas espécies da flora e nesses pontos tem-se a intervenção do guia com explicação sobre as espécies em questão. Existe, além disso, a possibilidade de observar diversos animais silvestres.

Em uma das trilhas desativadas existe uma casa com história importante para o PEP e, de certa forma, para a comunidade campo-grandense. Esta casa foi moradia do Sr. Rogério Casal Caminha, ex-funcionário do Serviço Autônomo de Água e Esgoto da Prefeitura Municipal de Campo Grande (SAAE), órgão responsável pela captação de água do Córrego Prosa na década de 1940 (MATO GROSSO DO SUL, 2011).

³¹ Segundo Portaria n. 103/2009, a visitação regular ao Parque será realizada através de grupos e dar-se-á por meio de caminhada e observação direta em trilhas interpretativas, orientadas por guardas-parques.

Em 1994, a casa foi reformada por meio de um convênio entre o Banco Bamerindus e a Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA/MS), ganhando o nome de Museu de Educação Ambiental, onde havia venda de suvenires, roupas e exposição de animais empalhados. Por questões jurídicas, nos dias atuais a casa está sem funcionamento.

Figuras 21 e 22. Antigo Museu de Educação Ambiental



Fonte: Arquivo autor da pesquisa, 2021.

6.4 AS PROPOSTAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO PLANO DE MANEJO DO PARQUE ESTADUAL DO PROSA

Conforme se destacou anteriormente, não obstante, somente a criação de uma UC como medida única para conservação ambiental não é suficiente, tendo em vista que são espaços a serem aproveitados de forma sustentada com programas educativos para uso público, a fim de fomentar o conhecimento e o respeito na relação humanidade e meio ambiente. Vale ressaltar que a UC deve se enquadrar em uma categoria que possibilite visitas públicas e que esteja prevista nos objetivos do seu plano de manejo.

Trabalhada como prática em diversos âmbitos e locais da sociedade, a Educação Ambiental nas UC em que se permite a visita com objetivo educacional é uma das importantes ações da gestão das mesmas. As UC são locais propícios para desenvolver programas de EA com os visitantes e com a comunidade do seu entorno (rural ou urbana) ou de outras localidades mais distantes, no processo de educação formal e não formal, tendo a participação das escolas e universidades no processo formativo nos parques como aula de campo ou ainda em ações educativas com turistas.

Segundo o SNUC, as UC devem “favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico” (BRASIL, 2000, p. 07). À vista disso, as UC se configuram como espaços públicos que devem ser reconhecidos e aproveitados, pois são de extrema relevância para o desenvolvimento da EA como prática social e constituição do público visitante como cidadão.

Para a implantação da UC e da sua gestão para o uso público é necessário elaborar o plano de manejo, uma vez que o mesmo é um instrumento dinâmico que tem como objetivo estabelecer diretrizes para as atividades a serem desenvolvidas no interior e entorno das UC, constituindo-se como um instrumento de planejamento para a gestão da UC e de seu entorno (BRASIL, 2009). O Sistema Nacional de Unidades de Conservação define o Plano de Manejo como:

Documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma Unidade de Conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas e necessárias à gestão da unidade (BRASIL, 2000, s/p).

Conhecer o subprograma de EA é fundamental para a gestão de um parque, sobretudo para refletir e reavaliar as estratégias previstas. Na presente pesquisa buscou-se conhecer a concepção de EA expressa no documento do Plano de Manejo do Parque Estadual do Prosa, uma vez que o mesmo é caracterizado como uma Unidade de Proteção Integral, permitindo a prática de pesquisas científicas, o desenvolvimento de atividades de Educação Ambiental e de interpretação, de recreação e de turismo ecológico.

A análise da concepção do PEP foi realizada em observação a três macrotendências, considerando que a EA tem sido desenvolvida de diversas formas, metodologias e com ideários diferentes, possuindo inclusive muitas nomenclaturas. A respeito disso, Carvalho (2001, p. 44) indaga: “Em primeiro lugar, caberia perguntar: existe uma educação ambiental ou várias? Será que todos os que estão fazendo educação ambiental comungam de princípios pedagógicos e de um ideário ambiental comuns?”. É o que se pode notar na grande diversidade de correntes de EA existentes (Quadro 8), de acordo com Sauvé (2005).

Quadro 8. Correntes da Educa  o Ambiental

Correntes Tradicionais	Correntes Recentes
Corrente Naturalista	Corrente Holística

Corrente Conservacionista/Recurista	Corrente Biorregionalista
Corrente Resolutiva	Corrente Prática
Corrente Sistêmica	Corrente Crítica
Corrente Científica	Corrente Feminista
Corrente Humanista	Corrente Etnográfica
Corrente Moral/Ética	Corrente da Ecoeducação

Fonte: SAUVÉ, 2005.

Ao se analisar a EA, percebe-se que há uma pluralidade de discursos e metodologias que comprovam a sua polissemia, sendo comum formarem-se visões pedagógicas diferenciadas dentre os diversos profissionais que trabalham com a EA. Nessa perspectiva, Lucie Sauvé corrobora:

Quando se aborda o campo da educação ambiental, podemos nos dar conta de que, apesar de sua preocupação comum com o meio ambiente e do reconhecimento do papel central da educação para a melhoria da relação com este último, os diferentes autores (pesquisadores, professores, pedagogos, animadores, associações, organismos, etc.) adotam diferentes discursos sobre a EA e propõem diversas maneiras de conceber e de praticar a ação educativa neste campo (SAUVÉ, 2005, p. 17).

Na investigação, na tentativa de compreender a concepção de EA do PMPEP, utilizou-se a categorização das macrotendências (ICMBIO, 2016) que definem:

- EA Conservadora: distanciada da dinâmica social e política; apoia-se simplesmente nos princípios da ecologia, na valorização da dimensão afetiva e na mudança dos comportamentos individuais; não questiona a estrutura social vigente em sua totalidade.
- EA Pragmática: compensação para corrigir a imperfeição do sistema produtivo; percebe o meio ambiente como uma mera coleção de recursos naturais em processo de esgotamento; desconsidera a distribuição desigual dos custos e benefícios da apropriação dos bens naturais.
- EA Crítica: revisão crítica dos fundamentos que proporcionam a dominação do ser humano; busca enfrentamento político das desigualdades e da injustiça socioambiental; oposição às tendências conservadoras e comportamentais; forte viés sociológico e político.

6.4.1 Plano de Manejo do Parque Estadual do Prosa

Na Apresentação do documento analisado, afirma-se que os parques são de suma importância para promoção do progresso de sua região para um **desenvolvimento harmônico**. Nessa última expressão destacada, percebe-se uma referência ao ainda paradigma posto: o desenvolvimento sustentável, que se refere de fato à relação entre o crescimento econômico, o reflexo positivo deste na qualidade de vida da população e o cuidado com o meio ambiente, sendo um contraponto ao confronto nas relações entre sociedade e natureza (MONTIBELLER, 2004). Tem-se uma imprecisão na afirmação se for relacionado um desenvolvimento (sócio-econômico-ambiental) harmônico. Observe-se que essa relação vem sendo cada vez mais imbricada no pós-revolução industrial na história ambiental e que, nos dias atuais, mais do que nunca, mostra-se impossível tal harmonia. À vista disso, pelo que é posto, apresenta-se tendência Pragmática de EA, pois há uma preocupação de educação para o desenvolvimento sustentável.

Um aspecto que despertou a atenção é que, no texto do plano de manejo, em diversos trechos é mencionada a EA, o turismo e a pesquisa como objetos norteadores das atividades do parque. Todavia, essas atividades são apresentadas de forma desconexas, como se a EA não fosse considerada junto à recreação, ao turismo de visitação, e mesmo à EA como parte da atividade de pesquisa no parque. A exemplo disso, nas respectivas sessões de Contextualização e no Encarte 4 dos Objetivos do plano de manejo PEP (2012) fica evidenciado:

Seu principal objetivo é preservar amostras de ecossistemas do cerrado, espécies da flora e fauna nele associadas, as nascentes do Córrego Prosa, a valorização do patrimônio paisagístico e cultural da região, objetivando sua utilização para fins de pesquisa científica, educação ambiental, recreação e turismo em contato com a natureza (p. 02).

Considerando os objetivos nacionais de conservação, as características regionais, bem como seu objetivo de preservar amostras de ecossistemas do Cerrado, espécies da flora e fauna nele associadas, as nascentes do córrego Prosa, a valorização do patrimônio paisagístico e cultural da região, objetivando sua utilização para fins de pesquisa científica, educação ambiental, recreação e turismo em contato com a natureza [...] (MATO GROSSO DO SUL, 2011, p. 03).

Diante dos trechos supracitados, surge como característica principal a dissociação entre as atividades em questão. Além disso, é apresentada uma forte característica de tendência Conservadora. Tal tendência possui correntes de pensamento individualista e de compartimentalização da EA, sem intenção de relacioná-la a outras atividades possíveis no

parque. Há também um viés que se mostra incapaz de relacionar a complexidade da problemática ambiental sem questionamentos, prevalecendo somente a demonstração paisagística e seus elementos.

No Encarte 4 de Planejamento do parque, página 47, há orientações para investimentos em atividades relacionadas a ações educativas com elaboração e produção de materiais pedagógicos (cartilhas, folders, vídeos, etc.). É uma proposta importante para o desenvolvimento do subprograma de EA, porém não os relaciona a necessidades materiais necessárias na recepção de visitantes (professores, estudantes, turistas) ou mesmo a equipe de funcionários do parque. Percebe-se, então, característica Conservadora e Pragmática, devido ao distanciamento da dinâmica social dos sujeitos que porventura farão parte do processo educativo.

Na sessão de Áreas de Influências: análises e recomendações, o plano expõe uma tendência crítica na previsão das ações. Nessa tendência é observada a democratização do parque e a aproximação com a realidade local/regional de vivência dos sujeitos para formação do cidadão crítico, dando oportunidade ao questionamento da realidade (ICMBIO, 2016):

O Parque Estadual do Prosa vem atender às necessidades prementes de lazer e educação ambiental, principalmente da cidade de Campo Grande e proximidades. Esta unidade representa um dos principais instrumentos de formação da opinião pública sobre o valor natural, cultural das unidades de conservação para a sociedade sul-mato-grossense, através de atividades recreativas, turísticas e educativas (p. 30).

No Subprograma de EA, no item Atividades e Normas, propõe-se como atividade:

Subsidiar os Subprogramas de Relações Públicas e Educação Ambiental para a disseminação de informações sobre a legislação ambiental, através dos meios de comunicação e para as escolas situadas na Área de Influência e Perímetro Urbano de Campo Grande (p.56).

A proposta da atividade recomenda a disseminação de informações sobre a legislação ambiental relacionada à UC; no entanto, não propõe provocar o questionamento da necessidade da legislação para discussões mais aprofundadas. Traz, portanto, nessa parte do documento, características das tendências Conservadora e Pragmática.

É possível observar também tendências de uma EA Conservadora no documento, quando o mesmo se apoia somente nos princípios da ecologia, na valorização da dimensão subjetiva-afetiva do sujeito e na mudança dos comportamentos individuais, sem nenhum questionamento da situação socioambiental do parque ou mesmo do seu entorno, o que se faz

necessário em virtude do panorama atual de uma crise e de diversos problemas ambientais, que segundo Enrique Leff (2006), emerge da necessidade de transformações para sobrepujar as injustiças ambientais, a desigualdade social, as formas de apropriação da natureza.

Nesse cenário, a EA assume papel preponderante no enfrentamento da crise socioambiental, com o compromisso de mudança de valores, atitudes, sentimentos e quebra de paradigmas – uma EA crítica, enfatizada por Loureiro (2012), que se integra em sua lógica de ação e reflexão para transformação das relações de seres humanos entre si e entre estes e o meio ambiente, afastando, assim, formas de EA tradicionais que são de caráter moralista, reducionista, ingênuo, sem fundamentação teórica e descomprometidas com mudanças reais do sujeito.

Dessa forma, compreendemos como o apoio de Loureiro (2012), que a temática ambiental e os problemas ambientais, são um convite a novas reflexões, na tentativa de propor e encontrar soluções sustentáveis por parte de diversos profissionais. Com isso, compreendemos também que os objetivos e as ações previstas no Plano do Manejo do PEP podem e devem ser ampliados no sentido de:

- Apontar a complexidade do contexto ambiental em que se encontra, pois o parque possui suas especificidades regional, físico-bióticas e socioeconômicas;
- Enfatizar a criticidade como veio principal das ações educativas ambientais;
- Desenvolver um plano de manejo de forma democrática que inclua no programa de EA os atores que fazem parte direta e indiretamente do funcionamento dessas áreas de proteção;
- Abordar o Projeto Político-Pedagógico de Educação Ambiental (PPPEA) no plano de manejo.

Dessa forma, sugere-se a revisão do subprograma de educação ambiental Plano de Manejo do PEP, mesmo que não haja nenhum estabelecimento legal ou de obrigatoriedade para tal. O próprio SNUC não impõe nenhuma penalidade aos responsáveis das UC quando a elaboração ou reelaboração/atualização não ocorre dentro de algum prazo. Contudo, é fato que esse trabalho esbarra na falta de recursos financeiros e de pessoal, pois uma equipe deve ser formada por representantes da UC, de especialistas e pesquisadores.

Outra sugestão seria a constituição de um Projeto Político-Pedagógico de Educação Ambiental para o PEP a partir do Plano de Manejo, como um documento construído

democraticamente com o objetivo de discutir, refletir, planejar, articular e promover a implementação de processos educativos (BRASIL, 2016).

6.5 O QUE APONTAM OS PARTICIPANTES DA PESQUISA SOBRE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE MATO GROSSO DO SUL E DO PEP

As entrevistas realizadas para a pesquisa direcionaram-se a três entrevistados de cargos importantes da gestão do IMASUL que se pode considerar peças-chave no que diz respeito às políticas públicas ambientais voltadas para as Unidades de Conservação de MS: o(a) gestor(a) do Parque Estadual do Prosa e que também é responsável pelo Núcleo de Gestão de Áreas Urbanas³², o(a) ex-Coordenador(a) (2008-2018) da Unidade de Educação Ambiental do Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul e o(a) Gerente Geral de Unidades de Conservação estaduais de MS.

Com base no roteiro das entrevistas e atendendo aos objetivos da pesquisa, foi possível delinear uma grelha de análise (quadros 09, 10 e 11) a partir das entrevistas como estrutura da apresentação dos dados e categorização para a análise das mesmas. Tomou-se o cuidado de não expor os nomes dos entrevistados. Foram usadas como identificação as siglas P1 para o(a) gestora(o) do PEP, P2 para ex-Coordenador(a) da Unidade de Educação Ambiental do IMASUL e P3 para o(a) Gerente Geral de Unidades de Conservação estaduais de MS.

A primeira entrevista foi realizada com a gestor(a) do Parque Estadual do Prosa pelo próprio pesquisador e aconteceu em uma manhã de 2019, após uma rápida caminhada em parte da Trilha dos Sentidos. A entrevista ocorreu em uma sala de reuniões que se localiza em meio à trilha, dentro do parque. A escolha do lugar foi feita pela(o) entrevistada(o).

Em questões emocionais, P1 disse estar nervoso, pois segundo ele era a primeira vez que estava sendo entrevistado para fins de pesquisa. Todavia, no desenrolar das perguntas e respostas sentiu-se à vontade e apresentou segurança nas respostas. A entrevista durou cerca de trinta minutos.

³² Os servidores são designados gestores de Unidades de Conservação Estaduais e demais áreas naturais protegidas no âmbito do Estado de MS, segundo Portaria “P” n. 171, de 29 de novembro de 2019.

Tendo em vista os dados levantados, a partir dos objetivos traçados, as perguntas lançadas na entrevista e recortes do discurso da entrevistada contribuíram para alguns resultados, apresentados a seguir (Quadro 9).

Quadro 9. Sistematização dos dados da entrevista com o Gestor do Parque Estadual do Prosa.

CATEGORIAS	UNIDADES DE CONTEXTO
1. Formação para atuar em Unidade de Conservação	<i>A minha formação é de técnico em contabilidade. Depois eu também fiz Ciências Contábeis, curso superior. [...] meu conhecimento dentro do IMASUL foi por meio de cursos, de eventos relacionados ao meio ambiente [...]</i>
	<i>A formação no IMASUL ocorre por meio de cursos, de eventos relacionados ao meio ambiente [...]</i>
2. Condições de Trabalho	<i>A atividade de educação ambiental é realizada pelos guardas-parques.</i>
	<i>Ainda não ocorreu a iniciativa de estreitar esse relacionamento com o pessoal da educação ambiental.</i>
3. Educação no parque	<i>A visitação dentro do parque tem o foco na sensibilização dos visitantes para a proteção da natureza.</i>
	<i>[...] o aprender principal que é proteger o ambiente natural.</i>
	<i>O Parque Estadual do Prosa já é um Espaço Educador.</i>
4. Desafios para melhorias	<i>[...] acesso todos nós temos, mas não foi priorizado dentro das nossas atividades (aos documentos de EA).</i>
	<i>Bom, os desafios principais hoje mesmo estão relacionados à disponibilidade de recursos humanos e a estrutura!</i>

Fonte: Organizado pelo autor da pesquisa, 2019.

Ao observar a questão da formação desses profissionais, vimos que a formação inicial da participante P1 não a preparou para a função que exerce no Parque, embora tenha indicado que recebe capacitação por meio de cursos no Imasul. No entanto, a mesma indica que os funcionários não recebem formação para atuarem especificamente como educadores ambientais, conforme o previsto no plano de manejo do parque:

Nós não temos preparação para ser educador ambiental. A gente não tem aquela formação para educador ambiental [...]

É muito importante que a gente seja autodidata para conseguir fazer um bom trabalho nessa parte de educação ambiental [...] (Entrevistado P1).

O participante P1 também evidencia a necessidade de os funcionários do parque, encarregados de acompanhar as visitas, passarem por formações para atender aos objetivos do subprograma de educação ambiental do plano de manejo. Vale ressaltar que os guardas-parques, responsáveis pelo acompanhamento das atividades, que são caminhadas e observação direta em trilhas interpretativas, têm formações diversificadas, desde o ensino médio completo até ensino superior em diversas áreas:

Os guardas-parques, a formação para concurso de guardas-parques é o ensino médio. Alguns têm, sim, ensino superior. Temos um que é formado em direito. No caso, eu sou formada em ciências contábeis (Entrevistado P1).

Com isso torna-se necessária uma formação complementar e continuada voltada para a área de atuação desses profissionais. Verifica-se com a participante que formações específicas voltadas aos processos educativos de um parque não vêm ocorrendo.

Nesse sentido, compreende-se que a guarda-parque carece de uma formação no campo da Educação Ambiental e que a formação nessa área precisa ser realizada mesmo quando o funcionário for oriundo da área da educação, pois o guarda-parque vai atuar em processos educativos diferenciados que envolvem a educação não formal e muitas vezes numa relação direta com o ensino formal, posto que em muitos parques se realizam atividades com escolas. Além disso, os mesmos vão atuar numa dada realidade de uma unidade de conservação, que neste caso, está localizada em área urbana.

Destaca-se que é previsto na Política Nacional de Educação Ambiental, em seu Art. 8º que:

As atividades vinculadas à Política Nacional de Educação Ambiental devem ser desenvolvidas na educação em geral e na educação escolar, por meio das seguintes linhas de atuação inter-relacionadas: II - a incorporação da dimensão ambiental na formação, especialização e atualização dos profissionais de todas as áreas; IV - a formação, especialização e atualização de profissionais na área de meio ambiente (PNEA, 1999, s/p).

Também o Programa Estadual de Educação Ambiental do MS, no item que trata da Formação de Educadores e Educadoras ambientais, no capítulo 2, sessão 2.1 aponta o desenvolvimento da formação continuada dos gestores e de outras ações que dizem respeito às unidades de conservação:

Formação continuada de educadores, educadoras, gestores e gestoras ambientais, no âmbito formal e não formal. d) Estímulo às vivências em ambientes naturais, por meio de visitas monitoradas e estudos de campo, **orientados tecnicamente por educadores habilitados** para a sensibilização em relação ao meio ambiente e às inter-relações que nele ocorrem (ProEEA, 2018, p. 28, **grifo nosso**).

Ao tratar da formação, o gestor afirma que o seu conhecimento sobre meio ambiente é adquirido por meio de cursos e eventos relacionados à temática. Revela em sua resposta uma preocupação com conhecimento técnico sobre os conceitos da área da Biologia inerentes às questões ambientais.

Sabemos que alguns conhecimentos básicos sobre plantas e animais e biomas são inerentes à função de um gestor de parque, mas para o desenvolvimento da Educação Ambiental, que é uma proposta interdisciplinar, isso não é suficiente, além do que uma proposta educativa exige também a formação sobre como abordar as questões para diferentes tipos de público, de forma crítica.

Observada essa perspectiva, nos preocupam os limites intrínsecos da chamada “biologização” na educação ambiental, em decorrência da crença de que os conhecimentos oferecidos para o trabalho da EA partem somente de uma área específica. Carvalho (2012) colabora com a questão ao apontar o risco de se abordar somente aspectos biológicos de um “ambiente” por si só, pois dessa forma promove uma visão reducionista como foco do trabalho pedagógico. Ou seja, a autora indica que não há lugar para aprendizagens meramente conteudistas, sem serem processuais, significativas, reflexivas e críticas. Não se trata de negar a importância do conhecimento da Biologia ou de outras Ciências, mas de haver a correlação desse conhecimento com a complexidade das questões sociais e ambientais nas trilhas interpretativas (CARVALHO, 2012).

Conforme vem sendo apontado por muitos autores, existe uma crença nessa vertente educativa baseada na “biologização”, o que impede a compreensão dos variados aspectos inerentes ao entendimento sobre meio ambiente e sobre educação ambiental. Ou seja, se os aspectos sociais e políticos do ambiente, da crise ambiental e dos problemas ambientais não

forem compreendidos de forma interdisciplinar, os enfrentamentos das consequências dos problemas ambientais não alcançam resultados positivos.

Afinal, não faz sentido direcionar somente às ciências naturais o enfrentamento à crise ambiental e social, pois trata-se de uma crise de origem antropogênica, em que as outras ciências, representadas na economia, filosofia, engenharias, direito e sociologia devem colaborar para que na EA os conceitos e os conteúdos não sejam exclusivamente naturalistas (LAYRAGUES, 2003).

A perspectiva interdisciplinar para a formação em meio ambiente e em Educação Ambiental se faz muito importante e as questões voltadas ao conhecimento dos aspectos físicos e biológicos são tão importantes quanto as demais perspectivas. Neste caso, a interdisciplinaridade pode ser entendida como articulação interdisciplinar das ciências naturais e sociais que avançou para uma visão da complexidade ambiental aberta a diversas interpretações do ambiente e a um diálogo de saberes (LEFF, 2006).

Quintas (2004) ressalta que a educação no processo de gestão ambiental exige profissionais especialmente habilitados, que dominem conhecimentos e metodologias próprias para o desenvolvimento de processos de ensino-aprendizagem com jovens e adultos em contextos sociais diferenciados. Ressalta que o processo educativo corre o risco de se tornar ingênuo e pragmático, configurando-se como uma visitação meramente recreacional.

No tocante ao item Condições de Trabalho, P1 faz críticas contundentes ao número de funcionários que trabalham no atendimento aos visitantes. Indica que suas diversas atribuições atrapalham, inclusive, o processo pedagógico das visitações:

[...] o guarda, hoje, além de fazer essa atividade de atendimento à visitação, tem outras atividades, de monitoramento, de fiscalização, de manutenção, das atividades administrativas, inclusive nas atividades de apoio como auxiliar na portaria (Entrevistado P1).

Uma reflexão que pode ser feita a partir dessa fala: qual é exatamente a função do guarda-parque, ou seja, o mesmo deveria ou não realizar atividades/ações de educação ambiental? Tal questionamento traz novamente à tona a discussão de quem deve fazer a educação ambiental nos parques e como esta deve ser organizada, pois um estranhamento que tivemos foi o de ver o guarda-parque como único responsável por todo o processo educacional nessa unidade ambiental, o que nos parece um equívoco, considerando a falta de formação como educador e principalmente como educador ambiental. Além de concentrar várias

atribuições em um só cargo, entendemos que a complexidade educativa exige um trabalho de uma equipe em colaboração. Tal fato pode indicar um enxugamento de pessoal para trabalhar nas UC.

Ainda sobre tais questões, se observarmos o contexto histórico da formação dos parques no Brasil, veremos que há a indicação dos guardas-parques como guardiões da biodiversidade brasileira, pois sem eles as UC não cumpririam esse papel. Além disso, os mesmos tradicionalmente vêm realizando trilhas interpretativas (PÁDUA, 2002).

A trilha interpretativa é guiada pelos guardas-parques e tem os pontos específicos de parada onde eles vão parar, vão falar sobre o cerrado, né, Que é o bioma em que a gente está. Falando sobre a fauna e a flora do Parque Estadual do Prosa (Entrevistado P1).

No caso do Parque do Prosa, o foco das atividades de educação ambiental tem sido a visitação guiada nas trilhas como forma de sensibilização. Portanto, guardas têm exercido a função de educar e devem ser preparados para tanto.

Questionada a respeito do Núcleo de Educação Ambiental do IMASUL, que é a unidade do órgão e de forma direta responde pelos processos educativos, o participante diz que não conhece o trabalho, mas aponta saber que o Núcleo de Educação Ambiental atuou dentro do parque:

[...] o pessoal da Educação Ambiental, pelo conhecimento que eu tenho, já trabalhou antes no Parque Estadual do Prosa, ainda quando aqui era a Reserva Ecológica do Parque dos Poderes. Provavelmente lá pelos anos 88/89 [...] (Entrevistado P1).

Com isso, supõe-se que, por estarem em gerências diferentes, a comunicação e o trabalho mútuo não vêm ocorrendo, ou seja, não há integração entre essas áreas, o que não é adequado, pois supõe-se que o núcleo de Educação Ambiental do IMASUL possui profissionais capacitados e experientes para realizar formações e ações de apoio ao Parque do Prosa. Desse modo, não é racional um órgão possuir um setor que necessita de formação e outro que poderia sanar essa necessidade.

Assim, considera-se fundamental que nos processos de gestão do IMASUL ocorra uma integração entre a gestão do Parque e as ações do referido Núcleo, sobretudo no que diz respeito à realização das atividades de educação nos parques ou mesmo na formação dos funcionários dessa e de outras unidades.

No caso do Parque do Prosa, tanto nas ações de formação como nas atividades a serem realizadas, é importante observar o seu patrimônio natural, as suas potencialidades. E o fato de esse PEP estar situado em uma área urbana, sendo acessível a um grande público da cidade, além de turistas. Levando em consideração que esse parque pode se tornar um espaço de processos educativos de grande alcance, atingindo um público diverso e muitas vezes pessoas que nunca tiveram contato com o meio natural ou que não mais têm esse acesso direto.

Segundo Joseph Cornell, à medida que o contato com o meio natural acontece, “começamos a sentir uma comunhão com os seres vivos que nos rodeiam, nossas atitudes tornam-se mais harmoniosas e fluem com naturalidade, e, por conseguinte, passamos a nos preocupar com as necessidades e o bem-estar de todas as criaturas” (CORNELL, 1997, p.13).

Ao tratar da relação dos urbanos com a natureza, estamos nos referindo a um problema comum na sociedade atual que é o distanciamento das pessoas com os espaços naturais. Nessa condição, o distanciamento do meio natural não é somente físico, pois pode ocorrer um distanciamento no ideário do sujeito que não se sente parte da natureza e das soluções relacionáveis, o que contribui para uma dissociação entre humanidade-problemas ambientais-natureza.

O geógrafo Carlos Walter Porto-Gonçalves traz uma reflexão a respeito da relação humanidade e natureza:

Se a nossa sociedade-cultura instituiu a forma presente de relação com a natureza e dos homens entre si, é necessário percebermos que esse conceito de natureza e de homem que temos não é mais nem menos natural que qualquer outro, e se ele não nos agrada, temos que superá-lo através de um pensar e de um agir mais lúcidos (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 75-76).

Faz-se necessário repensar essa relação conceitual e empírica e agir, uma vez que esse distanciamento do mundo natural impede a topofilia³³, o sentimento do sujeito pelo lugar ou ambiente físico, que poderá assim afetar a visão de mundo, as atitudes e as opiniões daquele que tem acesso ao ambiente natural.

Hoje em dia muitas crianças não têm oportunidade de visitar uma área natural, ir numa fazenda. E aqui eles podem vir conhecer a natureza, um ambiente natural através de um agendamento, né. As escolas podem trazer os alunos aqui e aproveitar para ter mais conhecimento sobre a

³³ Conceito criado por Bachelard em 1957 no livro “A poética do espaço” (BACHELARD, 1993) e aqui cunhado na perspectiva de Yi-Fu Tuan, da obra “Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente” (TUAN, 1980).

natureza para ter essa interação, para ter essa percepção e para também aprender que o principal é proteger o ambiente natural. Então, eu acho que é um espaço muito importante para essas questões e para recreação (Entrevistado P1).

Destarte, a experiência no meio natural e com a educação ambiental oportuniza uma problematização sobre diferentes interesses e forças sociais em torno das questões do ambiente que, sendo realizadas como uma prática reflexiva, abrem novas possibilidades de compreensão e da problemática ambiental e autocompreensão do próprio sujeito (CARVALHO, 2012).

O participante P1 corrobora com essa ideia:

Enfim, nós exploramos todas as questões, como o desse entorno, que o Parque está localizado no ambiente urbano e sofre a pressão desse entorno. Um parque também possui problemas, como de degradação ambiental (Entrevistado P1).

A gestora afirma que o PEP se configura como um espaço educador, o que se mostrou significativo para a pesquisa, pois apesar de não conhecer o conceito de Espaço Educador Sustentável, a mesma percebe que existem muitas questões que podem ser pensadas e refletidas a partir do parque.

Nessa perspectiva, o Parque, como um espaço de ações educativas, pode contribuir para a construção de um saber ambiental que recoloca o sujeito na natureza, dando-lhe autonomia para nela agir de forma coletiva e crítica. Leff (2011) credita ao conceito de “saber ambiental” um conhecimento que extrapola as ciências ambientais e os enfoques ecológicos atribuídos às disciplinas tradicionais, pois esse saber, além de despertar conhecimentos práticos e saberes tradicionais, busca a reconstrução de novos valores éticos e de uma nova racionalidade.

As experiências vividas nos parques apontam, a partir de uma pedagogia ambiental do contato dos sujeitos com o entorno natural e social, para a formação de mentalidades e habilidades indispensáveis ao aprendizado da realidade complexa desse meio, ou seja, para além da conservação da natureza (LEFF, 2011).

Compreende-se que dentre os *desafios para melhorias no Parque* há a necessidade de rever o planejamento e a gestão setorial do IMASUL, no sentido de integrar ações que o próprio órgão desenvolve e também de oferecer formação continuada aos servidores e

melhoria nas condições de trabalho dos mesmos, pois a falta de recursos humanos e de estrutura atrapalha uma organização efetiva do que envolve a EA no PEP.

Ainda sobre a gestão ambiental e os desafios nos parques para melhorias, é mister mencionar que se faz relevante condicionar as políticas públicas para alocar recursos financeiros na implementação e no manejo dos parques (BENSUSAN, 2018).

Ademais, é verídico que os parques brasileiros (e as demais UC Integrais) necessitam de mais atenção. Estes espaços, uma vez que desempenham um papel de grande relevância em todos os sentidos, precisam dispor de equipes preparadas e com condições para atuar de maneira a cumprir os planos de manejos, que devem ser revistos conforme indica a legislação.

A **segunda entrevista** ocorreu com o ocupante do cargo de Coordenadora(or) da Unidade de Educação Ambiental do IMASUL, identificado aqui como P2. Essa entrevista ocorreu e foi gravada via plataforma *Google Meet Videoconferência*, por conta da medida de isolamento social devido à Pandemia do Coronavírus, haja vista que um número elevado dos funcionários dos órgãos públicos estaduais estava realizando seus trabalhos remotamente naquele momento. Essa entrevista durou trinta e sete minutos e ocorreu no mês de agosto de 2020.

As categorias e unidades de contexto estão apresentadas no quadro 10 para posteriores análises.

Quadro 10. Sistematização dos dados da entrevista com a ex-Coordenadora(or) da Unidade de Educação Ambiental do IMASUL de 2007 à 2017.

CATEGORIAS	UNIDADES DE CONTEXTO
1. Os escolares como público prioritário na Educação Ambiental no parque do Prosa	<i>O Parque do Prosa na época se chamava Reserva Ecológica do Parque dos Poderes, o setor de educação ambiental cuidava dessa reserva, lá havia um programa de visitação com as escolas e os professores precisavam realizar um curso de introdução à EA. Entre os anos 1990-1998.</i>
	<i>A visita da Reserva Ecológica não era uma aula passeio. Era realmente, um programa em que falávamos das unidades de conservação, da sua importância na tentativa de sensibilizar aqueles alunos para começar a sentir o que era o contato com a natureza, o quanto o homem estava envolvido com isso.</i>

2. Ações do núcleo de EA do órgão ambiental no Parque	<i>O setor de educação ambiental tinha a função de elaborar a política de EA, de construir o programa de EA, junto com a CIEA [...]</i> <i>[...]uma das coisas previstas na política nacional e que está prevista na política estadual é a questão da Educação Ambiental dentro dos programas de licenciamento ambiental.</i>
3. Gestão e Intersetorialidades/ Interdisciplinaridades	<i>Nós não conseguimos implantar a questão da Educação Ambiental nas unidades de conservação, embora na nossa política estadual exista um artigo que fala sobre isso: a questão da Educação Ambiental nas unidades de conservação. O programa Estadual também aborda esse tema, mas até hoje não conseguimos fazer essa parceria entre a área que cuida de EA e a área do pessoal que cuida das Unidades de Conservação.</i> <i>[...] para trabalharmos juntos, eu não sei se é falta de interesse, falta de vontade, na verdade. Vontade todos nós tivemos, tanto do pessoal da Educação Ambiental quanto do pessoal das Unidades de Conservação. Talvez faltasse um pouco mais de empenho das pessoas. Enquanto estava lá eu falava muito a respeito disso, da importância da gente trabalhar junto, da gente elaborar um plano, um programa de EA, para a Unidade Conservação, baseado no plano de manejo daquela unidade.</i> <i>Nós tínhamos um trabalho junto com a CIEA, as duas secretarias trabalhavam em conjunto, dentro da sua esfera de competência, uma com educação formal, outra com educação não formal, mas nós conversamos bastante. Nós fizemos um Fórum de educação ambiental em conjunto: a Secretaria de Meio Ambiente com a Secretaria de Educação em 2012. Foi um marco para o Estado, o Fórum Estadual. Vieram pessoas até de outros estados.</i>
4. Plano de manejo em sintonia com um programa mais amplo de Educação Ambiental	<i>Inicialmente, tem que começar pelo Plano de Manejo. Ver o que está previsto e atualizar, pois tudo é muito dinâmico e muda muito. O Parque do Prosa, por exemplo, que está praticamente dentro da cidade, ele tem que ter um programa diferenciado do programa de um parque, que é mais distante, que não tem o perímetro urbano próximo, não tem barulho de carro, não tem atropelamento de animais,</i>

	<i>então cada programa tem de ser específico para aquela unidade.</i>
	<i>Eu conheci o estado do Paraná, eu fui a Vila Velha, o parque. Eles têm um programa muito grande de educação ambiental, eles têm jogos, mas não é só visita das trilhas, tem outras atividades que envolvem o público, e aí, para cada público e faixa etária, você tem que ter atividades diferentes. Por exemplo, você recebe um público que é cego, que tem uma deficiência. Como você vai levar as pessoas para fazer a trilha? A trilha tem que ter algo a mais, você tem que pensar nessa trilha para aquele público.</i>
	<i>O setor de Educação Ambiental do IMASUL, que a Gerência de Unidade de Conservação também é do IMASUL, ambos são da mesma instituição, em nenhum momento o setor de educação ambiental foi convidado a participar da elaboração do plano de manejo. É uma falha, ainda continua falha, falta talvez comunicação[...]</i>

Fonte: Organizado pelo autor da pesquisa, 2020.

P2 mostrou-se à vontade durante a entrevista, respondendo prontamente às perguntas e demonstrando bastante conhecimento a respeito dos assuntos abordados. Uma vez que tem como formação acadêmica Pedagogia.

Evidenciada a categoria visitas escolares, foi exposto que o PEP tem em sua história grande aproximação com as escolas como público visitante, quando ainda o espaço era categorizado Reserva Ecológica do Parque dos Poderes – década de 1990. P2 deixa claro em sua fala que esse era o público principal pretendido pela equipe de EA que atuava no parque:

[...] nós fazíamos aquela educação ambiental mais voltada a tentar sensibilizar as pessoas para alguma coisa, para ela primeiro conhecer o que é meio ambiente, para ela entender como ela fazia parte daquilo. Desde então nós fazíamos um trabalho **muito voltado para as escolas, que era o nosso objetivo**, porque o nosso foco era atuar com os alunos (Entrevistado P2, **grifo nosso**).

Segundo P2, era ofertado um curso aos professores como condição para as visitas escolares. Apesar de não dar detalhes de como era o curso, a entrevistada explica que o curso era introdutório a respeito da EA para que o professor pudesse aproveitar melhor as temáticas durante a visita e depois em sala de aula: “Nós tínhamos parceria com a Educação e trabalhávamos com Educação Formal. Ofertávamos um curso que capacitava os professores” (Entrevistada P2). Quando P2 cita a “educação”, refere-se à proposta de trabalho conjunto com as secretarias de educação do estado e do município de Campo Grande.

Conforme o participante, as visitas possuíam como mote a sensibilização da importância das UC, o porquê de sua existência e o papel da sociedade em sua conservação por meio do contato com o ambiente natural, conduzido pela equipe da reserva e os professores.

A fala sugere que a partir das questões de sensibilização e do contato com o meio natural as atividades pedagógicas podiam ser desenvolvidas. Isto coaduna com o que diz Lorenzetti e Delizoicov (2001), ao apontar os espaços não formais como maneira de propiciar uma aprendizagem que contribui para um ganho cognitivo de alunos da educação formal.

De forma veemente, Lorenzetti e Delizoicov (2001) afirmam:

Os alunos não são ensinados como fazer conexões críticas entre os conhecimentos sistematizados pela escola com os assuntos de suas vidas. Os educadores deveriam propiciar aos alunos a visão de que a Ciência, como as outras áreas, é parte de seu mundo e não um conteúdo separado, dissociado da sua realidade (LORENZETTI; DELIZOICOV, 2001, p. 51).

Portanto, entende-se que as aulas de campo de EA nesses ambientes naturais, como os parques, são de grande importância quando se trata de conteúdos associados à leitura e reflexão da realidade em que os alunos estão inseridos.

Para Reigota (2009), ao trabalhar a educação ambiental em ambientes naturais preservados deve-se enfatizar os motivos pelos quais esse espaço natural foi mantido. Isso possibilita discutir os motivos pelos quais devem ser preservados, bem como ressaltar a sua importância estética, histórica e ecológica para as sociedades e para a qualidade de vida das pessoas.

Diante do que foi exposto pelo participante, pode-se deduzir que, apesar de existir de forma simples, a EA trabalhada naquele momento caminhava para ações de criticidade, pois ao se abordar a importância das UC, o porquê de sua existência e o papel da sociedade em sua

conservação tem-se a possibilidade do processo educativo eminentemente político, que visa o desenvolvimento nos educandos de uma consciência crítica acerca das instituições, atores e fatores sociais geradores de riscos e respectivos conflitos socioambientais, buscando uma gestão ambiental democrática (LAYRARGUES, 2002).

Ao tratar as ações do núcleo de EA, além do trabalho histórico educativo nas UC, P2 apontou que o núcleo passa a atuar em tarefas administrativas envolvendo a EA que dizem respeito à implementação das políticas estaduais do tema:

[...] havia a política Nacional, a lei 9795/99, o estado também compreendeu que precisava de uma política. Essa foi a minha trajetória, então o tempo que fiquei, 2008-2015, quase 10 anos, conseguimos publicar a Política Estadual de MS baseado na Nacional e o Programa Estadual da EA (Entrevistado P2).

Em parceria com a CIEA-MS e outros parceiros, o núcleo conseguiu implementar o Programa Estadual de Educação Ambiental, a Política Estadual de Educação Ambiental e o Sistema Estadual de Informação em Educação Ambiental (SisEA/MS) junto ao Sistema IMASUL de Registros e Informações Estratégicas do Meio Ambiente (SIRIEMA)³⁴. Compreende-se que todos esses resultados são importantes para a EA do estado de Mato Grosso do Sul e todos esses dispositivos podem contribuir para a EA nas UC.

Embora todos esses dispositivos abordem a EA e as UC, só a existência destes não é garantia de que as políticas públicas sejam efetivadas.

Nessa esteira, Mamede et al. (2019) confirma os resultados alcançados pelo trabalho do Núcleo de Educação Ambiental do Imasul e seus parceiros no estado de Mato Grosso do Sul:

[...] atualmente a Política Estadual de Educação Ambiental do Mato Grosso do Sul (Lei nº 5.287, de 13 de dezembro de 2018) contempla três instrumentos para a EA no estado, sendo eles: o Sistema Estadual de Informação em Educação Ambiental (SisEA-MS), o Programa Estadual de Educação Ambiental (ProEEA-MS) e a Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental (CIEA-MS) (MAMEDE et al., 2019, p. 214-215).

Esses resultados fazem parte da implementação de um longo caminho que as políticas públicas que envolvem a EA estão percorrendo por meio das lutas dessas organizações da

³⁴ Ler página 67.

sociedade civil e com a participação dos órgãos governamentais, como é o caso do Núcleo de EA do Imasul. Portanto, a Política Estadual de Educação Ambiental do Mato Grosso do Sul e o Programa Estadual de Educação Ambiental de MS devem ser estruturantes para políticas públicas que devem ser planejadas, executadas, avaliadas e assim serem abrangentes junto a outras políticas que formarão outras iniciativas em favor da EA do estado.

O núcleo tem um papel de suma importância para o desenvolvimento da EA junto às UC no estado de MS. Entende-se que é necessário um processo formativo junto ao pessoal que trabalha diretamente nas UC e também é imprescindível a avaliação dos processos educativos que acontecem nessas áreas de proteção para que novas propostas mais assertivas possam ser executadas. Nesse tocante, o Núcleo de Educação Ambiental deve contribuir em todo o processo.

Apesar disso, paradoxalmente, as estratégias de construção dessas políticas que vislumbram ações participativas, no entanto, nem sempre são assertivas, por se tratar de ato político que depende de instâncias de governança representadas pelo governo. Por vezes as ações esbarram em dificuldades na construção e no exercício da implantação das políticas públicas (MAMEDE et al., 2019).

Ainda, no que diz respeito às ações do núcleo, mas abordando também a categoria intersectorialidades/interdisciplinaridades, P2 levanta um desafio relevante para a qualidade da EA que acontece nas UC:

Nós não conseguimos implantar a questão da Educação Ambiental nas unidades de conservação, embora a nossa política estadual possua um artigo que fala sobre isso: a questão da Educação Ambiental nas unidades de conservação. O programa Estadual também aborda esse tema, mas até hoje não conseguimos fazer essa parceria, entre a área que cuida de EA e a área do pessoal que cuida das Unidades de Conservação (Entrevistado P2).

Tem-se então uma questão contraditória, pois é revelada uma dificuldade de se realizar um trabalho conjunto entre o pessoal dos setores responsáveis pela EA e das UC no mesmo órgão, o Imasul, sendo que todos os documentos relativos à EA do estado de MS abordam a importância dos processos educativos nas áreas de proteção ambiental permitidas.

A única atividade que eu conheço do Parque Estadual do Prosa é a visita, que, até o início do ano, tinha visita com agendamento, com os alunos, a visita guiada, orientativa, falando da importância daquela área. Agora, o núcleo de educação ambiental hoje do IMASUL não tem nada a ver com esse programa, ele é um programa conduzido pela gerência de unidade de conservação, em nenhum momento teve uma conversa, um diálogo, até para melhorar, adaptar, atualizar. Teve ideias,

intenções, mas isso nunca foi finalizado e colocado, ele nunca foi executado (Entrevistado, P2).

Compreende-se que o trabalho conjunto intersetorial poderia potencializar o que já existe de educação ambiental nas UC. Por exemplo, por intermédio de formações dos guardas-parque, parcerias na estruturação das atividades propostas nos planos de manejo, acompanhamento e avaliação das atividades existentes, desenvolvimento de propostas e eventos temáticos junto à gerência dos parques e outras. Dessa forma, o trabalho colaborativo entre os dois setores poderia promover avanços para ambos segmentos do órgão governamental.

Para auxiliar a aproximação setorial diante do trabalho interdisciplinar, Lück (1995) indica: a realização do sujeito como pessoa, nas suas várias dimensões; a superação do individualismo e dos desajustamentos provocados pela fragmentação; a interação política e social do sujeito em seu meio.

Destarte, para a integralidade do trabalho efetivo, a interdisciplinaridade deve caracterizar-se pela intensidade de trocas entre os especialistas e pelo grau de integração real das disciplinas no interior de um mesmo projeto (LÜCK, 1995).

Outro ponto apontado pelo participante refere-se à necessidade de um trabalho conjunto entre o Núcleo de EA e a Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul. Essa lacuna, que de fato existe, outrora era menos evidente. É possível citar o Fórum Estadual de Educação Ambiental de Mato Grosso do Sul, realizado em 2012³⁵, que foi um espaço de conferências, mesas-redondas, minicursos e oficinas, bem como de divulgação de publicações e apresentação de trabalhos, visando a troca de experiências e a interlocução de agentes para a consolidação de instrumentos e políticas voltadas para a gestão da educação ambiental no estado e reuniu setores da educação formal e da não formal, com grande participação da sociedade civil (CIEA/MS, 2012).

O entrevistado também alerta para a falta de ação entre os envolvidos, que dificulta a aproximação para realizar um trabalho interdisciplinar e intersetorial. Ainda no que diz respeito às crises da gestão (ambiental), os técnicos dos órgãos públicos convivem com uma série de dificuldades para agir que vão desde a falta crônica de condições de trabalho (meios

³⁵ O Fórum de Educação Ambiental de Mato Grosso do Sul foi um evento que contou com participantes de Mato Grosso do Sul e de outros estados (Acre, Ceará, Mato Grosso, Pará, Rio de Janeiro e São Paulo), abrangendo instituições públicas e privadas, entidades de classe, escolas, universidades e comunidade em geral (<https://www.sites.google.com/site/forumeams/>).

materiais, equipe técnica adequada, recursos financeiros, instalações, acesso às informações técnicas, apoio da chefia etc.) até a ausência pura e simples de vontade política dos governantes para tornar o órgão presente e atuante na sociedade (QUINTAS, 2006).

Quintas (2006) ainda acrescenta:

[...] em muitos casos, tanto com omissão, incapacidade e, às vezes, conivência dos órgãos públicos, quanto com indiferença, incompreensão e desinteresse da população diante de ameaças e agressões ao meio ambiente. Como se isso não bastasse, há situações onde também os órgãos públicos não se entendem: é o chamado “*jogo de empurra*”. Um órgão, quando cobrado para tomar determinada providência, diz que tal assunto é de competência do outro que, por sua vez, discordando ou alegando falta de condições, “*passa o problema para frente*,” ou “*senta em cima*” ou, ainda, devolve a “*batata quente*” ao remetente (QUINTAS, 2006, p. 08).

Ao tratar o plano de manejo, a entrevistada expõe a necessidade da atualização do plano de manejo atual do PEP e compara com os de outros de outras UC que abordam outras formas de visitação específicas de cada área protegida. Todavia, o mesmo indica que está sendo elaborado um plano de manejo do PEP mais atualizado. P2 sinaliza de forma contundente:

Então, só que o setor de Educação Ambiental do IMASUL, que a Gerência de Unidade de Conservação também é do IMASUL, ambos são da mesma instituição, em nenhum momento o setor de educação ambiental foi convidado a participar da elaboração do plano de manejo. É uma falha, e ainda continua falha. Falta talvez comunicação, talvez um maior entendimento, porque também não adianta depois envolvê-los na elaboração de um programa. Eles precisavam estar já no acompanhamento do plano de manejo, porque lá no plano de manejo vão estar previstas as ações, e quem mais conhece o público do que a educação ambiental? A gente continuou com uma pequena falha dentro da gestão ambiental aqui no IMASUL (Entrevistado P2).

Amiúde, na categoria seguinte foi exposta a dificuldade do diálogo entre os dois setores para trabalhar conjuntamente a construção de um documento no qual possam se relacionar programas de EA do parque em questão junto às particularidades da área.

O diálogo é inerente à gestão democrática e como refletimos a falta dele, pois segundo Freire (2002, p. 46) “a autossuficiência é incompatível com o diálogo”. O diálogo entre os setores objetivando ações conjuntas deve ser uma questão existencial para uma EA que possa ser ferramenta da construção de uma realidade melhor para todos e todas. Nesse sentido, Freire expõe a importância da palavra para o diálogo sincero:

A palavra viva é diálogo existencial. Expressa e elabora o mundo, em comunicação e colaboração. O diálogo autêntico – reconhecimento do

outro e reconhecimento de si, no outro – é decisão e compromisso de colaborar na construção do mundo comum (FREIRE, 2002, p. 20).

O participante contribui apontando ser este um obstáculo a ser vencido:

Então é um desafio. Eu creio que tem que envolver mais um profissional, tem que fazer uma equipe multidisciplinar, tem que ter um olhar do biólogo, do pedagogo, dos profissionais ali, que atuam. É preciso montar uma equipe coesa para poder desenvolver esses programas (Entrevistado P2).

No caso da EA, busca-se a interdisciplinaridade. Sobre isto, Morin parte da ideia de que a parte não se separa do todo, algo como um tecido conjunto, logo o trabalho conjunto caminha para uma “cadeia produtiva/destrutiva das ações mútuas das partes sobre o todo e do todo sobre as partes” (MORIN, 2000, p. 64).

A configuração do trabalho entre órgãos e setores de uma mesma instituição não tem sido fácil, e pode-se afirmar que o planejamento das atividades de EA são prejudicadas, tendo em vista a dificuldade de se realizar uma gestão mais democrática entre os setores do órgão. Faltam também outros interlocutores. Secretarias de educação e universidades poderiam ser chamadas a entrar no bom debate e enriquecer esses programas.

A **terceira entrevista** foi concedida pela pessoa que ocupa o cargo de Gerente Geral de Unidades de Conservação estaduais de MS, identificado aqui como P3. Essa entrevista também ocorreu e foi gravada via plataforma *Google Meet* Videoconferência por conta das medidas de isolamento social devido à Pandemia. Como já mencionado, no período, os funcionários dos órgãos públicos estaduais estavam realizando seus trabalhos remotamente naquele momento. Essa entrevista durou cinquenta minutos e ocorreu no mês de agosto de 2020.

A categorização e as unidades de contexto desta entrevista estão apresentadas no quadro a seguir para posteriores análises (Quadro 11).

Quadro 11. Sistematização dos dados da entrevista da(o) Gerente das unidades de conservação geridas pelo IMASUL.

CATEGORIAS	UNIDADES DE CONTEXTO
1. Gestão das UC	<i>[...] hoje o objetivo principal da gerência é fazer a gestão das unidades de conservação estaduais e dar o apoio aos municípios para criar suas unidades de conservação através de</i>

	<i>uma ferramenta de incentivo que é o ICMS ecológico.</i>
	<i>Basicamente isso, nós fazemos a gestão da unidade de conservação, orientamos os municípios para fazer a conservação através das unidades de conservação e orientando os proprietários a criar áreas protegidas.</i>
2. Importância e objetivos das UC	<i>A gente sabe que, quando tem áreas protegidas, está trazendo maior qualidade de vida, em virtude do clima local, em virtude da diminuição da poluição do ar e dos recursos hídricos. Hoje todas as nossas unidades de conservação, por exemplo, protegem os recursos hídricos.</i>
	<i>As UC são instrumentos importantes para sensibilização quanto ao cuidado com o meio ambiente. Quando você tem acesso à unidade de conservação você normalmente tende a pensar um pouco mais nas questões ambientais.</i>
3. Condições de trabalho: Quadro de Funcionários	<i>O problema maior do estado é funcionário, pessoas para trabalhar. Nós temos um quadro muito reduzido hoje. Esses que estão no IMASUL têm se esforçado bastante, mas é um problema grave hoje.</i>
	<i>Esse problema de pessoas para trabalhar passa também pela questão política e cultural. O Mato Grosso do Sul culturalmente é um estado de agronegócio, e muitas vezes essas áreas protegidas são vistas como empecilho para o desenvolvimento dessas atividades. Esses grupos são extremamente fortes dentro do estado, e muitas vezes eles influenciam a tomada de decisão que pode prejudicar a implantação dessas áreas, às vezes até mesmo para contratação ou concurso de pessoal.</i>
4. Trabalho do Núcleo de EA	<i>O IMASUL possui um núcleo de educação ambiental, mas esse núcleo nunca teve foco para pensar uma política de educação ambiental de qualidade para as unidades de conservação.</i>
	<i>[...] o foco do núcleo de educação ambiental do IMASUL foi, na maioria das vezes, um foco voltado ao licenciamento e que exige programa de educação ambiental.</i>
5. Características dos Planos de Manejo	<i>Com o tempo a gente começou a fazer a gestão das UC e até acompanhar a gestão de outras UC, como as federais e as municipais.</i>

	<i>Participamos de eventos e troca de experiências. Então, começamos a ver que os planos de manejo eram muito prolixos, extensos, mais de 500, 600 páginas, nos quais o gestor não conseguia realizar a gestão, pois mais “pareciam bíblias”.</i> <i>Hoje aprendemos realizando as revisões dos planos de manejo. Não queremos mais fazer um plano de manejo engessado. Então qual foi nossa estratégia? A gente joga diretrizes e deixa ele aberto para que pessoas que têm interesse em ajudar, como as universidades, as escolas ou um voluntário para ter a possibilidade de fazer uma educação ambiental eficaz.</i>
--	---

Fonte: Organizado pelo autor da pesquisa, 2020.

O participante P3 aceitou prontamente o convite e mostrou sua intenção em colaborar com a pesquisa, colocou-se disposto e também preparado com relação à exposição das informações necessárias. Manifestou-se inicialmente que a pesquisa poderia ajudar com relação à gestão das UC, logo a gestão ambiental como um todo.

A categoria Gestão foi suscitada após o questionamento feito a P3 de quais eram os principais objetivos da Gerência em que atua e das Unidades de Conservação, apontando “Inicialmente a questão da qualidade de vida” (Entrevistado P3).

A fala do participante P3 está em consonância com o artigo 225 da Constituição Federal brasileira, que trata o “meio ambiente ecologicamente equilibrado” (BRASIL, 1988).

O Gestor se refere à importância de seu setor na relação existente entre as UC e o direito fundamental à vida humana. Esse direito ao ambiente ecologicamente equilibrado como direito fundamental da pessoa é muito importante:

O reconhecimento do direito a um ambiente sadio configura-se, na verdade, como extensão do direito à vida, quer sob o enfoque da própria existência física e saúde dos seres humanos, quer quanto ao aspecto da dignidade dessa existência – a qualidade de vida -, que faz com que valha a pena viver (MILARÉ, 20016, p. 191).

Também a fala do gestor evidencia consonância com o artigo primeiro da PNEA, que entende a EA repleta de processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a

conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 1999).

P3 ainda completa:

[...] hoje o objetivo principal da gerência é fazer a gestão das unidades de conservação estaduais e dar apoio aos municípios para criar suas unidades de conservação através de uma ferramenta de incentivo que é o ICMS ecológico (Entrevistado P3).

Ressalta-se que a criação das UC nos municípios dá o acesso aos mesmos de uma parcela dos valores rateados por meio do ICMS Ecológico³⁶.

Todavia, não há um controle efetivo sobre como são geridas essas UC municipais após a sua criação. Dessa maneira, pode ser que existam áreas protegidas nesse âmbito que atendam às diretrizes do SNUC, da Política Estadual de Educação Ambiental e do Programa Estadual de Educação Ambiental. Ou que *não* atendam às principais normas e orientações dos documentos referidos.

Cabe, ainda, questionar se de fato estão sendo programadas e executadas ações de educação ambiental nessas UC municipais mesmo depois de criadas. Sobretudo após o município ter recebido os valores do ICMS Ecológico, pois conforme mencionado adiante, o Imasul não possui pessoal suficiente para fiscalizar todas essas áreas espalhadas pelo estado.

Sobre os objetivos e importância das UC, P3 reconhece a relevância dessas áreas para a conservação dos serviços ambientais:

A gente sabe que, quando tem áreas protegidas, está trazendo maior qualidade de vida, em virtude do clima local, em virtude da diminuição da poluição, do ar e dos recursos hídricos. Hoje todas as nossas unidades de conservação, por exemplo, protegem os recursos hídricos (Entrevistado P3).

Contudo, Bensusan (2018, p. 28) alerta que somente a existência das UC pode dar margem à síndrome do “já-estamos-protégendo-a-natureza-nas-áreas-protégidas-então-o-resto-do-planeta-pode-ser-destruído” para a população. Uma certa sensação de dever cumprido diante do problema que ainda prossegue.

³⁶ A Lei Complementar n.º 57, de 4 de janeiro de 1991, estabelece 5% para rateio entre os municípios que tenham parte de seu território integrando terras indígenas homologadas, unidade de conservação da natureza devidamente inscrita no Cadastro Estadual de Unidades de Conservação (CEUC).

O SNUC traz a importância do manejo no meio, compreendendo a conservação/preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural, para que possa produzir o maior benefício em bases sustentáveis, às atuais gerações, mantendo seu potencial de satisfazer as necessidades e aspirações das gerações futuras e garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral (BRASIL, 2000). Embora o entrevistado não tenha citado, a EA pode cumprir o papel de despertar a criticidade junto ao conhecimento do público visitante em relação aos serviços ambientais proporcionados pelas UC.

Nesse ponto, A EA Crítica colabora de forma a contextualizar essas áreas para além do ambiente natural, levando em consideração os aspectos históricos, culturais, sociais e políticos. Pois esses aspectos podem dar um panorama da importância das UC e a complexidade da sua existência.

A fala de P3 ao tratar a categoria Condições de Trabalho expôs o problema da quantidade reduzida de pessoal para trabalhar junto às UC. Informação que corrobora com o participante P1, que também citou na primeira entrevista esse problema, um desafio emergencial para o funcionamento dessas áreas protegidas.

Dessa forma, o relatório bianual, “Diagnóstico de Uso Público em Parques Brasileiros: a perspectiva da gestão”, que tem como objetivo mapear aspectos relacionados à gestão dos parques a partir da perspectiva dos profissionais que atuam na administração dessas áreas, traz como parte dos resultados a informação de que, na esfera federal, a média é de um único funcionário para cada 11 mil hectares de área protegidas; na esfera estadual, uma média de um profissional para cada 2 mil hectares, e, na municipal, média de um para cada 58 hectares (INSTITUTO SEMEIA, 2021). Tem-se uma comprovação dessa dificuldade enfrentada pelos gestores dessas áreas protegidas.

Além disso, P3 levanta uma outra questão, a influência sociocultural e econômica inerente ao Mato Grosso do Sul:

Esse problema de pessoas para trabalhar passa também pela questão política e cultural. O Mato Grosso do Sul culturalmente é um estado de agronegócio, e muitas vezes essas áreas protegidas são vistas como empecilho para o desenvolvimento dessas atividades. Esses grupos são extremamente fortes dentro do Estado, e muitas vezes influenciam a tomada de decisão que pode prejudicar a implantação dessas áreas, as vezes até mesmo para contratação ou concurso de pessoal (Entrevistado P3).

O problema apontado pelo gestor interfere no investimento que se faz nos órgãos ambientais. Prova disso é a situação de desmonte de várias políticas ambientais implementadas pelo Governo Federal. Missão do atual presidente da República assumida ainda antes de eleito:

Ao longo de sua inexpressiva e insossa trajetória no baixo clero parlamentar, Bolsonaro já havia deixado claro que não manifestava qualquer simpatia à causa ambiental. Ao contrário, apresentava fixação por atividades econômicas extrativas como a pesca e a mineração, e enaltecia o pujante e lucrativo agronegócio ruralista brasileiro, que estaria sendo vitimado por uma suposta ‘indústria de multas’ que atrapalharia os negócios do empresário do campo. Mas o sinal de alerta no movimento ambiental soou quando o então candidato à presidência da república, ainda em campanha eleitoral, afirmou despidoradamente que pretendia extinguir o Ministério do Meio Ambiente, caso eleito presidente (LAYRARGUES, 2020, p. 49).

Não obstante, esse retrocesso ambiental e social afeta também as esferas estaduais e municipais. Para Layrargues (2020, p. 50), uma “feroz e sistemática investida antiecológica às institucionalidades governamentais de defesa ambiental demarcou a nova realidade do ecologismo brasileiro a partir de 2019”.

Segundo Sorrentino et al., (2005), a EA no processo de gestão ambiental está posicionada junto ao Estado, enquadrando-se naquilo que Bourdieu (1998) denomina “mão esquerda do Estado”, que reúne trabalhadores sociais, educadores, professores e cujas ações são ignoradas pela chamada “mão direita do Estado” (áreas de finanças, de planejamento, bancos). Entrementes, na fala de P3, é evidenciado o poder político exercido por grupos de grande poder econômico que são contrários à implantação e à gestão democrática das UC, atrapalhando em muito a estruturação de pessoal para trabalhar no instituto.

O agronegócio é visto como principal base econômica do Mato Grosso do Sul e tem atravancado as políticas públicas dirigidas à EA no estado, que são voltadas para a justiça social e ambiental, proteção dos biomas, respeito aos povos tradicionais, ribeirinhos, quilombolas e indígenas (MAMEDE et al., 2021).

Na fala do entrevistado P3 estão expostas questões já apontadas por P1 e P2: “O IMASUL possui um núcleo de educação ambiental, mas esse núcleo nunca se concentrou em pensar uma política de educação ambiental de qualidade para as unidades de conservação” (Entrevistado, P3).

Portanto, na concepção desses gestores, o desenvolvimento intersetorial da EA é um desafio para a EA nas UC. Da mesma forma, trabalho conjunto com as secretarias de educação estadual e municipais.

Sobre tais, podemos apontar que a Secretaria de Estado de Educação possui uma comissão que se ocupa de assuntos da educação ambiental formal e a Secretaria Municipal de Educação de Campo Grande possui professores técnicos “especialistas” nessa temática, mas a aproximação ainda é rara.

A respeito do Plano de Manejo, verificou-se com o Gestor P3 que na reestruturação desses planos ocorreram avanços no entendimento sobre como seus projetos e programas podem contribuir para a EA nas áreas pretendidas. P3 reconhece a necessidade de avançar e atualizar os planos de manejo como premissa para o desenvolvimento da EA nas UC. Aponta ainda para uma mudança de orientação da produção desse plano:

Hoje aprendemos realizando as revisões dos planos de manejo. Não queremos mais fazer um plano de manejo engessado. Então qual foi nossa estratégia? A gente joga diretrizes e deixa ele aberto para que aqueles interessados em ajudar, como as universidades, as escolas ou um voluntário se juntem à discussão para ser possível desenvolver uma educação ambiental eficaz (Entrevistado P3).

Esses avanços citados pelo Gestor 3 nos permitem vislumbrar o que o MMA, por intermédio do ICMbio, vem realizando. Ou seja, o órgão está propondo a construção de Projetos Políticos-Pedagógicos para as UC, em uma perspectiva de projetos discutidos na educação como um instrumento de gestão democrática. Tais projetos foram instituídos como documentos pelo MMA, ICMbio e como projetos orientadores para algumas UC Federais (BRASIL, 2018). A saber, a primeira Unidade de Conservação a construir o seu PPPEA foi o Parque Nacional do Pau Brasil de Porto Seguro – BA.

A proposta traz a ideia de que os PPPEA não devem se restringir a meros documentos, trata-se de um processo educador ambiental e agroecológico continuado e permanente. Está caracterizado “num movimento e não monumento”, o qual traz como um de seus eixos estruturantes o “Espaço Educador” (BRASIL, 2018). Tais documentos e experiências podem contribuir com o debate sobre como as UC poderiam se tornar espaços educadores sustentáveis.

As unidades de conservação como possíveis espaços educadores foi a pergunta realizada aos 3 gestores ao final das três entrevistas. Foi perguntado se conheciam o conceito

de espaço educador sustentável e se no entendimento deles o Parque Estadual do Prosa poderia tornar-se um espaço de educação para os seus diferentes públicos.

Dois gestores apontaram o desconhecimento do conceito, mas mostraram de forma muito interessante que concordam com a ideia de um parque poder ser um espaço que educa e apontaram caminhos para tanto. Somente o gestor 2 afirma conhecer o conceito de Espaço Educador Sustentável, o que provavelmente se deve à sua experiência de trabalho e estudo da EA junto ao Núcleo de Educação Ambiental do Imasul:

[...] mas o Parque Estadual do Prosa já é um Espaço Educador. Como eu disse antes, toda a visitação dentro do parque é sempre voltada para as questões de sensibilização ambiental, sensibilização para proteção à natureza através do conhecimento das questões ecológicas, das questões ambientais. Então acredito que aqui... na verdade, tenho certeza de que já é um espaço que educa. O que é necessário é a gente melhorar. Tudo pode ser melhorado (Entrevistado P1).

[...] mas não só o Parque do Prosa [pode ser um espaço educador]. Até o Parque das Nações Indígenas, que é uma área grande também, que tem animais, que tem visitação muito maior da população. Ambos os locais, que estão próximos um do outro, podem se tornar espaços educadores sustentáveis para população. É um desafio (Entrevistado P2).

Eu nunca ouvi falar nesse conceito, mas imagino o que é. Porque tive contato com outras iniciativas que talvez sejam semelhantes. Por exemplo, eu faço parte do Conselho Nacional da Reserva da Mata Atlântica. Esse conselho reconhece os espaços que são chamados de postos avançados. Esses postos avançados têm que atingir três objetivos que são da reserva da biosfera, um deles é fazer a conservação, divulgar o conhecimento e a educação ambiental. Já visitei também o projeto Tamar e visitei uma área da usina Coruripe, um local onde as pessoas podem ir aprender sobre algo específico, trocar experiências, fazer atividades práticas. Se for nesse sentido, acredito que o Parque Estadual do Prosa já é um espaço educador sustentável, mas que precisa ser talvez adaptado às regras, às orientações do conceito (Entrevistado P3).

Vimos que, embora P1 e P3 tenham afirmado não conhecer o conceito, os mesmos apresentaram pontos de vista que vão ao encontro da proposta e apontam o PEP como um espaço educador sustentável.

É importante discutir que o conceito está mais restrito a uma parcela de pesquisadores e professores universitários e da educação básica. Mas a ideia de um espaço educador vem sendo construída ao longo dos anos e está presente no Programa municípios educadores sustentáveis. O conceito se aplica de forma muito adequada às ações em Unidades de

Conservação, no desenvolvimento de uma EA que busque trabalhar o pertencimento das pessoas, a participação das mesmas na manutenção desses espaços.

O conceito se faz importante para as UC, espaços importantes dotados de características físicas e biológicas, definidos historicamente, situados politicamente e que carregam características culturais específicas daquele lugar, naquele bioma. Deve ser construído socialmente, no sentido de deslanchar processos de emancipação. Espaços educadores podem assim ser reveladores das potencialidades e fundamentadores da sustentabilidade.

Isso se relaciona à concepção de Enrique Leff quando argumenta que determinados ambientes podem redimensionar o papel da Natureza nas relações sociais se os envolvidos não estão só preocupados com a preservação de ecossistemas e uso sustentável de recursos naturais, mas com a consolidação de uma forma de pensar o ambiente a partir de uma racionalidade ambiental (LEFF, 2006).

Após as falas dos gestores, fica evidenciado tanto por quem está na coordenação de gestão das UC estaduais como por quem “está na ponta” na gestão em uma das UC o grande problema do número reduzido de funcionários. Problema agravado pela “mão direita do Estado”, presente dentro do governo e fora dele – mas que de qualquer forma interfere no processo de cumprimento das políticas voltadas para a implementação e funcionamento dessas áreas protegidas. Haja vista que a EA faz parte do pleno funcionamento delas.

Além disso, espera-se que o Núcleo de Educação Ambiental do Imasul possa contribuir com a EA junto à Gerência das Unidades de Conservação, não somente alimentando o Sistema Estadual de Informação em Educação Ambiental, mas garantindo que a Gerência possa se aproximar e colaborar com o Núcleo. Afinal, é incompreensível que dois setores de um mesmo órgão governamental não trabalhem em cooperação, tendo em vista possuírem objetivos em comum.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS



*Encontramo-nos agora, no ponto em que duas estradas divergem.
Todavia, ao contrário das estradas do familiar poema de Robert Frost,
elas não são igualmente boas.*

*A estrada pelo qual temos estado viajando por tão longo
tempo é ilusoriamente fácil: uma superestrada de pavimentação lisa,
pela qual avançamos em grande velocidade; mas, na sua extremidade final,
o que há é desastre.*

*O outro ramo da estrada – o ramo “menos transitado”
oferece a nossa última,
a nossa agora única oportunidade de chegar a um destino
que assegure a preservação da nossa Terra
(Rachel Carlson, 1962).*

Este trabalho analisou a Educação Ambiental do Parque Estadual do Prosa considerando as visões de seus gestores, nas políticas vigentes e nas práticas institucionais pedagógicas, procurando identificar as características que o potencializa ou não para se tornar um espaço educador sustentável. Assim sendo, apontamos a seguir as principais questões inerentes a esse parque e algumas considerações que porventura possam contribuir em novas investigações como forma de apoiar novos avanços no que se refere aos processos da Educação Ambiental nas Unidades de Conservação.

A pesquisa foi iniciada anteriormente à pandemia da COVID-19 e trouxe desafios, inclusive com uma mudança de rumos na coleta dos dados empíricos, pois o parque esteve e ainda permanece fechado, impossibilitando o acompanhamento dos grupos visitantes do PEP, atividade prevista anteriormente.

Com a pesquisa procuramos enfatizar que o estabelecimento de áreas como espaços protegidos para a conservação da natureza é uma das estratégias mais importantes no Brasil e talvez no mundo. Tais espaços possuem um papel primordial para a geração atual e as que estão por vir.

Esses espaços protegidos, categorizados no Brasil como UC, possuem conjuntos de qualidades regionais que vão além da vertente preservacionista comuns nesses territórios, entendidas como ilhas distantes, intocáveis e inacessíveis à sociedade, uma vez que a interação entre sociedade e esses ambientes com suas paisagens imbuídas de cores, movimentos, odores, sons com sua fauna e flora despertam potencialidades e possibilidades educativas e que, por sua vez, podem contribuir como estímulos no enfrentamento de problemas socioambientais em diversos contextos do cotidiano da sociedade.

No que diz respeito aos documentos orientadores que tratam da EA e as UC, dos quais este trabalho discutiu, tem-se os da esfera federal, como a Constituição Federal de 1988, a Política Nacional de Educação Ambiental, o Programa Nacional de Educação Ambiental, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, as Diretrizes para Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental em Unidades de Conservação; e os da esfera estadual de MS, como Programa Estadual de Educação Ambiental e a Política Estadual de Educação Ambiental de Mato Grosso do Sul.

Todos esses documentos fazem parte de histórias de lutas travadas pelas educadoras e educadores ambientais junto ao movimento ambientalista internacional contra hegemônico, anteriores à década de 1950 que caminharam para políticas públicas dos dias atuais. E no caso das políticas públicas de MS não é diferente, pois mesmo com todos os documentos que

orientam a EA para as áreas protegidas ainda é preciso cuidar para que esses processos educativos sejam de fato transformadores e que conduzam a uma consciência crítica dos atores envolvidos.

Ademais, a Educação Ambiental Crítica que deveria ser desenvolvida no contexto das UC favorece o processo político que visa desenvolver uma consciência crítica dos cidadãos, sendo um dos caminhos de superação ou mesmo a minimização dos problemas que envolvem questões sociais e ambientais. O que, em suma, está em consonância com o modelo de parques adotados na América Latina – Corrente Conservacionista, que possui a ideia da visitação pública e também a exploração racional dos bens disponíveis, dependendo da tipologia segundo o SNUC.

Verificou-se um baixo número de pesquisas referentes às UC de MS catalogadas no Imasul, sendo que entre 2002 e 2019 foram somente 49 pesquisas, todas das áreas de Biologia/Ecologia, o que é importante, mas não suficiente. Percebe-se então um *gap* para ser explorado pelos pesquisadores e pesquisadoras, de diversas áreas, entre elas a da Educação. Considerando o panorama geral do MS, que possui 127 UC e a cidade de Campo Grande que possui as áreas verdes em seu perímetro urbano, totalizando 26 áreas de proteção ambiental, sendo quatro UC geridas pelo governo do município e duas geridas pelo governo do estado, além de contar com quatro Centros de Educação Ambiental, fato que potencializa a cidade para se tornar uma cidade educadora.

Referindo-se ao PEP, constatou-se que se trata de um espaço privilegiado para a EA, mas que ainda enfrenta muitos desafios para se tornar um espaço educador sustentável, segundo os seguintes pressupostos:

- Gestão ambiental democrática: que conte com a participação dos sujeitos envolvidos direta e indiretamente na organização e funcionamento dessas áreas. Sujeitos como diretores das unidades, guardas-parque, visitantes, moradores de dentro ou ao redor das áreas e ainda os responsáveis governamentais.
- Espaço que defina e mostre uma intencionalidade de educar os sujeitos e a coletividade para o pertencimento e o cuidado com o lugar, de forma criativa, vivencial e que estimula o diálogo entre os sujeitos e desses com o ambiente.
- Educação Ambiental Crítica: que deve permear os documentos orientadores, como o plano de manejo, além da sugestão da proposta de construção de Projeto Político Pedagógico de Educação Ambiental para a UC para que o processo da EA seja de fato transformador.

No que se refere ao subprograma de EA do plano de manejo do PEP há a necessidade de sua revisão, com ampliação dos objetivos e ações, levando em consideração a complexidade do contexto social e ambiental em que se encontra o parque. Apontamos que para cumprir tal exigência é preciso enfatizar uma EA Crítica em sua proposição, aspecto refletido a partir da análise das entrevistas realizadas com os gestores.

Com a análise pudemos observar algumas categorias e pontos relevantes para pensar nas UC como espaços educadores sustentáveis, dentre elas as que apontam a necessidade de formação complementar e continuada em EA para os guarda-parques para que possam atender aos objetivos propostos nos documentos (plano de manejo e o PPP) do parque em que trabalham.

O número reduzido de funcionários que atendem os visitantes é outra questão que implica na efetiva gestão dos parques, pois estes além de conduzir o processo educativo, possuem diversas demandas, como monitoramento, fiscalização, manutenção das trilhas e atividades administrativas. Questões como essas influenciaram a decisão de restringir o número de visitantes, com redução dos dias e horários abertos para o público. Fato apontado na tese, com os números que comprovam a diminuição do número de visitantes do PEP, conforme a tabela 4. Também pesaram nessa decisão, o número reduzido de funcionários e a influência política de grupos ligados ao agronegócio no bom funcionamento das políticas públicas para a gestão dessas UC no estado.

Ainda, ficou evidenciada a necessidade de trabalho conjunto entre o Núcleo de Educação Ambiental e a Gerência das Unidades de Conservação, sendo que os dois setores do mesmo órgão não atuam de forma sistemática nos processos educativos nas UC.

Por fim, o estudo evidenciou aspectos que demonstram a necessidade de reavaliação e revisão das estratégias das políticas públicas que envolvem a EA nas áreas de proteção ambiental do estado de MS para que o PEP e as demais UC de outras tipologias para que de fato possam ser criados os espaços educadores sustentáveis.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, H. Justiça ambiental e construção social do risco. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**. n. 5. p. 49-60. jan./jun. 2002.
- AGUIAR de, P. C. B. **Transformações socioambientais do Município de Canavieiras (Bahia): Uma análise à influência da Resex**. Dissertação Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente. Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus (BA), 112p., 2011.
- ANPEd. **Nota da comunidade acadêmica brasileira ligada ao campo da educação ambiental para os Senhores Presidente da República, Ministros da Educação e Meio Ambiente, para a Sociedade Brasileira e a Comunidade Internacional**, 15 jan. 2019.
- BARBIERI, J. C. Educação Ambiental e os Problemas Ambientais. In: **Educação Ambiental Legal**. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Fundamental Coordenação Geral de Educação Ambiental, 2002.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal; 70 ed., LTDA, 2016.
- BENSUSAN, N. **Conservação da biodiversidade em áreas protegidas**. FGV Editora, 7 ed., 2018, 176p.
- BIANCHETTI, R. G. **Modelo neoliberal e políticas educacionais**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- BODGAN, R.C.; BIKLEN, S.K. **Investigação qualitativa em Educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto: Porto Editora, 1999.
- BOURDIEU, P. **Contrafogos** – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1998.
- BORGES, C. O que são espaços educadores sustentáveis. In: BRASIL. **Espaços educadores sustentáveis**. Ano XXI. Boletim 07. Salto para o Futuro: TV Escola, Brasília, 2011. Disponível em:
http://www.nuredam.com.br/files/documentos_mec/194055espacoseducadoressustentaveis.pdf. Acesso em: 20 jan. 2019.
- BORGES, C. Escolas Sustentáveis: currículo, gestão e edificações. In: **Espaços educadores sustentáveis**. Ano XXI. Boletim 07. Salto para o Futuro: TV Escola, Brasília, 2011. Disponível em:

http://www.nuredam.com.br/files/documentos_mec/194055espacoseducadoressustentaveis.pdf. Acesso em: 19 ago. 2019.

BRAGA, A. S. Políticas Públicas Ambientais: gestão dos parques nacionais. **Boletim Jurídico**. Uberaba MG, 2013. Disponível em: <http://www.boletimjuridico.com.br/doutrina/texto.asp?id=3098> Acesso em: 01 jul. 2019.

BRASIL. **O PPPEA em Unidades de Conservação Federais e na Gestão da Biodiversidade**. Instituto Chico Mendes. Brasília-DF, 2016.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN: Meio Ambiente e Saúde**. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. 3a. ed. Brasília, 2001.

BRASIL. **Biodiversidade Brasileira**. Ministério do Meio Ambiente, 2019. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/biodiversidade/biodiversidade-brasileira>. Acesso em: 20 nov. 2019.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Brasília, DF, 1988.

BRASIL. **Diretrizes para Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental em Unidades de Conservação**. Instituto Chico Mendes. Brasília-DF, 2009.

BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Brasília DF, 2000.

BRASIL. **Plano Nacional sobre Mudança do Clima**. Comitê Interministerial Sobre Mudança do Clima, 2008. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/169/_arquivos/169_29092008073244.pdf. Acesso em: 18 nov. 2019.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Ambiental**, Lei 9795. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 27 abr. 1999.

BRASIL. **Programa Nacional de Educação Ambiental - ProNEA**. Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental; Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental. – 3 ed. – Brasília: MMA, DF, 2005.

BRASIL. **Programa Nacional Escolas Sustentáveis**. Ministério da Educação - MEC. Versão Preliminar 2014. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0B0W7JKEkeDaSYzFHS3JNZzhFZEU/edit>. Acesso em: 11 maio 2021.

BRASIL. **Projeto Político-Pedagógico de Educação Ambiental do Parque Nacional do Pau Brasil e seu Território**. Parque Nacional do Pau Brasil/Coordenação Geral de Gestão

Socioambiental/ DISAT/ICMBio; Projeto Assentamentos Agroecológicos/PAA – NACE-PTECA/ESALQ/USP; Câmara Temática de Educação Ambiental (CTEA) do Conselho Consultivo do Parque Nacional do Pau Brasil. Org.: Maria Henriqueta Andrade Raymundo. 2018.

BRITO, M. C. W. **Unidades de conservação – intenções e resultados**. 2ª ed. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2003.

CAMPELO JUNIOR, M. V. **Educação Ambiental Dialógica: uma proposta de sequência didática com o uso de imagens orbitais**. 2015. 88 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de Ciências), Programa de Pós-graduação em Ensino de Ciências, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande – MS, 2015.

CAMPELO JUNIOR, M. V. et al. Unidades de conservação como espaços de diálogos para a educação ambiental crítica. **Revista Pantaneira**, Aquidauana-MS, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. V. 18, 2020. Disponível em: <
[file:///C:/Users/Marcos%20Vinicius/Downloads/12344-Texto%20do%20artigo-44346-2-10-20201218%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Marcos%20Vinicius/Downloads/12344-Texto%20do%20artigo-44346-2-10-20201218%20(1).pdf)>. Acesso em: 19 dez. 2020.

CAMPO GRANDE. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Campo Grande – PDDUA**. Campo Grande – MS, 2018. Disponível em: <
<http://www.campogrande.ms.gov.br/planurb/plano-diretor-versao-aprovada-cmdu-25-10-2017/>>. Acesso em: 09 abr. 2021.

CARLOS, R. **Processo de implantação da Política de Educação Ambiental de Mato Grosso do Sul na Rede Estadual de Ensino de Campo Grande (1999-2006)**. 2009. 138p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica Dom Bosco, 2009.

CARSON, R. **Primavera Silenciosa**. 1ª ed. São Paulo: Editora Guaia, 2010.

CARVALHO, I. C. M. **Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

_____, I. C. M. Educação Ambiental e Movimentos Sociais: elementos para uma história política do campo ambiental. **Revista Educação: teoria e prática**, Rio Claro, v. 9, n. 16/17, p.46-56, 2001. Disponível em:

<https://www.researchgate.net/profile/Isabel_Carvalho17/publication/279685917_Educacao_Ambiental_e_Movimentos_Sociais_elementos_para_uma_historia_politica_do_campo_am

biental/links/56b7b6d708ae5ad3605dd7e6/Educacao-Ambiental-e-Movimentos-Sociais-elementos-para-uma-historia-politica-do-campo-ambiental.pdf>. Acesso em: 10 out. 2019.

_____. Qual Educação Ambiental? Elementos para um Debate sobre Educação In:

Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Porto Alegre, v. 2, n. 2, 2001. Disponível em: <

http://arquivos.ambiente.sp.gov.br/cea/cea/Revista_Agroecologia_parte11.pdf>. Acesso em: 11 out. 2019.

CBD. Convention on Biological Diversity. Report of the High-Level Panel on Global Assessment of Resources for Implementing the Strategic Plan for Biodiversity 2011-2020.

In: CONFERENCE OF THE PARTIES TO THE CONVENTION ON BIOLOGICAL DIVERSITY. **Anais...** Hyderabad, India: 8-19 Oct. 2012. Disponível em:

<<https://www.cbd.int/doc/meetings/cop/cop-11/information/cop-11-inf-20-en.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2019.

CIDADES EDUCADORAS. **Carta das Cidades Educadoras**. Declaração de Barcelona, 1990. Disponível em:

<<https://cidadeseducadoras.org.br/wp-content/uploads/2016/06/carta-cidades-educadoras-barcelona.pdf>>. Acesso em: 04 mai. 2020.

CIEA. **Fórum de Educação Ambiental de Mato Grosso do Sul**. Campo Grande-MS, 2012. Disponível em: <<https://www.sites.google.com/site/forumeam/>>. Acesso em: 04 abr. 2021.

CHIZZOTTI, A. Parte II: Pesquisa Qualitativa. In: **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. São Paulo: Cortez, 2001.

COIMBRA, F. G. **A Educação Ambiental no parque municipal Victório Siquierolli: diagnóstico e perspectivas**. 2005. 156 p. (Dissertação). UFU, Uberlândia – MG. 2005.

CIMI - Conselho Indígena Missionário. **Número de suicídios indígenas em Mato Grosso do Sul**. Brasil, 2017. Disponível em: <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2018/09/Relatorio-violencia-contra-povos-indigenas_2017-Cimi.pdf>. Acesso em: 09 mai. 2019.

CORNELL, J. **A alegria de aprender com a Natureza**. São Paulo: Melhoramentos, 1997.

DE OLIVEIRA, A. N.; DOMINGOS, F. O.; COLASANTE, T. **Reflexões sobre as práticas de educação ambiental em espaços de educação formal, não-formal e informal.** Revista Brasileira de Educação Ambiental (Revbea). São Paulo, V. 15, N. 7: 09-19, 2020.

Disponível em: <<https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/article/view/10064>>. Acesso em: 17 dez. 2020.

DIEGUES, A., C.; **O mito da Natureza Intocada.** 3.ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2008.

EMBRAPA, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária Centro Nacional de Pesquisa de Monitoramento por Satélite, 2006.

FERREIRA, L. da C. **A questão ambiental: sustentabilidade e políticas públicas no Brasil.** São Paulo: Boitempo, 2012.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**, 34. ed. Rio de Janeiro, RJ. Paz e Terra, 2002.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HOCKINGS, M. et al. **Covid-19 e Áreas Protegidas e Conservadas.** Parks Journal: The International Journal of Protected Areas and Conservation, vol. 26. Ed. 1, maio 2020.

ICMBIO. **Educação Ambiental em Unidades de Conservação: Ações voltadas para Comunidades Escolares no contexto da Gestão Pública da Biodiversidade (Guia informativo, orientador e inspirador).** Brasília, DF: MMA/WWF, 2016.

IBASE. INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS. **Gestão participativa em unidades de conservação (Programa Petrobras).** Rio de Janeiro, RJ, 2006. Disponível em: <https://ibase.br/userimages/ap_ibase_gestao_01c.pdf>. Acesso em: 15. jan. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Brasileiro de 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

INSTITUTO SEMEIA. **Diagnóstico do Uso Público em Parques Brasileiros: A Perspectiva da Gestão.** 5ª edição, São Paulo - SP, 2021. Disponível em: <<http://www.semeia.org.br/publicacoes.php>>. Acesso em: 08 de abr. 2021.

LAYRARGUES, P. P. A Crise Ambiental e suas Implicações na Educação; in Quintas, J.S (Org), **Pensando e Praticando Educação Ambiental na Gestão do Meio Ambiente.** 2. ed. Brasília: Edições IBAMA, 2002.

_____, P. P. **A natureza da ideologia e a ideologia da natureza: elementos para uma sociologia da educação ambiental**. 2003. 111p. Tese (Doutorado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

LAYRARGUES, P. P. Manifesto por uma Educação Ambiental indisciplinada. **Ensino, Saude e Ambiente**, 2020. Disponível em: <
<file:///C:/Users/Marcos%20Vinicius/Downloads/40204-Texto%20do%20Artigo-144601-1-10-20200610.pdf>>. Acesso em: 09 abr. 2021.

LEFF, E. **Epistemologia Ambiental**. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

LORENZETTI, L.; DELIZOICOV, D. Alfabetização Científica no contexto das séries iniciais. **ENSAIO – Pesquisa em Educação em Ciências**, vol. 03 /n. 1 – Jun. 2001.

LOUREIRO, C. F. B. **Trajetórias e fundamentos da educação ambiental**. São Paulo: Cortez, 2012.

LÜCK, H. **Pedagogia interdisciplinar: fundamentos teórico-metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 1995. 92 p.

MACEDO, G. Z.; VERONEZE, O.M.S. Contradições e desafios na manutenção da conservação de uma Unidade de Conservação em malha urbana: o caso do Parque estadual do Prosa em Campo Grande-MS. In Encontro de Ensino, Pesquisa e Extensão UFGD - 22 a 24 de outubro de 2014- Dourados, MS. **Anais...** Dourados, MS: UFGD, UEMS, 2014.

MAMEDE, S. et al. Desafios e Perspectivas de Monitoramento das Políticas Públicas em Educação Ambiental no Mato Grosso do Sul. In: **Avaliação e monitoramento de políticas públicas de educação ambiental no Brasil: transição para sociedades sustentáveis**. (Org.) RAYMUNDO, M. H. A. et al. - Piracicaba: MH-Ambiente Natural, 2019, 480 p.

MAMEDE, Simone Batista et al. Educação Ambiental e os desafios para implementação de políticas públicas em Mato Grosso do Sul. **Revista Brasileira De Educação Ambiental (RevBEA)**, v. 16, n. 1, p. 493-507, 2021.

MARX, K. **O capital**. Livro I. Trad. port. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 2, 1968.

MATO GROSSO DO SUL. **Lei 5.237/2018**. Institui o Complexo dos Poderes e estabelece o Programa de Preservação, Proteção e Recuperação Ambiental das áreas que abrangem o

Parque dos Poderes, o Parque Estadual do Prosa, o Parque das Nações Indígenas, e dá outras providências. Campo Grande-MS, 2018a.

MATO GROSSO DO SUL. **Plano de Manejo Parque Estadual do Prosa**. Secretaria de Estado de Meio Ambiente, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia - SEMAC. Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul – IMASUL. Campo Grande, MS, 2011.

MATO GROSSO DO SUL. **Política Estadual de Educação Ambiental – PEEA**. Secretaria de Estado de Meio Ambiente, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia - SEMAC. Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul – IMASUL. Campo Grande, MS, 2018b.

MATO GROSSO DO SUL. **Programa Estadual de Educação Ambiental – ProEEA**. Secretaria de Estado de Meio Ambiente, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia - SEMAC. Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul – IMASUL. Campo Grande, MS, 2018c.

MATO GROSSO DO SUL. **Relatório: Fórum de Educação Ambiental de Mato Grosso do Sul**. Secretaria de Estado de Meio Ambiente, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia - SEMAC. Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul – IMASUL. Campo Grande, MS, 2012.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). **Parecer nº 226 de 1987**. Em relação à necessidade de inclusão da Educação Ambiental nos currículos escolares de 1o e 2o Graus. Brasília, DF: MEC, 1987. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/informma/itemlist/category/15-educacaoambiental?start=112>>. Acesso em: 5 maio 2021.

McCLELLAND, L. F. Park architecture, landscape naturalization, and campground development. In: McCLELLAND, L. F. **Building de National Parks: historic landscape desing and construction**. Baltimore, London: [sn.], 1998.

MEDEIROS, R. Evolução das tipologias e categorias de áreas protegidas no Brasil. **Ambient. soc.** v. 9, n. 1, p. 41-64, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-753X2006000100003&script=sci_arttext>. Acesso em: 19 ago. 2019.

MEDEIROS, R.; YOUNG. C. E. F (Orgs.). **Quanto vale o verde: a importância econômica das unidades de conservação brasileiras**. Rio de Janeiro: Conservação Internacional, 2018. 180p.

MELLAZO, G. C. **A percepção ambiental e educação ambiental: uma reflexão sobre as relações interpessoais e ambientais no espaço urbano**. Olhares & Trilhas, Uberlândia, Ano VI, n. 6, p. 45-51, 2005.

MILANO, M. S. Meio Ambiente, desenvolvimento e conservação da natureza. In: J. T. PALAZZO JUNIOR.; J. B. P. CARBOGIM (Orgs.). **Conservação da Natureza - E eu com isso?** 1. Ed. Fortaleza, CE: Fundação Brasil Cidadão, 2012. p. 8-26.

_____. M. S. Unidades de conservação – técnica, lei e ética para a conservação da biodiversidade. In: **Direito ambiental das áreas protegidas – o regime jurídico das unidades de conservação**. Coord. Antônio Herman Benjamin. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. p. 3-41.

MILARÉ, É. **Direito do Ambiente: doutrina, jurisprudência, glossário**. Prefácio da 5ª ed. Ada Pellegrini Grinover. 6º ed. Ref. Atual e Ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009.

_____. É. **Reação Jurídica à Danosidade Ambiental: contribuição para o delineamento de um microssistema de responsabilidade**. 2016. 343.p Tese (Doutorado) – PUC, São Paulo, SP, 2016.

MONTIBELLER, F. G. **O Mito do Desenvolvimento Sustentável: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias**. 2ª ed. EdUFSC, 2004.

MOREIRA, T. Escolas Sustentáveis: currículo, gestão e edificações. In: Brasil. **Espaços educadores sustentáveis**. Ano XXI. Boletim 07. Salto para o Futuro: TV Escola, Brasília, 2011. Disponível em:
http://www.nuredam.com.br/files/documentos_mec/194055espacoseducadoressustentaveis.pdf. Acesso em: 27 nov. 2020.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2.ª Ed. São Paulo: Cortez, 2003.

OLIVEIRA, S. O. **A Importância da Reserva Ecológica do Parque dos Poderes como Instrumento de Educação Ambiental**. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em

Gestão Governamental) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Orientador: Paulo Robson de Souza. 1998.

PÁDUA, M. T. J. Unidades de conservação – muito mais do que atos de criação e planos de manejo. In: **Unidades de Conservação: atualidades e tendências**. (Org.) MILANO, M. S. Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2002. p. 3 a 13.

PIMENTEL, D. de S. **Os “parques de papel” e o papel social dos parques**. Piracicaba - SP. 2008. 254 p. Tese (Doutorado) – USP, 2008.

QUINTAS, J. S. Educação no processo de gestão ambiental: uma proposta de educação ambiental transformadora e emancipatória. In: LAYRARGUES, P. P. **Identidades da educação ambiental brasileira**. Brasília: MMA, 2004. p. 113-140.

_____. J. S. Educação no processo de gestão ambiental pública: a construção do ato pedagógico. In: LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. (Org.). **Repensar a educação ambiental, um olhar crítico**. São Paulo: Cortez, 2009. p. 33-80.

_____. J. S. **Introdução à gestão ambiental pública**. Brasília, DF: Ibama, 2006.

REIGOTA, M. A. S. Cidadania e educação ambiental. **Psicologia & Sociedade**, Florianópolis, v. 20, n. SPE, p. 61-69, 2008. Disponível em: <
https://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0102-71822008000400009&script=sci_arttext>.
Acesso em: 20 set. 2019.

_____. M. A. S. Educação Ambiental: fragmentos de sua história no Brasil. In NOAL, F. O.; REIGOTA, M.; BRACÉLOS, V.H.L.(Orgs). **Tendências da educação ambiental brasileira**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1998.

_____. M. A. S. Fragmentos do discurso da morte atômica. In GREINER, C; AMORIM, C. (Orgs). **Leituras da morte**. São Paulo: Annablume, 2007.

_____. M. A. S. **Meio ambiente e representação social**. 6. ed. São Paulo: Cortez: 2010.

_____. **O que é educação ambiental**. Coleção Primeiros Passos, 292. São Paulo: Brasiliense, 2009.

SACRISTÁN, J. G. **Saberes e Incertezas do Currículo**. Porto Alegre: Penso, 2013.

SATO, M.; GAUTHIER, J. Z.; PARIGIPE, L. Insurgência do grupo-pesquisador na Educação Ambiental Sociopoética. In: SATO, M. & CARVALHO, I.C.M. (orgs). **Educação Ambiental**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

SCANAVACA JUNIOR, L. Importância dos parques urbanos: o exemplo do Parque Alfredo Volpi. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ARBORIZAÇÃO URBANA, 16., 2012, Uberlândia. **Anais...** Uberlândia: Sociedade Brasileira de Arborização Urbana - SBAU, 2012.

SAUVÉ, L. Uma cartografia das correntes em Educação Ambiental. In: SATO, M.; CARVALHO, I. C. Moura (Orgs.). **Educação Ambiental**. Porto Alegre: Artmed, 2005, p.17-44.

SORRENTINO, M. et al. Educação ambiental como política pública. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 285-299, maio-ago. 2005.

SOUZA, P. C. **Funções Sociais e Ambientais de parque urbano instituído como unidade de conservação: percepção dos usuários do Parque Natural Municipal Barigui em Curitiba, Paraná**. Curitiba – PR. 2010. 146 p. Dissertação (Mestrado) – PUCPR, 2010.

TALAMONI, A. C. B.; COSTA, W. C. P.; PINHEIRO, H. M. S.; PINHEIRO, M. A. A. Histórico da Educação Ambiental e sua relevância na preservação dos manguezais brasileiros. In: Pinheiro, M.A.A.; TALAMONI, A.C.B. (Org.). **Educação ambiental sobre manguezais**. 1ed. São Vicente: Instituto de Biociências do Campus do Litoral Paulista, 2018, v. 1, p. 57-73.

TAYLOR, S. J.; BOGDAN, R. **Introducción a los métodos cualitativos de investigación**. Barcelona: Paidós Básica, 1992.

TRAJBER, R.; MOREIRA, T. Escolas Sustentáveis e Com-Vida: Processos formativos em educação ambiental. **Ouro Preto: UFOP**, 2010.

TRAJBER, R.; SATO, M. Escolas sustentáveis: incubadoras de transformações nas comunidades. **REMEA-Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**. Rio Grande, 2010. ISSN: 1517-1256. Disponível em: <<https://www.seer.furg.br/remea/article/view/3396>>. Acesso em: 21 jul. 2019.

TRISTÃO, M.; JACOBI, P. R. (orgs.) **Educação ambiental e os movimentos de um campo de pesquisa**. São Paulo: Annablume, 2010.

TUAN, Y. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo, Difel, 1980.

UNESCO. **Taller Subregional de Educación Ambiental para Educación Secundaria. Chosica.** 1976.

_____. The biosphere conference, 25 years later. Paris, 1993.

UNITED KINGDOM, **House of Commons. Sustainable schools: are we building schools for the future?** London: Education and Skills Committee, House of Commons, 2007.

VALLEJO, L. R. Unidades de conservação: uma discussão teórica à luz dos conceitos de território e de políticas públicas. **Geographia**, Niterói, RJ, v.4, n.8, p.51-72, 2002.

VELASCO, S. L. Anotações sobre a “Rio + 20” e a educação ambiental ecomunitarista.

REMEA-Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental, p. 93-109, 2013.

Disponível em: <file:///C:/Users/Ana/Downloads/3442-9637-1-PB.pdf> Acesso em: 18 jun. 2019.

VIANA, A. L.; LOPES, M. C.; LINS NETO, N. F. A.; GUIMARÃES, D. F. S.; KUDO, S. A.; MARI, M. L. G. Análise da percepção ambiental sobre os parques urbanos da cidade de Manaus, Amazonas. **Revista Monografias Ambientais**, v. 13, p. 4044, 2014.

YIN, R. K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. Trad. Daniel Grassi - 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 205 p. 2001.

APÊNDICE A

Roteiro da Entrevista I – Gerente Geral das Unidades de Conservação do Instituto de Meio Ambiente de MS.

Objetivo: Entender as políticas públicas executadas pelo órgão central de Meio Ambiente do estado de Mato Grosso do Sul que orientam as atividades dos programas de Educação Ambiental nas Unidades de Conservação estaduais.

Parte I

1. Formação acadêmica e outras formações relacionadas ao trabalho;

Histórico de carreira profissional geral e no Imasul.

Tem realizado cursos ou formações que contribuem com o trabalho que realiza no(s) parque(s)? O Imasul tem contribuído?

Parte II

2. O senhor poderia explicar os principais objetivos da Gerência de Unidades de Conservação (GUG) com relação às Unidades de Conservação do estado de Mato Grosso do Sul?

3. Do seu ponto de vista como gestor da GUG, qual a real importância das Unidades de Conservação para a sociedade de Mato Grosso do Sul?

4. Segundo o artigo 4º do Sistema Nacional de Unidades Conservação (SNUC), a educação ambiental e a interpretação ambiental devem ser promovidas nas áreas de proteção ambiental, previstas no mesmo documento. Existe uma ou mais políticas públicas para que essas ações aconteçam?

5. Quais Unidades de Conservação do estado são abertas à visitação? Nessas que são permitidas a visitação há estrutura física, de pessoal, de segurança, de acessibilidade para o público?

6. O senhor sabe como são as práticas de educação ambiental que acontecem nas Unidades de Conservação administradas pela GUC?

7. A educação ambiental é prevista nos subprogramas do Plano de Manejo do Parque Estadual do Prosa. Diante disso, em sua opinião, o que é previsto no Plano de Manejo é suficiente?
8. O que de fato tem sido executado como atividades de Educação Ambiental no PEP? Existem Programas ou projetos sendo desenvolvidos?
9. Que ações públicas têm sido executadas no Parque Estadual do Prosa que dizem respeito às políticas socioambientais?
10. O senhor conhece o conceito de Espaço Educador Sustentável? Acha viável que o PEP, que é um parque em uma região urbana, seja um espaço que educa?

APÊNDICE B

Roteiro da Entrevista II – Coordenadora do Núcleo de Educação Ambiental do Instituto de Meio Ambiente de MS.

Objetivo: Entender as políticas públicas executadas pelo órgão central de Meio Ambiente do estado de Mato Grosso do Sul que orientam as atividades dos programas de Educação Ambiental nas Unidades de Conservação estaduais.

Parte I

1. Formação acadêmica e outras formações relacionadas ao trabalho;

Histórico de carreira profissional geral e no Imasul.

Tem realizado cursos ou formações que contribuem com o trabalho que realiza no(s) parque(s)? O Imasul tem contribuído?

Parte II

2. A senhora poderia explicar os principais objetivos da Unidade de Educação Ambiental do Imasul?

3. Do seu ponto de vista como ex-gestora da Unidade de Educação Ambiental, qual a real importância das Unidades de Conservação para a sociedade de Mato Grosso do Sul?

4. A senhora conhece as ações práticas de educação ambiental que acontecem nos parques estaduais de Mato Grosso do Sul?

5. A Unidade de Educação Ambiental tem ou teve algum trabalho em conjunto com a Gerência de Unidades de Conservação (GUG) que envolva diretamente às Unidades de Conservação do estado de Mato Grosso do Sul?

6. Como a Educação Ambiental tem sido desenvolvida nas unidades de Conservação?

7. Como a Educação Ambiental tem sido desenvolvida no Parque Estadual do Prosa? Existem programas ou projetos sendo desenvolvidos?
8. Quais as dificuldades e/ou desafios para realizar a educação ambiental nas Unidades de Conservação?
9. Qual sua opinião a respeito das políticas públicas que envolvem a educação ambiental e as Unidades de Conservação no estado de Mato Grosso do Sul?
10. Em sua opinião, como deve ser a EA para um Parque com as características do Parque Estadual do Prosa?
11. Conhece o conceito de Espaço Educador Sustentável? Acha viável que PEP, que se localiza em área urbana, seja um espaço que educa?

APÊNDICE C

Roteiro da Entrevista III – Gestora do Parque Estadual do Prosa (Instituto de Meio Ambiente de MS).

Objetivo: Entender as políticas públicas executadas pelo órgão central de Meio Ambiente do estado de Mato Grosso do Sul que orientam as atividades dos programas de Educação Ambiental nas Unidades de Conservação estaduais.

Parte I

1. Formação acadêmica e outras formações relacionadas ao trabalho;

Histórico de carreira profissional geral e no Imasul.

Parte II

2. Do seu ponto de vista como gestor do Parque Estadual do Prosa, qual é a real importância deste parque para a sociedade de Mato Grosso do Sul?
3. Como é composta a equipe do Parque Estadual do Prosa (hierarquia, formação, funções de cada um, etc.)? E quem trabalha com as ações de educação ambiental no parque?
4. Sua equipe recebe regularmente ou recebeu alguma formação para trabalhar com a educação ambiental no parque?
5. Já ocorreu alguma ação da equipe do Parque Estadual do Prosa com os moradores e trabalhadores que são vizinhos do Parque?
6. Qual a relação de trabalho da sua equipe com o Núcleo de Educação Ambiental do Imasul?
7. Como é desenvolvida a EA no Parque Estadual do Prosa? Existem programas ou projetos sendo desenvolvidos?
8. Quais são os desafios a serem enfrentados para acontecerem as ações de educação ambiental no parque?

9. Sua equipe conhece e segue o que consta no subprograma do Plano de Manejo do Parque Estadual do Prosa?

10. Sua equipe teve acesso à Política Estadual de Educação Ambiental de MS e ao Programa Estadual de Educação Ambiental de MS?

11. Conhece o conceito de Espaço Educador Sustentável? Acha viável que PEP seja um espaço que educa?

12. Em sua opinião, o que falta no parque para que o mesmo possa ser um espaço que educa?